



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS/CAHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,**  
**DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO/PPGCS**

**ROSILEIA PRADO SANTANA**

**RIQUEZA E PODER NO RECÔNCAVO DA BAHIA,**  
**SÃO FÉLIX (1890-1930)**

**Cachoeira**

**2016**

**ROSILEIA PRADO SANTANA**

**RIQUEZA E PODER NO RECÔNCAVO DA BAHIA,  
SÃO FÉLIX (1890-1930)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB como requisito parcial para a obtenção do título Mestre em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Walter Fraga.

**Cachoeira**

**2016**

S232i Santana, Rosileia Prado  
Impasses riqueza e poder no Recôncavo da Bahia, São Félix (1890-1930) / Rosileia Prado Santana. – Cachoeira, 2016. 121 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Walter Fraga Filho.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.

Possui CD- ROM

1. Comércio - São Félix (BA) - 1890-1930. 2. Recôncavo (BA) - Condições econômicas - 1890-1930. 3. São Félix (BA) - História - 1890-1930. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título.

CDD: 380.1

**ROSILEIA PRADO SANTANA**

**RIQUEZA E PODER NO RECÔNCAVO DA BAHIA,  
SÃO FÉLIX (1890-1930)**

Dissertação de Mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como requisito parcial para a obtenção do título Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB.

Aprovado em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Walter Fraga (UFRB)

---

Prof. Dr. Wellington Castelluci (UFRB)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Carvalho dos Santos (UEFS)

**Cachoeira**

**2016**

## AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação é fruto de histórias reunidas, expectativas de vida, projetos e sonhos. Certamente ela não ganharia vida sem o apoio e o incentivo de professores, amigos, familiares, funcionários de arquivos e universidade. A cada uma dessas pessoas devo cada linha, parágrafo e folha deste trabalho. Neste momento resta apenas o meu agradecimento e o reconhecimento de que sozinhos nada podemos.

Por isso, agradeço:

A Deus pela dádiva da vida, pela força e socorro presente nos momentos de angústia. Somente ele é digno de toda honra e glória.

A CAPES pelo apoio e incentivo financeiro, por meio da concessão da bolsa de estudos, que me permitiu dedicar maior tempo à pesquisa em arquivos e bibliotecas.

Ao professor Walter Fraga, meu orientador, pelo carinho, paciência, seriedade e competência no qual orientou a condução deste trabalho. A ele também devo o apoio e o incentivo pela pesquisa e pela temática em questão.

Aos professores Wellington Castelluci e Jurema Souza pelas observações realizadas no exame de qualificação que foram essenciais para a versão final deste trabalho.

Aos demais professores, a direção e aos funcionários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pela responsabilidade, profissionalismo e respeito com o trabalho e as pessoas.

À coordenação e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRB) por possibilitar as condições técnicas para realização do mestrado.

Aos funcionários do Arquivo do Fórum de São Felix (AFSF) pelo atendimento ao acervo e pela maneira carinhosa com que fui tratada.

Aos funcionários e direção do Arquivo Municipal de São Felix (AMSF), na pessoa do senhor Oséas Souza, pela consulta aos acervos, atenção e atendimento as demandas.

Ao professor Pedro Borges dos Anjos pela revisão do resumo em inglês.

A minha família, exemplo de força e garra. Minha maior referência de amor, coragem e luta.

Aos colegas de Linha de Pesquisa pelos momentos alegres e de troca de conhecimentos.

Aos amigos que me apoiaram de variadas formas.

A todos aqueles que colaboraram para que este projeto se tornasse realidade.

“Não há muitas sociedades onde os homens, ao agir, possam se ver participando de uma tendência social geral. Ao mesmo tempo, deveria enfatizar-se que as mudanças que estamos discutindo não foram impostas aos grupos por necessidade; havia para eles outras reações ou estratégias possíveis. Um determinado patrício não tinha que comprar terras ou investir na dívida pública; assim o fazia, porque lhe parecia a medida mais adequada no momento. Sabia porque estava tomando esta decisão, mas não tinha consciência de todas as consequências deste ato para a sua própria família e para as famílias de seus contemporâneos, que estavam tomando decisões semelhantes na época”.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã**: um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991. p.155.

## RESUMO

Este estudo trata da história da cidade de São Félix, Recôncavo da Bahia, entre 1890-1930, analisando as atividades econômicas de redistribuição de mercadorias no interior baiano. Analisa-se o processo de concentração de riqueza por famílias de comerciantes e o papel do comércio na sociedade local, buscando entender como esse grupo manteve-se economicamente estável num cenário marcado por diversas crises econômicas. O recorte temporal abarca um momento de reorganização no cenário político e econômico nacional e reafirmação de São Félix como ponto de escoamento de mercadorias entre Salvador e Alto Sertão baiano. Procuo analisar as experiências vividas por esses comerciantes, desvendando suas relações familiares e formas de investimentos, a fim de perceber quem eram esses indivíduos que faziam girar a economia local. Busco perceber também a participação desses indivíduos na esfera política, observando como os critérios de status, poder e riqueza estavam entrelaçados. Por fim, procuro enfatizar como as transformações ocorridas na sociedade, a citar, a reconfiguração do espaço urbano, as novas práticas sociais e de territorialização, repercutiram na vida dessas famílias.

**Palavras-chave:** Comércio. Riqueza. Poder. Região. São Félix.

## **ABSTRACT**

This study deals with the history of Sao Felix Town, Bahia State Reconcavo's region, between 1890-1930, analyzing the economic activities of redistribution of goods in Bahia State's hinterland. It analyzes the process of wealth concentration by families of merchants and the role of trade in the local society, trying to understand how this group remained economically stable in a scenario marked by several economic crises. The time frame covers a period of reorganization in the political and national economic environment and reaffirmation of São Felix as a point of flow of goods between Salvador and Bahia State's Upper Outback. It analyzes the experiences of these traders, unmasking their family relationships and forms of investment in order to accomplish whom these individuals were turning the local economy. Also it examined the participation of these individuals in the political sphere, watching the criteria of status, wealth and power were intertwined. Finally, it emphasizes how the transformations in society, such as the reconfiguration of urban space. The new social and territorial environment had repercussions in the lives of these families.

**Keywords:** Trade. Wealth. Power. Region. São Felix.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Porto de São Félix	23
Figura 01 – “Casa Mansur”, casa de negócio antiga situada em São Félix especialista na venda de artigos em armarinho, moda e miudeza	28
Figura 02 – Casa comercial Mansur, à frente	29
Figura 03 – Arthur Pires, negociante estabelecido em São Félix	42
Figura 04 – José Ramos de Almeida, negociante estabelecido em São Félix	48
Figura 05 – Sobrado pertencente ao negociante José Ramos de Almeida, foto recente	67
Figura 06 – Lançamento de imposto sobre indústrias e profissões	81
Figura 07 – Enchente de 1930 – Praça Rui Barbosa	97
Figura 08 – Enchente de 1947 – Avenida Salvador Pinto	97
Figura 09 – Apelo sobre a situação das indústrias de fumo na cidade	103
Figura 10 – Apelo em favor da Fábrica de Charutos Costa Penna	104

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo 1 – Mapa de São Félix	116
Anexo 2 – Mapa de São Félix – descrição	117
Anexo 3 – Planta da cidade de São Félix – Área do Cemitério	118
Anexo 4 – Planta da cidade de São Félix – Área Salva Vidas	119
Anexo 5 – Planta da cidade de São Félix – Área Central	120
Anexo 6 – Planta da cidade de São Félix – Área da Caanga	121

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela I – Movimento de aquisição de imóveis, 1890-1915/1933-1943	70
Tabela II – Intendentes do município (1890-1930)	83

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AFSF – Arquivo do Fórum de São Félix

APMSF – Arquivo Público Municipal de São Félix

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	18
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>VIVENDO PARA NEGOCIAR</b>	<b>22</b>
1.1 O PALCO DAS NEGOCIAÇÕES	22
1.2 OS COMERCIANTES DA PRAÇA DE SÃO FÉLIX	41
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>OS INVESTIMENTOS DA FAMÍLIA RAMOS</b>	<b>55</b>
2.1 FORTUNAS CONSTRUÍDAS: RAMOS E A COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA COMERCIAL	55
2.2 OS COMPONENTES DA FORTUNA DE RAMOS	60
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>COMERCIANTES E PODER POLÍTICO LOCAL</b>	<b>72</b>
3.1 COMERCIANTES SANFELISTAS NA POLÍTICA	74
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>OCASO DAS ANTIGAS REDES COMERCIAIS DO SERTÃO</b>	<b>90</b>
4.1 A ABERTURA DAS RODOVIAS E A REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO RECÔNCAVO BAIANO	92
4.2 AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIANTES SANFELISTAS ANTE CONTEXTOS DE CRISE ECONÔMICA – PARTIDAS E PERMANÊNCIAS	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>109</b>
OBRAS CONSULTADAS	109
DOCUMENTOS CONSULTADOS	113
PERIÓDICOS CONSULTADOS	113
<b>ANEXOS</b>	<b>115</b>

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho é fruto de uma série de questionamentos sobre a cidade de São Félix e a região do Recôncavo, que se iniciaram a partir de pesquisas realizadas durante a Graduação em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e que culminou nesta dissertação, desenvolvida na linha de pesquisa “desigualdades sociais e políticas de desenvolvimento territorial” do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da UFRB.

Toda escolha do objeto de pesquisa traz consigo experiências e vivências individuais e coletivas que marcaram a trajetória de vida do pesquisador, a escolha deste tema não está isenta desta inquietação. Várias motivações me levaram a escolha do estudo sobre as atividades de redistribuição desenvolvidas na cidade de São Félix-Ba. Em primeiro lugar, a motivação que me levou a esse estudo foi a curiosidade diante das histórias contadas sobre o município, bem como a percepção de desconhecimento dos jovens dessa memória histórica. Como o objeto de pesquisa é construído também a partir de uma relação compartilhada entre pesquisa e pesquisador. Além das experiências pessoais de um pesquisador que vive nesta cidade, como é o meu caso, e conhece a realidade atual do lugar; o contato com a pesquisa foi moldando e construindo o objeto. A relevância que a cidade exercia na economia, no trânsito de mercadorias e pessoas no e para o interior da Bahia, começava a despertar minha curiosidade. Comecei a aprofundar em leituras e pesquisas sobre a região da Bahia, no que diz respeito a economia, sociedade e cultura.

A participação no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) me permitiu uma maior aproximação com bibliografias referentes ao tema e com a própria pesquisa. Durante a graduação, sob a orientação do professor Dr. Walter Fraga, comecei a desenvolver um estudo referente espaço urbano, cultura e riqueza, buscando compreender a relação entre o patrimônio imobiliário, o viver citadino e a riqueza local. Como resultado desta pesquisa foi elaborado minha monografia final do curso de graduação *A cidade de São Félix e sua dinâmica comercial: propriedades e opulência (1890-1915)*. A maior dificuldade na trajetória de pesquisa foi e tem sido o equilíbrio entre os dados e a teoria, de maneira que um dialogue com o outro, sem supervalorizações. O diálogo entre História (social e econômica) e Ciências Sociais (antropologia) foi algo que fui descobrindo aos poucos no decorrer da pesquisa, pela própria análise do objeto.

O contato com a pesquisa, com as fontes primárias, me fez querer aprofundar no estudo sobre a região, na compreensão da vida material e social dos grupos alojados na cidade

de São Félix. Ampliei assim a pesquisa para o mestrado. O conceito de circularidade cultural proposto por Ginzburg em *O queijo e os vermes*<sup>1</sup> influenciava meu olhar sobre as relações sociais. Os grandes comerciantes apareciam como grupo social que dominava o topo da hierarquia social e que permitia extrair informações sobre a economia local e a vida cotidiana dos diversos grupos sociais.

Nesta perspectiva busco analisar as atividades de redistribuição de mercadorias desenvolvidas na cidade, sua articulação com as demais regiões e com o contexto internacional. O título da dissertação *Riqueza e poder no Recôncavo da Bahia, São Félix (1890-1930)*, refere-se à importância da cidade para a riqueza e poder de determinados grupos sociais estabelecidos na região e a relações sociais tecidas entre elite e os grupos “subalternos”.

---

<sup>1</sup> GINZBURG, Carlo: *O Queijo e os Vermes; o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo central entender a organização socioeconômica da cidade de São Félix, tomando como referência a elite de comerciantes locais que enriqueceram no circuito das comunicações com o interior da Bahia. Busco investigar como esse grupo se formou e como conseguiu resistir às diversas crises econômicas que ocorreram na Bahia ao longo da segunda metade do século XIX e inícios do século XX. Nesse sentido, investigo como se desenvolveram as atividades comerciais, numa rede extensa e complexa de redistribuição de mercadorias que envolvia o interior da Bahia, chamado de sertão.

O período que tomamos para estudo abrange 1890 a 1930, momento de intensificação das exportações internacionais e concorrência estrangeira por bens de consumo, o que estimulou o desenvolvimento regional. Por ser uma cidade portuária, São Félix destacou-se como um dos principais entrepostos do interior baiano. A posição estratégica da cidade, situada no extremo navegável do Paraguaçu, e a variedade agrícola faz dela entreposto comercial importante. O campo financeiro foi permeado por diversas crises econômicas<sup>2</sup>, pelo crescimento de negócios urbanos e aumento de investimentos estrangeiros no país, estimulando as atividades comerciais e a industrialização. O ideal de modernização<sup>3</sup> e o aumento pela busca de produtos estrangeiros acompanhava a sociedade de então.

O cenário é a cidade de São Félix, situada no Recôncavo da Bahia<sup>4</sup> e fazendo fronteira com as atuais cidades de Maragogipe, Muritiba, Cachoeira e Cruz das Almas. No período estudado, o município abrangia o distrito de Muritiba, que foi emancipado em 1919; Cruz das Almas, emancipado em 1897 e Outeiro Redondo, ainda hoje distrito. Após os

---

<sup>2</sup> No momento da proclamação, a Bahia vinha sofrendo uma crise aguda nos principais produtos da pauta de exportação (decadência do açúcar e algodão). Essa situação desfavorável irá se reverter, até 1897, devido a importância adquirida pelo cacau e a recuperação dos preços de exportação baiana. Nesse momento, sofre uma nova crise agro-mercantil, caracterizada pela inflação e câmbio baixo, que dura até 1905. De 1906 até 1928, há uma recuperação ascendente, marcada pela intensificação da capacidade de compra e venda. Ver: SANTOS, Mario Augusto. *Comércio português na Bahia (1870-1930)*. Salvador: Irmão Paulo, 1977.

<sup>3</sup> Utilizo o termo modernização associado à ideologia do progresso ou racionalista, isto é, aquilo que é novo, que nunca existiu antes e que inova.

<sup>4</sup> Neste trabalho, tomo Recôncavo da Bahia na sua concepção histórica, isto é, a faixa litorânea que forma um semicírculo em torno da Bahia de todos os Santos, seus limites compreendem as atuais cidades de Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Catu, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Jaguaripe, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro da Purificação, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Gonçalo dos Campos, Sapeaçu, Saubara, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Varzedo. A Região Metropolitana de Salvador (Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz) também foi considerada por muito tempo como parte integrante do Recôncavo, mais precisamente, até 1973 (ano da criação da RMS – Região Metropolitana de Salvador). Feira de Santana, apesar de ser considerada por alguns autores como Recôncavo a concebo neste estudo como Agreste. Ver: BRANDÃO, Maria. *Os vários Recôncavos e seus riscos*.

desmembramentos torna o menor município do Estado com densidade de população calculada em 147 habitantes por quilometro quadrado, em 1944<sup>5</sup>.

Último ponto navegável do lado direito do Rio Paraguaçu, o maior e mais importante rio do Recôncavo, aparece como espaço privilegiado, juntamente com a cidade de Cachoeira. A cidade se constitui em um dos principais núcleos de escoamento de mercadorias entre a cidade de Salvador e o interior mais distante. Graças a sua geografia e a proximidade que tinha com a cidade de Salvador foi possível à formação de uma rede<sup>6</sup> de trocas comerciais que incluía litoral, Feira de Santana e o alto sertão<sup>7</sup>. Cachoeira sediava as trocas de mercadorias com a região de Feira de Santana e São Félix, com o alto sertão baiano.

Desde 1857, São Félix, quando ainda Freguesia de Cachoeira, já exercia uma posição importante na dinâmica comercial da região, enquanto entreposto de mercadorias no Recôncavo. Para Virlene Moreira (2002), muitos produtos sequer chegavam à Vila de Cachoeira, partindo do porto de São Felix diretamente para Salvador ou para os sertões. Para a autora, os interesses que prendiam as duas localidades consistiam na complementação de uma rede de integração do comércio desenvolvido na Bahia. Nesse sentido, Cachoeira e São Félix detinham economias ao mesmo tempo complementares e concorrentes<sup>8</sup>. Dos Sertões, vinha o gado e gêneros que abasteciam o mercado interno<sup>9</sup> e do Litoral, gêneros agrícolas, de subsistência e bens de consumo (grande parte destes importados)<sup>10</sup>.

<sup>5</sup> APMSF. Série: Jornais diversos. *Novidade*. 25 de fevereiro de 1944. Est. 37.

<sup>6</sup> Neste trabalho utilizo o conceito de redes sociais como um conjunto de ações desempenhadas pelo homem e que estão em curso, não podendo ser concebida através de uma relação de causa e efeito. Sobre o conceito de redes, ver: LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

<sup>7</sup>Sertão baiano é o nome dado à região de clima quente e seco e de chuvas irregulares situada no interior da Bahia. Segundo Mattoso, essa região é diversa e possui uma vegetação espinhosa e cactácea. Ver: MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: Uma província do Império*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992. Para o presente trabalho, concebemos Alto sertão, como a vasta área do interior baiano, “angulada pelos rios São Francisco e seu afluente Verde Grande, que compreende partes das regiões econômicas da Chapada Diamantina, Serra Geral e Médio São Francisco”. Ver: Neves (1999, p. 119 *apud* SANTANA, Napolitana. *Estabilidade familiar escrava no alto sertão da Bahia* (segunda metade do XIX). I Encontro de História do CAHL. UFRB. Centro de Artes, Humanidades e Letras, Cachoeira-BA. 18 a 21 de outubro de 2010). O baixo sertão da Bahia compreende as localidades do norte do Estado (Canudos, Itapicuru, Jeremoabo, Jacobina e Monte Santo). Ver: BRANDÃO, Maria. *Os vários Recôncavos e seus riscos*.

<sup>8</sup> MOREIRA, Virlene. Entre a Baía e os Sertões. *A dinâmica comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889)*. Salvador, UFBA, 2002. p. 56. (Dissertação de Mestrado)

<sup>9</sup> Entende-se Mercado Interno na mesma acepção que lhe atribui João Fragoso, isto é, “lôcus em que se dariam as acumulações endógenas e parte da reprodução da agroexportação”. Ver: FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p.28.

<sup>10</sup> É importante também considerar quando se trata do comércio estabelecido entre litoral e Sertões às ocorrências das secas como fator que limitava as atividades econômicas da região, haja vista que a escassez de recursos fazia com que os gados não pudessem se locomover em direção ao litoral, causando grandes problemas ao abastecimento interno. O longo período de estiagem também causava um numero muito grande de famintos e fazia com que levas muito grande de sertanejos abandonassem a região. Os efeitos de horror causados pela seca chamaram a atenção das autoridades somente em 1860, quando começaram então a criar medidas que visavam à

É importante ressaltar que a escolha de São Félix como cenário principal não despreza sua relação com as demais regiões, pelo contrário, só podemos entendê-la se entrelaçada num contexto mais amplo de integração regional. Pensar São Félix, no período republicano, é pensar principalmente sua relação com Cachoeira, Feira de Santana, Recôncavo, Sertões e a cidade da Bahia, como era conhecida a capital baiana. É nesse sentido que trabalharemos com o conceito de rede, uma região interligada por outras regiões. Salvador organizava as atividades comerciais por meio de seu porto e mercado, para diversas localidades nacionais e internacionais. E no Recôncavo, Cachoeira e São Félix eram os centros de redistribuição das mercadorias em esfera regional<sup>11</sup>. Salvador e Recôncavo mantinham nessa época forte relações econômicas. Conforme nos afirma Kátia Mattoso (1992), “mais do que qualquer outra cidade, a da Bahia está ligada à sua hinterlândia agrícola, pois é seu mercado e elo com o mundo exterior”<sup>12</sup>.

Salvador concentrava o mercado de exportação que tinha como produtos principais o açúcar, o fumo, o cacau, a aguardente, o couro e o café. O açúcar foi o principal e mais importante dos produtos de exportação baiana, sustentando-se até aproximadamente meados do século XIX. O cacau, no período republicano, era o produto que se destacava no cenário exportador, primeiro produto no quadro de exportações baianas<sup>13</sup>. O fumo era o segundo item de exportação, destacando-se como principal produto de fabricação e comercialização de São Félix e Cachoeira, sendo enviado para o exterior enormes quantidades do produto (fumo em folha – o de melhor qualidade). Entretanto tal produto também se fez presente no mercado interno sendo comercializado para diversas regiões do país<sup>14</sup>. O mercado de importação era dominado pelos bens de consumo; grande parte dos produtos importados eram revendidos no mercado interno, juntamente com outros gêneros.

---

assistência a essas localidades. Sobre as várias secas ocorridas na Bahia durante o século XIX, ver: GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política*. UFBA, 2000. (Dissertação de Mestrado).

<sup>11</sup> Milton Santos fala sobre a existência de três centros redistribuidores no Recôncavo no século XIX: Santo Amaro, Nazaré e Cachoeira (tomada conjuntamente com São Félix). Ver: SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. 1959.

<sup>12</sup> MATTOSO, 1992, p.51.

<sup>13</sup> O cacau do sul da Bahia começa a ganhar destaque no cenário exportador mundial, sobretudo por causa da industrialização do chocolate e do preço do produto nos mercados mundiais. Essa recuperação, verificada nos primeiros anos de 1890, é afetada, em 1897, pela inflação e baixa cambial. A Europa e EUA também passavam por crises agrícolas e mercantis, nos anos de 1893 e 1894 (respectivamente), o que iria repercutir de modo desfavorável para os negócios na Bahia – cenário de alta dos preços dos produtos de importação baiana. Somente após 1915 verifica-se uma recuperação no cenário exportador regional. Ver: SANTOS, Mario. *Comércio português na Bahia (1870-1930)*. Salvador: Irmão Paulo, 1977.

<sup>13</sup> SANTOS, Mario Augusto, 1977, p.33.

<sup>14</sup> Segundo Elizabete Silva, o fumo de São Félix certamente era o de melhor qualidade a ser exportado pelo Brasil – “fumos finos”. Ver: SILVA, Elizabete Rodrigues. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Salvador: UFBA, 2001, p.31. (Dissertação de mestrado)

Nesse sentido, o papel de São Félix na relação com Salvador e sertão baseava-se na redistribuição de mercadorias em escala regional. Ao ligar as zonas de influências e sediar esse processo de redistribuição (entrada e saída de mercadorias) no interior da Bahia, São Félix ganha destaque. Essa importância era maior que Cachoeira, pois dali saíam as principais estradas que ligavam ao Alto Sertão, sobretudo Chapada Diamantina. Devemos lembrar que São Félix e Cachoeira são as principais rotas comerciais do interior baiano, pois permitia o acesso a diversas áreas. Entre as principais zonas de influência do comércio local estavam à cidade de Salvador, a Chapada Diamantina e as localidades de Maracás, Jequié, Parnaíba, Utinga e Caetitê.

Para os propósitos desse trabalho, considero a existência de dois tipos de mercados: 1) o Mercado Externo, ligado ao comércio em esfera internacional e; 2) o Mercado Interno, onde se desenvolvem as acumulações ligadas ao comércio local, regional ou nacional e parte daquilo que é reproduzido no mercado externo<sup>15</sup>. Esses dois tipos de mercados estarão conectados a todo o momento no decorrer do texto, através de uma relação de complementaridade. Na verdade, não havia uma separação rígida entre os dois setores, antes, era comum, por exemplo, um mesmo comerciante dominar o setor de exportação e redistribuição<sup>16</sup>. As relações de subsistência, como o próprio nome sugere, ligado a produção para o próprio consumo, dialoga com esses mercados.

A baliza temporal justifica-se pelo fato de 1890 se constituir no período de emancipação política da cidade, bem como momento de reorganização socioeconômica devido o fim da escravidão e a crise do comércio açucareiro. A análise se encerra no ano de 1930, contexto marcado por uma nova reorganização do cenário econômico que afeta diretamente o comércio local desenvolvido na Bahia. Pensar sobre as experiências de vida e o papel que os grandes comerciantes detinham nesse contexto supõe além de ampliar o conhecimento sobre a Primeira República, entender as estratégias que grupos sociais realizam para manutenção do poder. Nesse sentido, para pensar a conjuntura local é necessário recorrer a todo o momento as ações desempenhadas por seus sujeitos históricos, da mesma forma que a compreensão dos comportamentos dos sujeitos históricos nos permite analisar a conjuntura econômica.

---

<sup>15</sup>FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>16</sup> Sobre a relação entre mercado interno e externo, ver: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

## ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Estudos sobre elites são frequentes e sua importância reside no fato de fornecer informações sobre a dinâmica social num dado período histórico. O termo elite não é novo nas Ciências Sociais, “remete a uma tradição consagrada cujos precursores foram Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca”, os quais afirmavam existir na sociedade um grupo de pessoas que conseguiram ascender ao topo da hierarquia social<sup>17</sup>. O estudo das elites foi bastante usado na ciência política, sendo duramente atacado, na passagem do século XIX para o XX, como uma noção antidemocrática e que negava a igualdade social, na medida em que legitimava o poder e superioridade natural de um pequeno grupo. Entretanto, o conceito de elites conseguiu se renovar e hoje, podemos falar de elites, sem que sua existência fira a ideia de democracia, haja vista que a democracia também é constituída por uma minoria no poder, contudo o processo de seleção desse grupo é aberto, por meio do voto popular<sup>18</sup>. “O termo tornou-se ainda instrumental a medida que busca afastar-se das antigas naturalizações e “heroificações” (colocar como herói) e, desvendar as diferenças de papéis sociais que irá repercutir em posições de privilégios e influência social”<sup>19</sup>.

O conceito de elite sofre na sua essência terminológica de uma imprecisão, devido ao seu caráter generalizante, – trata-se sempre de uma minoria que consegue adquirir poderes sejam eles, político, econômico ou ideológico – sendo assim, sempre quando falarmos de elite é necessário assinalar qual grupo social estamos trabalhando. Exemplo: elite política, elite econômica, elite de fazendeiros, etc. Geralmente esse grupo é formado por homens abastados. Para Heinz (2006), a noção de elite não traz implicações teóricas particulares, sua importância está em perceber os mecanismos usados por grupos sociais para alcançar os espaços e ou posições de poder. Segundo ele, “trata-se de compreender, através da análise mais “fina” dos autores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade”<sup>20</sup>.

A noção de elite vem abrindo espaço para a análise dos grupos dominantes, suas trajetórias e relação com o mundo social. O método utilizado nesta pesquisa é a prosopografia que consiste na análise de biografias coletivas, agrupando informações e conectando-as. A

<sup>17</sup> Ver: GRZYNSZPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais. Uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

<sup>18</sup> Sobre a teoria das elites, ver: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 11ed, 1998. HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

<sup>19</sup> Ver: HEINZ, Flávio. (Org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>20</sup> HEINZ, 2006, p.8.

prosopografia ganha destaque por tornar possível perceber como membros de determinados grupos adquirem posição social e econômica.

Aplicar esse método para entender como membros da elite de comerciantes baianos reagem numa conjuntura de transformações sociais em escala local, regional e nacional, requer entender também as limitações do próprio método. Através da prosopografia é possível compreender a sociedade – suas tendências gerais de organização socioeconômica e política – a partir da vivência de uma amostra não aleatória dos membros de determinado grupo social, mas não se pode analisar, por exemplo, os movimentos do mercado, nem fazer qualquer tipo de generalização. Como nos indica Burke,

A limitação mais óbvia é a insuficiência de dados. Aqui o perigo óbvio é aquele o qual Stone alertou os futuros prosopográficos: o de tratar-se a amostra sobre a qual tem informações confiáveis como uma amostra aleatória de toda a população que está sendo estudada, quando não é nada disso. Em outras palavras, mesmo usando os métodos de biografia coletiva, não é possível generalizar sobre uma base absolutamente firme; por outro lado, falar sobre o grupo sem considerar membros, um a um, é generalizar sem base alguma<sup>21</sup>.

Sendo assim, não é possível estabelecer “tipo ideal” de comerciante; muito menos tratar aqueles nomes os quais usarei como amostra como casos representativos de todo grupo. A análise é sempre restritiva e se limita à rede de comerciantes pesquisados, no caso específico os grandes comerciantes sanfelistas ligados ao setor intermediário entre o Sertão e o litoral.

Nesse trabalho, fiz recorrência frequente às fontes cartoriais. Os inventários me ajudaram a compreender as condições de vida material dos comerciantes de São Félix. Zélia Cardoso de Mello, em seu livro *Metamorfose da Riqueza* (1985), destaca a importância dos inventários para a análise da riqueza. Os inventários oferecem um retrato sobre a composição das fortunas pessoais, permitindo entender aspectos da vida social e econômica dos indivíduos. Por meio deles é possível tecer relações sobre os mecanismos de formação e acumulação de capital de uma dada sociedade.

Os noticiários de jornais, por sua vez, me ajudaram a pensar sobre interesses comerciais, como o que se vendia nas casas comerciais, o mercado consumidor, os serviços oferecidos, os preços dos produtos, os momentos de crise. Os processos cíveis colaboraram no sentido de me fazer entender as normas de condutas e os conflitos ou tensões sociais entre membros do mesmo ou de diferentes grupos, eles também indicam possíveis alianças e

---

<sup>21</sup> BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites no século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p.23.

estratégias de sobrevivência. Outra fonte que me permitiu adentrar na vida social e econômica da cidade foram as *Efemérides Sanfelistas*, de autoria de Júlio Ramos de Almeida, o qual relata os acontecimentos da vida local, localizando-os no tempo de sua ocorrência.

As atas da câmara possibilitaram-me averiguar quais comerciantes participavam da política local, traçando uma relação entre a esfera de poder econômico e poder político. É possível ainda perceber a organização social da cidade por meio das demandas solicitadas e das obras realizadas, bem como os interesses socioeconômicos do grupo. As leis municipais aprovadas pela câmara (chamadas posturas) me ajudaram a perceber as tentativas de estabelecer regras, o que me forneceu indícios para pensar sobre os interesses da elite local e o olhar destes acerca das condutas sociais. Assim, por meio dos fragmentos variados encontrados nas fontes e devidamente cruzados, buscou-se comparar situações e estabelecer especificidades, prestando atenção nos detalhes que auxiliam na compreensão da dinâmica local e a maneira como membros da elite econômica vivenciaram e reagiram as transformações históricas.

Este trabalho se divide em quatro capítulos. O primeiro capítulo busca caracterizar o quadro econômico do Recôncavo Baiano e a formação de uma classe abastada que se dedicava ao comércio intermediário com o Sertão e a capital. Abarca o processo de concentração da riqueza por famílias de negociantes. A ideia é analisar trajetórias de comerciantes, bem como as suas estratégias sociais de ascensão e enriquecimento. Assim, analisarei o cenário agromercantil diversificado que permitiu a formação de uma elite comercial.

O segundo capítulo centrará na trajetória de um comerciante específico: José Ramos de Almeida, buscando iluminar diversos aspectos sobre a experiência de vida e as formas de investimentos utilizadas por ele para manutenção do poder<sup>22</sup>. O estudo de caso, como estratégia de pesquisa, consiste na análise extensa e exaustiva de um caso ou fenômeno específico, com a finalidade de desvendar aspectos gerais das experiências vividas pelos indivíduos em determinado período histórico. Trata-se de compreender as características gerais da qual o biografado faz parte. Para Yin (2005), “o estudo de caso permite uma

---

<sup>22</sup> Lê-se “poder”, neste trabalho, como a capacidade de alguns indivíduos exercerem domínio numa relação, seja por meio de signos, interpretações, códigos ou linguagens (material e cultural). A ideia de poder não está associada diretamente a riqueza, mas a ação que o indivíduo exerce numa relação independente da base que o fundamenta e se houver resistência. Ver: WEBER, Max. *Conceitos básicos da sociologia*. 5.ed. rev. São Paulo: Centauro, 2008.

investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais”<sup>23</sup>.

No terceiro capítulo focarei na análise sobre a relação dos comerciantes com esfera pública, buscando perceber de que forma a elite de comerciantes influenciava na região. Como base documental, utilizei os dados contidos em atas, relatórios de presidente de província e jornais, buscando verificar qual o grau de participação dos comerciantes na esfera pública e estratégias para angariar um espaço na administração local.

No quarto capítulo busco pensar quais as alternativas encontradas por essas famílias para a sobrevivência em contextos de crise econômica. Realizei aqui uma análise sobre a conjuntura econômica da região, a fim de perceber os fatores que possibilitaram o seu declínio socioeconômico. Averigüei também se esse declínio era acompanhado pela falência das casas comerciais e ruínas de suas elites ou se esse grupo consegue sobrepor-se aos tempos tempestivos com sagacidade e manter seu patrimônio. Finalizo, destacando a importância da análise de contextos locais e regionais para a compreensão da dinâmica socioeconômica brasileira e a necessidade de mais estudos sobre o Recôncavo para que possamos reconstituir a história dos espaços regionais através de suas características específicas.

---

<sup>23</sup> YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. p.20.

## CAPÍTULO I

### VIVENDO PARA NEGOCIAR

Como entender a dinâmica comercial de São Félix a partir de sua elite de comerciantes? Quem foram as pessoas ou famílias que conseguiram formar grandes fortunas? Qual sua origem, sua história de vida? Como se deu o processo de ascensão econômica? A atividade comercial contribuía para o fortalecimento do poder local no período republicano? Em que medida isso acontecia? Essas questões necessitam ser investigadas e problematizadas, cujas respostas procurarei dar ao longo do capítulo. Para entender como a dinâmica comercial se expressa no território de São Félix é necessário antes de tudo encaixá-la dentro de um circuito de redistribuição de mercadorias em escala regional, local e internacional que permita averiguar como se deu a formação dessa riqueza. Neste capítulo, será colocado em relevo o estudo sobre a conjuntura econômica da região do Recôncavo, especificamente da cidade de São Félix, durante a Primeira República, quando se deu o processo de concentração da riqueza nas mãos de grandes comerciantes.

#### 1.1 O PALCO DAS NEGOCIAÇÕES

O território [ou região] não tem somente o sentido de delimitação do espaço institucional. Mais do que o mero limite ou projeção espacial o território é ampla expressão de uma força social que vai singularizar o espaço e deve ser pensado como fluxo. O território torna-se palco e a cena da apropriação de um determinado grupo composto de indivíduos concretos<sup>24</sup>.

A descrição acima relata em linhas gerais a ideia de território. A noção de território/região perpassa os limites institucionais e geográficos, podendo ser concebido como espaço sociológico onde se desenvolve as relações econômicas, sociais, culturais e simbólicas. Esse, a depender do objeto de estudo e das questões colocadas em relevo, pode ser recortado e apropriado pelo historiador de variadas formas. É a partir dessa definição mais geral que analiso o cenário regional desta dissertação.

Erguida nas margens do Paraguaçu, a cidade de São Félix reservou durante muito tempo características de centro regional, responsável pela redistribuição de mercadorias, numa época onde a principal comunicação era feita pelo mar. Último ponto navegável do Rio

---

<sup>24</sup> ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovias e rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no Sul do recôncavo e sudoeste Baiano (1870-1930)*. Feira de Santana, Bahia, UEFS, 2001.

Paraguaçu (na margem oposta de Cachoeira), a partir da segunda metade do século XIX, São Félix irá fortalecer-se na dinâmica comercial devido a sua posição estratégica.

A importância de São Félix está em liderar o escoamento de mercadorias entre as duas rotas principais do comércio no interior baiano: fluvial e terrestre. O acesso que não era possível pelo mar se fazia por terra<sup>25</sup>. Nessa época, o porto de São Félix fervilhava de embarcações de todo tipo e porte, de tipos sociais diversos e comerciantes que viam de diversas localidades para vender e comprar mercadorias, e às vezes se fixavam na localidade. Essa movimentação de pessoas pelo porto e ruas da cidade indicava o seu grau de importância na articulação comercial do interior. Pelo porto de São Félix era possível conectar as mercadorias vindas do exterior (por meio de Salvador) e do interior (Recôncavo e Sertão).



**Figura 1:** Porto de São Félix, [19--].

**Fonte:** IBGE.

Assim, a cidade de São Félix sediava o escoamento da produção econômica do interior (colocando mercadorias estrangeiras no mercado local, por Salvador) e era responsável pela redistribuição de mercadorias do Sertão e Recôncavo, sobretudo gêneros agrícolas, para o mercado de exportação. A diversidade (produtiva, cultural e de vivências individuais e coletivas) do Recôncavo é algo bastante ressaltado pela literatura da Bahia<sup>26</sup>. Milton Santos

<sup>25</sup> MOREIRA, op. cit, 2002.

<sup>26</sup> Ver: MATTOSO, op. cit, 1992; SANTOS, Milton. op.cit, 1959; MACHADO NETO, Zahidé. *Quadro sociológico da "civilização" do Recôncavo*. Salvador: Centro de Estudos baianos, 1971.

(1959), fala sobre Recôncavos, destacando a pluralidade da região – a zona do fumo, da pesca, da cana de açúcar, do marisco, do barro, da agricultura de subsistência (milho, mandioca, batata), cada uma com características próprias<sup>27</sup>. O centro regional, apesar de sediar as trocas produtivas, também comercializava seu produto.

Dessa forma, a agricultura diversificada do Recôncavo, marcada pela produção de açúcar<sup>28</sup> (até primeiras décadas do século XIX), do fumo, da farinha de mandioca – que serviu ao abastecimento interno como gênero de subsistência, juntamente com a carne-seca, peixes e outros gêneros alimentícios – conjugada com a função de recambiar mercadorias permitiu o desenvolvimento de uma rede de relações comerciais na qual tinha como centro a cidade de Salvador. Em escala regional as cidades de São Félix e Cachoeira se sobressaíam, por se constituírem entroncamentos de vias de ligação terrestre, fluvial e marítima entre Salvador e os centros consumidores do interior do estado da Bahia. Pela chamada Ladeira Velha de Muritiba a cidade de São Félix conectava-se com a região da Chapada Diamantina e Norte de Minas Gerais. A estrada de Capoeiruçu ligava Cachoeira a Feira de Santana. O rio Paraguaçu ligava as duas cidades a Salvador, o centro comercial do Estado.

Conforme sugere Vilmar Faria (1980), Salvador foi muito mais do que o principal núcleo urbano regional. Desde o período colonial e mesmo depois de ser sede da Coroa Portuguesa, em 1763, Salvador foi um dos principais centros comerciais brasileiros, responsável pela comunicação com mercados nacionais e internacionais. Como principal centro comercial baiano, Salvador era também centro de distribuição de mercadorias em escala regional e um dos destinos preferidos de artigos advindos do interior do estado<sup>29</sup>. A ligação comercial entre Salvador e Recôncavo era tão intensa a ponto de Kátia Mattoso afirmar que “a existência econômica de uma dependia da outra”<sup>30</sup>.

Ao retratar o Recôncavo Baiano durante o século XIX, Barickman (2003) descreve a diversidade econômica da região. Segundo nos sugere o autor, as regiões do Iguape, São Francisco do Conde e Santo Amaro eram locais onde predominava a cultura do açúcar; Jaguaripe, Maragogipe, Nazaré e São Felipe dedicavam-se à plantação de mandioca e gêneros de subsistência; Maragogipe, Cachoeira e São Félix, fumos e gêneros alimentícios. Para

<sup>27</sup> SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa oficial da Bahia, 1959.

<sup>28</sup> Ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Salvador: FCJA; UFBA – Centro de Estudos Baianos, 1999.

<sup>29</sup> ADEODATO, G.; de SOUZA, A.; FARIA, Vilmar. (org.) *Bahia de todos os pobres*. Rio de Janeiro: Editora Brasileira de Ciências Ltda, 1980.

<sup>30</sup> MATTOSO, 1992.

Barackiman, o fumo e o açúcar foram a base da economia de exportação da Bahia<sup>31</sup>. Esse último foi o principal produto de exportações baianas, não suplantado em importância por nenhum outro, mesmo depois de seu colapso definitivo em 1889, quando perde mercado para a concorrência estrangeira.

Ao longo da segunda metade do século XIX, vários fatores vinham concorrendo para o declínio das exportações do açúcar na Bahia: o desgaste do solo, a instabilidade do produto no mercado internacional, a concorrência estrangeira e a reorganização da mão de obra devido ao fim do tráfico de cativos. Assim, a indústria do açúcar na Bahia vai pouco a pouco perdendo destaque e sua produção após 1860, sofre estagnação. Nessa conjuntura econômica, a Bahia começa a adaptar sua economia às exigências de modernização, onde a busca por produtos de luxo e a imitação de padrões europeus intensificava o mercado de consumo a nível regional e internacional. É importante sublinhar que os principais produtos primários de exportação da Bahia (fumo, açúcar e café) estavam sofrendo, nesse período, grande concorrência no mercado internacional. Contudo, se os demais produtos resistem às oscilações econômicas do século XIX, fazendo frente à concorrência, o açúcar sucumbe no final do século. Sobre a crise açucareira nos informa Waldir Oliveira (1999),

Desde a década de 30, perdera o açúcar o primeiro lugar entre os produtos de exportação do Império, cedendo-o ao café, cultivados nas Províncias do Sul. Seus preços, no mercado internacional, decresciam continuamente, inquietando seus produtores que tinham, àquele tempo, de enfrentar a concorrência que lhes faziam os da ilha de Cuba, onde haviam sido instalados aparelhos industriais de maior eficiência produtiva, e os dos países europeus, onde se desenvolvia, rapidamente, a produção do açúcar de beterraba. [...] Deslocara-se para as mãos dos plantadores de café do Sul do país, o controle exercido, até havia pouco, pelos senhores de engenho do Nordeste, sob a economia do império. E o novo cultivo já começava a repercutir sobre a mão de obra utilizada, na Bahia, pelos plantadores de cana, em razão do número crescente de escravos, que passaram a ser negociados, em grandes lotes, para a região cafeeira [...]. Em meio, contudo, a tão desalentadoras perspectivas, aumentava o movimento comercial da praça da Bahia, beneficiando, de modo direto, seus comerciantes<sup>32</sup>.

Interessante perceber como o aumento do movimento da praça comercial da Bahia estava associado à intensificação nos quadros de importação e concorrência de países estrangeiros pela exportação de bens de consumo, o que por sua vez estimulou o aumento da população, as novas exigências de consumo e o comércio em São Félix, através da

<sup>31</sup> BARICKMAN, B. J. *Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Salvador: FCJA; UFBA – Centro de Estudos Baianos, 1999. p.25-26.

intensificação do circuito de redistribuição local. A Europa e os Estados Unidos eram os principais responsáveis por colocar bens de consumo estrangeiros na localidade. O estímulo ao consumo possibilitou o aumento da praça comercial.

O mercado internacional exercia grande importância nesse contexto, pois impulsionava e influenciava as atividades comerciais e financeiras ligadas ao mercado regional. Conforme afirma Kátia Mattoso (1978), cabia ao mercado em esfera internacional, “colocar nos mercados consumidores externos uma produção de produtos primários e de trazer para o mercado consumidor interno bens aqui não produzidos quer seja manufaturados ou mesmo alimentícios”<sup>33</sup>. O mercado de importação era dominado por bens de consumo, ferramentas e maquinários, devido à carência de uma produção interna. Para Mário Santos (1977), “o setor importador era dependente dos lucros da exportação que determinariam suas possibilidades de compra dos artigos estrangeiros”<sup>34</sup>.

O setor exportador estava totalmente interligado a grande agricultura e as flutuações dos preços dos gêneros no mercado internacional<sup>35</sup>. Este mercado constituía-se na principal fonte de arrecadação de verbas públicas e privadas. Por outro lado, o comércio importador era aquele que permitia preencher a carência no abastecimento interno, diante da presença de uma indústria negativa e de uma produção insuficiente, que não supria a demanda por utensílios domésticos, maquinários, ferramentas e até mesmo gêneros alimentícios. A necessidade de recorrer sempre a mercadorias advindas de fora, acabou estimulando o comércio grossista e varejista em esfera regional<sup>36</sup>. Segundo Paulo Henrique Duque Santos:

A capital da província da Bahia foi, no século XIX, a principal praça de abastecimento das mercadorias importadas e nacionais, dessa praça vieram molhados, fazendas, miudezas e ferragens. Esses produtos importados da Europa e Estados Unidos vestiam a freguesia com certo dinheiro, cobriam catres e cama, adicionavam outros sabores à mesa, muniam artesãos com peças e acessórios de fabricação de calçados, móveis e engenhocas para o serviço nas lavouras. A Grã Bretanha, outrora o principal fornecedor de produtos importados para o mercado brasileiro, perdeu sua preeminência entre 1902 e 1920<sup>37</sup>.

---

<sup>33</sup> MATTOSO, Kátia. *Bahia: A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec/Salvador: Secretária de Educação e Cultura, 1978. p.239.

<sup>34</sup> SANTOS, Mario Augusto. *Comércio português na Bahia (1870-1930)*. Salvador: Irmão Paulo, 1977, p.27.

<sup>35</sup> Conforme descreve Tavares, “os principais produtos exportados pela Bahia (1890-1930) eram: cacau, fumo, açúcar, café, couros curtidos e em salmoura (couro cru), peles, piaçava, pedras preciosas, cera de carnaúba, borracha e madeiras. Como se vê, uma produção diversificada”. TAVARES, Luís Henrique. *História da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1951. p.364.

<sup>36</sup> Ver: SANTOS, Mario Augusto. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009. \_\_\_\_\_ . *Comércio português na Bahia (1870-1930)*. Salvador: Irmão Paulo, 1977.

<sup>37</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léguas tiranas: Sociedade e economia no alto sertão da Bahia*. Caetité. 1890-1930. São Paulo: USP, 2014, p.53. (Tese de Doutorado)

Assim, a Grã Bretanha e França vinha perdendo sua primazia nas importações brasileiras para os Estados Unidos e a Alemanha, seus principais concorrentes nas importações de manufaturados. Esse mercado de importação dinamizava o comércio regional, pois, cabia a ele a tarefa de abastecer com mercadorias as casas de negócio sanfelista. O cenário era de crescimento, vitalidade e efervescência comercial; dentro desse cenário diversas pessoas buscavam se articular de inúmeras formas para ascender socialmente por meio das atividades comerciais. Os grandes comerciantes (importadores, exportadores e grossistas) eram, sem dúvida, o grupo social que mais acumulava riqueza<sup>38</sup>, “a eles cabia à tarefa de controlar a produção agrícola”<sup>39</sup>.

Os comerciantes do Sertão, por sua vez, garantiam-se nesse circuito por meio da atividade agrícola e pecuária local. A cultura do algodão e a criação de gado vacum permitiram ao Sertão tecer uma rede de relações econômicas com o Recôncavo, Salvador e o Sul do país<sup>40</sup>.

São Félix, devido seu porto intermediário, garantia-se como principal praça comercial do interior baiano, ponto obrigatório de passagem de produtos vindos de Salvador e interior, exercia papel fundamental como centro redistribuidor de mercadorias. O mercado desenvolvido na cidade, além de contar com diversidade agrícola muito grande, incluía também uma série de produtos importados, tais como tecidos e ferramentas, a serem vendidas em casas comerciais ou firmas especializadas em artigos de armarinho, miudezas e modas, conforme podemos verificar pelo anúncio do jornal *Novidade*.

---

<sup>38</sup> Nesta pesquisa trabalho com o conceito de riqueza, nos termos que atribui MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfozes da riqueza. São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC/ Prefeitura Municipal de São Paulo/ Secretaria Municipal de Cultura, 1985. p. 16. Isto é, “a posse de bens que se relacionam com a produtividade, com a geração de lucros, sua significação na conquista ou afirmação de status, a conferir poderio e prestígio”. Assim, o reconhecimento do estatuto de homens ricos passa por critérios de distinção social marcado pelo dinheiro, status e poder.

<sup>39</sup> MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX. Uma província do Império*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992.

<sup>40</sup> Após a I Guerra Mundial, o cenário econômico vinha favorecendo a exportação de algodão. Era comum recorrer aos pequenos e médios lavradores para o plantio do gênero agrícola, a ser comercializado por fazendeiros e negociantes, os quais auferiam bastante lucro com o comércio e beneficiamento do produto. SANTOS, Paulo. 2014, p.193-195.



**Figura 2:** “Casa Mansur”, casa de negócio antiga situada em São Félix especialista na venda de artigos em armarinho, moda e miudeza.

**Fonte:** Acervo familiar. Família Ramos de Almeida Alves, *Jornal Novidade*, [s. d. 1944].

Esse mercado local/regional era dominado pela presença de estabelecimentos de secos, molhados, fazendas, miudezas e bens de consumo, em geral. Era possível ver na cidade toda sorte de comerciantes, de diversas nacionalidades – brasileiros, ingleses, italianos, portugueses e, no caso acima, árabes – que abriam casas de negócios na esperança de conquistar um espaço de sucesso na sociedade, dedicando-se ao comércio em nível regional. Ao longo da segunda metade do século XIX, o pequeno povoado de São Félix passou a atrair indivíduos de diversas regiões e mesmo estrangeiros em busca de espaço nesse setor de comércio que vinha se expandindo consideravelmente. Situada na Rua Inácio Tosta, a “Casa Mansur”, do comerciante árabe Antonio Mansur, representa apenas um dos exemplos de estabelecimentos comerciais da cidade, que se dedicava a artigos de fazendas e miudezas.



**Figura 3:** Casa comercial Mansur, à frente.  
**Fonte:** IBGE

O mercado de revenda de bens de consumo na região se destacava numa época em que os gêneros tradicionais de exportação sofriam concorrência externa e eram sensíveis aos abalos do mercado internacional, as crises de produção interna e as crises financeiras. No rol de estabelecimentos comerciais, podemos citar ainda o armazém de molhados, ferragens, drogas e miudezas de Cândido Augusto Ribeiro & Companhia, o armazém de molhados de Umbelino Silva & Cia., o armazém de José Ramos & Cia, o de Plínio Moscozo & Cia.; o armazém de molhado e estiva de Arthur Rocha Pires, o de Plínio Umburanas; o grande armazém de importação e exportação de miudezas, ferragens, drogas e molhados de Henrique Pereira Teixeira & Companhia<sup>41</sup>; só para descrever alguns dos mais importantes estabelecimentos.

O setor de comércio e serviço sanfelista era extremamente diversificado, contando com ferragens, tecidos, açougues, calçados, fazendas, confeitarias, gêneros de estiva, agências de animais, agências diversas, couros, vinagres, louças, vidros, drogarias, chapéus, moda, tintas, brochas, cachaça, pastelaria, papelaria, quadros, miudezas, malas, perfumarias, molhados, padaria, metais, arreios, selas, funilaria, materiais inflamáveis, armas de fogo,

<sup>41</sup> APMSF. Série Jornais diversos. Jornal: *A Pátria*. Ano 1892. *A Vanguarda*. Ano 1924-1927. Est. 37.

olarias, objetos de farmácia, caixa, livros, bilhetes de loterias e pedras preciosas<sup>42</sup>. A variedade de produtos e estabelecimentos comerciais nos indica a grande capacidade de consumo e redistribuição de gêneros diversos para outras regiões.

Assim, é possível verificar, tanto por meio dos anúncios de jornais, como *A Pátria*, *A Vanguarda*, *O Paraguassú*, *O Propulsor*, quanto pela arrecadação de impostos da Coletaria Municipal de São Félix<sup>43</sup>, um comércio bastante ativo que incluía grande número de armazéns de secos, molhados e miudezas, estabelecimentos que geravam grandes ganhos aos cofres públicos por meio de impostos cobrados. Essas firmas, em sua grande maioria, ligadas com a cidade de Salvador e à Chapada Diamantina, possuíam algumas filiais espalhadas por Salvador e interior, como é o caso da loja de Plínio Moscoso & Companhia, fundada em São Félix em 1867 e com filial na cidade da Bahia. Tal estabelecimento, além de trabalhar com a importação direta de artigos de ferragens, miudezas, molhados, drogas, louças e artigo de luxo, vindos da Europa, trabalhavam ainda com a exportação de couro, peles, borracha, cacau, café e demais gêneros do país<sup>44</sup>.

A firma Souza Ribeiro & Cia, por sua vez, trabalhava com a importação e exportação de ferragens, louça esmaltada, cutelarias, instrumento para lavoura, arte e ofício, máquinas de costura, armas de fogo e munições, drogas, especialidades farmacêuticas, tintas, papelaria, copiadores para cartas, livros e artigos escolares, sendo fundada em dois de janeiro de 1886, em Curalinhos (atual cidade de Castro Alves-BA), como casa varejista (atualmente filial), – a Praça General Dionísio da Cerqueira, nº 49 – sendo transferida para a cidade de São Félix (a casa matriz) em 1922 – a Rua Senador Temístocles, nº 11, com secção em grosso<sup>45</sup>. A casa de negócio Carvalho, Fraga & Cia, se dedicava a compra de fumo, café, couro, peles e gêneros agrícolas do país, com sede em São Félix e filial na cidade de Rui Barbosa<sup>46</sup>.

Outro exemplo é a firma Tude, Irmão & Companhia, com sede em Salvador e com filiais em São Félix, Amargosa, Jaguaquara, Teófilo Otoni e Paris (França), possuía secção de vendas, importação e exportação<sup>47</sup>. Especializada em artigos de armarinho, louças, vidros, drogas e ferragens<sup>48</sup>, foi fundada a partir da associação dos irmãos Eudoro Tude de Sousa e

<sup>42</sup> APMSF. Série Jornais diversos. Jornal: *A Pátria*. Ano 1892. *A Vanguarda*. Ano 1924-1927. *O Paraguassú*. Ano 1910, *O Propulsor*. Ano 1911. *A Defesa*. Ano 1929-1931. Acervo familiar. Família Ramos de Almeida Alves, *Jornal Novidade*, [s. d. julho de 1944].

<sup>43</sup> AFSF. Série: Impostos da coletoria municipal. Indústria e profissão (1913-1915).

<sup>44</sup> APMSF. Série Jornais diversos. *A Vanguarda*. Ano 1924. Est. 37.

<sup>45</sup> APMSF. Série Jornais diversos. *A Vanguarda*. Ano 1924. Est. 37.

<sup>46</sup> APMSF. Série Jornais diversos. *A Vanguarda*. Ano 1925. Est. 37.

<sup>47</sup> APMSF. Série Jornais diversos. *A Vanguarda*. Ano 1925. Est. 37.

<sup>48</sup> APMSF. Série Jornais diversos. *A Vanguarda*. Ano 1925. Est. 37.

Plínio Tude de Sousa<sup>49</sup>, moradores de Amargosa<sup>50</sup>. Fundada com a designação Tude & Irmão, a firma passou por transformações, expandiu seu mercado, inserindo novos sócios e se transformando em Tude, Irmão & Cia.

A fundação de firmas comerciais por famílias ou associações familiares foi possível graças ao desenvolvimento socioeconômico do interior baiano, facilitado pelo processo de migração e intensificação comercial, a partir da segunda metade do século XIX. O capital acumulado em função da diversidade agrícola da região e do papel desempenhado por São Félix como centro redistribuidor, sobretudo de mercadorias estrangeiras para o mercado interno possibilitou grandes investimentos comerciais na região e a formação de fortunas pessoais. Este é o caso de Umbelino Silva, chefe fundador da firma comercial Umbelino Silva & Cia, fundada a partir da associação entre ele, seu filho Waldomiro Silva e Evaristo Ribeiro Soares. Situada a Rua dos Conspiradores, seus armazéns e depósitos possuíam grande estoques de armarinho, molhados, ferragens, miudezas, louças e vidros. Com vendas do interior para a capital e vice-versa, possuía secção em grosso e varejo. Este mesmo comerciante fundou a “Caixa Aliança Universal”, sociedade de mútuo auxílio, para o comércio de vendas de mercadorias por meio de sorteios, possuía vários sócios<sup>51</sup>.

No que tange às modalidades de se efetivar as transações comerciais, podemos ressaltar três tipos de pagamento: a venda à vista (pagamento na hora); a venda para entrega (pagamento antecipado à entrega da mercadoria) e a venda a prazo (pagamento depois da entrega da mercadoria, que poderia ser parcelado ou não). Dessas três modalidades existentes na cidade, a venda a prazo e a venda para entrega eram a modalidade mais disseminada entre as grandes firmas comerciais, algo explicado pelo volume de mercadorias e pelo dinheiro investido que era consideravelmente alto<sup>52</sup>.

O órgão máximo de representação e catalisação dos interesses dos grandes comerciantes baianos era a Associação Comercial da Bahia, fundada em 1811. Estes reuniam anualmente em assembleia geral, sendo seus dirigentes eleitos por meio do voto dos associados. A Associação Comercial da Bahia abrigava em seus quadros membros de

---

<sup>49</sup> Plínio Tude de Souza, além de se dedicar ao comércio, lançava-se também na atividade agrícola e pecuária. “possuindo, em 1925, magníficas propriedades agrícolas de cacau no Espírito Santo”. Ver: APMSF. Série Jornais diversos. *A Vanguarda*. Ano 1925. Est. 37.

<sup>50</sup> MATTOS, Waldemar. *Panorama econômico da Bahia 1808-1960*. 2. Ed. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2001.

<sup>51</sup> APMSF. Série Jornais diversos. *A vanguarda*. Ano 1925. Est. 37.

<sup>52</sup> APMSF. Série Jornais diversos. *A vanguarda*. Ano 1925-1926. Est. 37; AFSF. Processos crimes. Seção: Queixa-crime. Querelante: Plínio Umburanas. Querelado: Hermenegildo Brito. Ano 1931. Fl. 184. – Fl. 193.

nacionalidades diversas e setores econômicos variados, como comércio, agricultura, indústrias e interessados<sup>53</sup>.

Outra fonte que nos ajuda a compor o quadro analítico local são os recibos de arrecadação de impostos, por meio deles percebem-se os valores arrecadados pela coletoria para cada ramo do comércio, bem como a própria ocupação espacial da cidade, isto é, ruas e praças onde os estabelecimentos comerciais estavam situados. É possível perceber, por exemplo, a preferência dos comerciantes de miudezas, bens de consumo e molhados, pelas áreas centrais da cidade, como a Praça Inácio Tosta, Ruas Senador Temístocles, Vinte de Dezembro e do Templo. As fábricas de charutos, o outro grande ramo de atividade econômica da cidade, ocupavam as áreas portuárias ou que tinha conexão imediata com o cais como a Rua Dannemann, Largo dos Artistas e Avenida Salvador Pinto.

Nos centros urbanos ou sub-regiões do interior da Bahia, principalmente em pontos comerciais ativos, como São Félix, era possível ver todo tipo de comerciantes: ambulantes, mascates, pequenos e grandes comerciantes. Os vendedores de rua eram entre os que atuavam no comércio a categoria social mais pobre, lançavam-se a lida diária, tinham uma vida muito difícil e dependiam, sobretudo, da sorte para desempenhar as vendas – às vezes a sorte batia na porta e vendia bastante, às vezes não. Muitos desses pequenos comerciantes eram mulheres que negociavam nas ruas com tabuleiros ou pequenas quitandas. Seus nomes frequentemente apareciam nas listas de devedores de impostos. Por outro lado, o alto comércio sanfelista era composto pelos comerciantes de “grosso trato” (que se dedicavam ao comércio de produtos variados em escala regional) e os comerciantes de importação-exportação (ligados ao comércio internacional). Foram esses comerciantes que conseguiram formar grandes fortunas.

A atividade comercial em si era bastante aberta, contudo possuía uma hierarquia de classe própria, cuja expressão máxima pode ser vista na diferenciação entre comerciantes e caixeiros. Os comerciantes eram dentro dessa escala hierárquica, os empregadores, os donos das firmas, os patrões, aqueles que podiam admitir ou demitir os caixeiros. Os caixeiros eram os representantes ou auxiliares comerciais, também conhecidos como empregados do comércio desempenhavam diversos cargos – cobradores, mensageiros, propagandistas, além de ajudarem na venda e arrumação da loja. Esses caixeiros se reuniam em associações ou sociedades (Associação dos empregados do comércio de São Félix), que pelo que tudo indica, acolhia também comerciantes em seus quadros. A presença de comerciantes estava ligada a carência de recursos financeiros da classe caixeral.

---

<sup>53</sup> SANTOS, Mario. 1977, p.101-133.

Segundo Mário Augusto Santos (2009), os caixeiros se dividiam em diversas categorias, de acordo as atribuições e tempo de serviços prestados: aprendizes de caixeiro, os caixeiros de balcão, de escrita, os caixeiros de guarda volume, os caixeiros viajantes ou primeiro-caixeiro (mais próximo ao patrão, era quem poderia vir a ser sócio da casa comercial)<sup>54</sup>. Ser caixeiro viajante era saber zelar e proteger os interesses comerciais do patrão aonde quer que fosse. Cabia a eles, além da venda, a representação e propaganda da casa comercial em diversas regiões.

Os caixeiros geralmente não tinham taxa pré-estabelecida para diárias durante as viagens comerciais, possuindo apenas uma média de gastos para o roteiro (300\$000 em 1930). Além disso, havia as taxas com despesas extraordinárias ou imprevistas, feitas com documentos, condução de animais, “positivos” e outros, a qual era incluída mesmo em diárias fixas. Durante a viagem, os caixeiros levavam malas de amostras do produto e mantinha correspondência constante com o patrão para informá-lo sobre as transações mercantis. Fidelidade e integridade eram qualidades essenciais para ser caixeiro-viajante<sup>55</sup>.

O comércio era a atividade que dava “vida” a cidade, verdadeiro passaporte de ascensão social para algumas pessoas. As formas de mobilidade poderiam ser inúmeras, desde a inserção em famílias aristocratas até as iniciativas individuais de montar um pequeno negócio. São Félix aparece nesse contexto como espaço privilegiado por se constituir em um dos principais centros de escoamento de produção da capital e interior mais distante. Por via marítima tinha acesso à cidade de Salvador, sede de trocas a nível internacional; e por via terrestre, alto sertão baiano, de onde vinham os gêneros agrícolas (algodão, milho, arroz, café, entre outros) e os gados que abastecia o mercado interno.

A necessidade de buscar gado nas regiões longínquas da Bahia e em outras províncias como Piauí e Goiás deve-se às características do solo do nesta região os quais não contavam com cálcio, magnésio e sais minerais em quantidade necessária para a criação das boiadas. Conforme nos indica Kátia Mattoso,

É que o Recôncavo com sua grande umidade não possui terras para a criação [de gados]. Uma vegetação exuberante contém água em demasia para bem alimentar os animais e os obriga a percorrer distancias excessivas para satisfazer seu apetite. Por outro lado, as chuvas abundantes lixiviam o solo e empobrecem-no em cálcio, magnésio e outros sais minerais, prejudicando o desenvolvimento dos animais e a qualidade de seu leite. Somente na região do Paraguaçu, para além de Santo Antônio, onde reaparece a base cristalina

<sup>54</sup> SANTOS, Mario Augusto. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA: 2009.

<sup>55</sup> AFSF. Processos crimes. Seção: Queixa-crime. Querelante: Plínio Umburanas. Querelado: Hermenegildo Britto. Ano 1931. Fl. 170 – fl. 178 v.

com um solo rico em cálcio, magnésio e potássio, e nas regiões de massapé ricas em cálcio os animais não têm um aspecto miserável que caracteriza ainda hoje o gado criado no Recôncavo<sup>56</sup>.

Como nesta região do Recôncavo a criação de gado era insuficiente para abastecer o mercado local, a necessidade de suprir a falta de carne verde (de boi) e seus derivados, bem como de determinados gêneros alimentícios, fazia homens e gados percorrerem milhares de quilômetros de distância do sertão rumo ao litoral. Caetitê e Rio das Contas eram as zonas que além de comercializar gado, tinha uma diversidade agrícola muito grande. Marcadas como regiões algodoeiras, exportavam também couro, peles, borracha, milho, café e aguardente. O sertão era uma região que, apesar da ocorrência frequente de secas, contava com diversidade agrícola muito grande, porém pouco explorada por causa do estado precário das estradas e caminhos do interior baiano. Durante muito tempo coube a figura do tropeiro - dono ou condutor das tropas de muares – a tarefa de fazer o transporte de gêneros e pessoas entre litoral e sertão.

Segundo Jurema Paes (2001), a atividade tropeira era um “sistema de produção” que “abrangia desde a criação de muares até o transporte de mercadorias para o abastecimento interno. Esta possuía uma hierarquia particular a qual podia ser percebida não somente entre os homens, mas na própria disposição de muares”. O tropeiro era a figura do dono ou condutor das tropas, este, conforme nos indica Paes, “fazia parte de uma elite sertaneja, cuja riqueza era demonstrada pelo tamanho e luxo da tropa”<sup>57</sup>.

O tropeirismo sobreviveu por muito tempo - segundo Paes (2001), cerca de dois séculos – e sua longa existência evidencia sua importância na economia da região. Foi a forma de transporte mais importante entre litoral e sertão, até a consolidação das estradas de ferro, motivo de seu fenecimento. Algumas regiões mais isoladas, mesmo após a criação das estradas de ferro, continuaram a recorrer aos tropeiros, figura de grande peso na economia regional. A tarefa dos tropeiros era ligar zonas remotas a pontos ativos de comercialização regional.

O problema da precariedade das estradas do interior baiano é bastante antigo, sendo frequente a solicitação de melhoramentos pelos comerciantes baianos. A ligação comercial entre sertão e litoral, como assegura Paes (2001), remete à primeira metade do século XIX, onde a descoberta do ouro e o desbravamento do interior por sertanistas possibilitaram a

---

<sup>56</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia. *A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p.53.

<sup>57</sup> PAES, Jurema M. *Tropas e Tropeiros na primeira metade do século XIX no alto Sertão Baiano*. Salvador: UFBA, 2001.p. 72 (Dissertação de Mestrado).

circulação de produtos entre as localidades<sup>58</sup>. Dentro desse circuito de comercialização regional sobressaiam duas localidades sertanejas: Rio das Contas e Caitité. Eram, os principais pontos de comercialização do interior mais distante. As estradas do sertão eram verdadeiros caminhos abertos no meio do mato, cuja intensificação comercial e mudanças socioeconômicas vigentes exigiam melhoramentos. Contudo, não eram somente os caminhos terrestres que necessitavam de benfeitorias, os marítimos também necessitavam de cuidados por parte dos poderes públicos.

A necessidade de calçamentos, aterramentos e alargamento ou ampliação nos caminhos que ligavam São Félix a zonas produtivas, como sertão e Outeiro Redondo<sup>59</sup>, eram bastante presente nos discursos de comerciantes. As estradas eram estreitas e apertadas demais para a passagem das tropas e mercadorias, o que poderia ocasionar inúmeros acidentes. Havia ainda a necessidade de melhoramentos nos portos da região na atracação, ancoragem e armazenagem das embarcações, desembarque de gente e produtos.

Rita de Cássia Rosado (1983) identifica ao longo da segunda metade do século XIX, inúmeras reclamações de comerciantes para melhoramento do porto de Salvador. Segundo a autora, tais demandas não encontraram êxito até 1906. Para ela, as razões do fracasso dos projetos devem-se a inação do Estado Monárquico, a dependência de tecnologias européias e a cisão de posicionamentos dentro do grupo dos grandes comerciantes que acabavam fragilizando as petições. Se por um lado, os comerciantes ligados a exportação buscavam modernizar as áreas do porto, as quais almejavam usar, por outro, os comerciantes que eram também donos de trapiches buscavam conservar o porto na sua antiga fisionomia, visando que tais melhoramentos não implicassem perda de lucros<sup>60</sup>.

A importância do porto de Salvador residia no fato de ser ponto de ancoragem de diversos navios dedicados ao comércio de importação e exportação, além da própria circulação do comércio local e regional. Ao ancorar no porto de Salvador, seja por problemas técnicos, contrabando, prestação de socorro a doentes, ou abastecimento, os navios às vezes demoravam meses, tudo isso somado a deficiências físicas (de ancoragem e armazenagem) acarretavam inúmeras problemas às atividades comerciais e ao próprio abastecimento local já que as tripulações dos navios necessitavam dos gêneros alimentícios locais, que já eram escassos, para se alimentarem.

---

<sup>58</sup> PAES, 2001, pp.10-18

<sup>59</sup> Outeiro Redondo (distrito de São Félix) era à base da economia de subsistência do município, abastecia-o com farinha de mandioca, milho verde, batata doce, aipim e inhame.

<sup>60</sup> ROSADO, R. de Cássia. *O porto de salvador (1854-1891)*. Salvador: UFBA, 1983. (Dissertação de Mestrado)

De forma semelhante ao que acontecia em Salvador, na cidade de São Félix era comum as reivindicações de comerciantes por melhoramentos dos caminhos marítimos ou fluviais. Os negociantes eram a categoria social que mais protestavam em favor da modernização das estradas e vias de comunicação por motivos óbvios de rentabilidade financeira. Os problemas dos caminhos terrestres e marítimos eram frequentes. Contudo, se as dificuldades das estradas do litoral, região inicialmente povoada, eram enormes, é de se supor as barreiras encontradas para o desbravamento do interior baiano. Assim, é possível imaginar o avanço que as estradas de ferro iriam significar, no transporte regional de mercadorias e pessoas; euforia e expectativas de lucro perpassaram a sua implantação.

As estradas de ferro buscavam atender as pressões socioeconômicas das potências estrangeiras por regulação dos transportes. Para Antônio Zorzo (2001), ao articular inúmeras cidades, estas acabariam por estimular a comercialização, a circulação de riquezas e a formação de uma rede urbana no Recôncavo. As estradas de ferro foram um empreendimento emblemático no sentido de regular o transporte de pessoas e produtos. Elas permitiram agregar valor às mercadorias, o que possibilitava dinamismo comercial. Ao interligar inúmeras localidades em uma rede urbana, a ferrovia possibilitou inúmeras transformações econômicas e sociais<sup>61</sup>.

As construções das estradas de ferro envolveram uma série de conflitos, disputas, interesses e negociações. Segundo Etelvina Fernandes (2006), “inicialmente, os brasileiros não se interessaram pela implantação das ferrovias”. Entretanto, com o decorrer do tempo, é possível visualizar um movimento diferente, isto é, de aproximação. Assim como as autoridades locais, os comerciantes e os fazendeiros, a própria população percebeu o avanço que representava a implantação das ferrovias e as grandes possibilidades de acessibilidade e lucro que tal empreendimento podia gerar (crescimento agrícola, comercial e ganhos aos cofres públicos). As estradas de ferro beneficiariam a população tanto no escoamento da produção agrária e comercial quanto na comunicação e conexão com as novidades do mercado mundial<sup>62</sup>.

A primeira Estrada de Ferro da Bahia, Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, cujo ramal ligava a cidade da Salvador a Alagoinhas, foi construída em 1856. A segunda estrada de ferro baiana, Estrada Central da Bahia, foi construída em 1867 e buscava conectar a região do Recôncavo com a Chapada Diamantina, com ramal que ligava a cidade de

---

<sup>61</sup> ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovia e rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no Sul do recôncavo e sudoeste Baiano (1870-1930)*. Feira de Santana, Bahia: UEFS, 2001.

<sup>62</sup> FERNANDES, Etelvina Reboças. *Do mar da Bahia ao Rio do Sertão: Bahia and San Francisco Railway*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.

Cachoeira a Feira de Santana e São Félix ao Alto Sertão – o primeiro ramal atrelava São Félix à Tapera, sendo inaugurado em 1881. Este mesmo ramal teve prolongamento em 1887, de São Félix a Bandeira de Melo<sup>63</sup>.

O projeto da Estrada de Ferro Central do Brasil respondia às demandas advindas do descobrimento de pedras preciosas na região da Chapada Diamantina e foi o principal responsável pelo desenvolvimento urbano no Alto Sertão Baiano (Caetité e Maracás são algumas zonas que se desenvolveram a partir da implantação da ferrovia). Em 1920, a estrada Central da Bahia atingia Santo Amaro e Salvador e em 1950, o norte de Minas Gerais.

Merece ainda destaque, na E. F. Central da Bahia, a implantação de uma ponte metálica, construída sobre o rio Paraguaçu, medindo cerca de 340 m de extensão, com materiais importados da Inglaterra<sup>64</sup>. A ponte que foi nomeada de D. Pedro II iria reafirmar uma ligação socioeconômica tão antiga como a que representava as localidades de Cachoeira e São Félix, sua inauguração foi no ano de 1885. Antes da existência da ponte, a ligação entre as duas localidades era feita por pequenas embarcações e saveiros. Ao todo foram construídas sete estradas de ferro na Bahia, todas elas retratam zonas importantes de comercialização urbana.

As estradas de ferro buscavam melhorar o escoamento de mercadorias e da produção agrícola na Bahia, agência de circulação de riqueza, que inicialmente contou com investimento privado, depois público. As estradas de ferro modificaram a vida dos habitantes da Bahia e dos lugares por onde passavam – criando inúmeros empregos e intensificando o acesso a mercadorias e ou produtos estrangeiros.

Dessa forma, as ferrovias possibilitaram a formação de uma rede comercial urbana e parecia ser solução eficaz para o problema do transporte e das vias de comunicação. Entretanto, de modo surpreendente, nem mesmo com a possibilidade de integração regional, o sucesso da ferrovia estava garantindo. A ferrovia passou por vários problemas técnicos e falta de melhorias das malhas ferroviárias, o que fazia com que os produtos ficassem dias, às vezes meses, estocados, esperando para serem embarcados nos trens, o que causava inúmeros danos financeiros ao comércio, seja pelo atraso na entrega dos produtos, seja pelas condições de armazenagem, estocagem e transporte do mesmo<sup>65</sup>.

Em 1924, José Ramos de Almeida & Companhia e diversos comerciantes renomados de São Félix (Plínio Umburanas, Arthur Pires, Umbelino Silva & Cia, Pedro Magalhães,

---

<sup>63</sup> ZORZO, 2001, p.80.

<sup>64</sup> FERNANDES, 2006, p.79.

<sup>65</sup> Ver: FERNANDES, 2006; ZORZO, 2001.

Plínio Moscozo & Cia, Souza Ribeiro & Cia, Tude Irmão & Cia (filial), Lucilio Publio Castro, Durval Gonçalves, Leopoldino Rocha Pires, Viúva Dourado & Filho (industriais), José Deoclecio de Britto & Carvalho e Fraga & Cia) enviaram notificação judicial protestando contra a conduta da administração da Companhia Este Brasileira, pertencente à Estrada de Ferro Central da Bahia, que manteve, por cerca de sessenta dias, os volumes embarcados no seu depósito e que diante das inúmeras reclamações e súplicas passou a transportar os produtos em carros estragados ou em péssimo estado de conservação, podendo causar a deterioração da carga que continha, em sua grande maioria, mercadorias de estivas e molhadas, que pela sua própria natureza, se configuravam em produtos de fácil degeneração<sup>66</sup>.

Os comerciantes registraram ainda o constrangimento que os atrasos traziam ao comércio, na medida em que os prazos determinados não eram obedecidos, assinalando o desrespeito da empresa diante das cláusulas do artigo 1º, 4º, 7º e 13º do decreto de 1912, que assegurava o comprometimento da Estada de Ferro com a mercadoria, seja durante seu recebimento nas estações ferroviárias pelos funcionários, seja no transporte, com devido ressarcimento do preço por tempo de atraso do volume<sup>67</sup>.

Atrasos como esse parecem ser algo frequente dentro das estações ferroviárias e aponta para os problemas do transporte de ferro, o que implicava prejuízos a atividade econômica local. Outro relato interessante que estava contido neste mesmo protesto envolveu as estações ferroviárias de Queimadinhos a Triunfo, no sertão da Bahia. Segundo os reivindicadores, houve, nessas estações, a suspensão total do recebimento de mercadorias, em zonas de maior quantidade de cargas, pelo fato de ser o único meio de transporte da região. Tais problemas inviabilizavam a comercialização e causava vários danos à compra e venda de mercadorias<sup>68</sup>.

Encontramos relatos também do péssimo estado de transporte das pessoas, tanto no que tange a limpeza quanto a conservação das máquinas da E. F. Central da Bahia. O jornal *A defesa*, de 29 de novembro de 1929, por exemplo, informa o incidente que houve com o cidadão Carlos Vieira que, indo sentado, teve sua cadeira desparafusada, atirando-se no chão da máquina, o que poderia machucá-lo causando algum tipo de fratura no braço<sup>69</sup>.

A carência de base técnica nacional repercutia negativamente sobre a empresa ferroviária, uma vez que para a manutenção das estradas de ferro era necessário reparo frequentes nas malhas. Como era comum a ocorrência de problemas nas malhas ferroviárias,

<sup>66</sup> AFSF. Protesto judicial. Ano 1924. Fl1 a fl 4 v.

<sup>67</sup> AFSF. Protesto judicial. Ano 1924. Fl1 a fl 4 v.

<sup>68</sup> AFSF. Protesto judicial. Ano 1924. Fl1 a fl 4 v.

<sup>69</sup> APMSF. Série Jornais diversos. Jornal: *A Defesa*. 29 de nov. de 1929. Fl. 1.

governantes, produtores e comerciantes começaram a ver nos transportes rodoviários a solução para ligar centros de produção a mercados consumidores; projeto que em 1930 já era realidade.

No livro *Do mar da Bahia ao Rio do Sertão*, Etelvina Fernandes investiga as razões da preferência dos brasileiros pelo uso do transporte de rodas em detrimento do transporte ferroviário, priorizado pelos europeus. Para a autora, o Brasil era um país dependente de base tecnológica européia, não tendo condições para competir com as indústrias inglesas, mesmo no mercado interno<sup>70</sup>. Assim, problemas como o atraso nas entregas da carga e a falta de melhoria das estações e ou malhas ferroviárias foram fatores que contribuíram decisivamente para a substituição do transporte de ferro pelo transporte de rodas. Contudo, no período estudado, a ferrovia era o sistema mais eficiente de transporte de mercadorias e pessoas. Os comerciantes contavam com uma série de agentes que atuavam no comércio.

Não posso deixar de sublinhar também o impacto da ferrovia na vida social, formando redes de cidades e influenciando o cotidiano das pessoas com sua reserva de trabalhadores, com a introdução de expressões e modas européias, com o uso do ferro ou do vidro nas construções de casas ou edifícios, com a construção de pontes e viadutos<sup>71</sup>. A presença de estrangeiros era comum nesse cenário, modificando a paisagem urbana e europeizando os costumes e o gosto. Eles advinham de vários países em busca de uma praça comercial que lhes possibilitasse ganhos por meio da atividade comercial e industrial.

Outro ramo econômico de São Félix, que coexistia junto com o grande comércio intermediário, foi o setor de fabrico de charutos. A existência dessa atividade se articulava com o comércio para dinamizar a economia local e colocar grande número de pessoas na localidade. O fumo era o segundo principal produto de exportação da economia baiana, tinha mercado seguro na Europa, desde o século XVIII<sup>72</sup>. E após 1860, parece ter vivido uma fase de crescimento, desde sua última queda em 1830<sup>73</sup>.

Portugal deteve o monopólio do fumo durante todo o período colonial, em decorrência do exclusivismo comercial. A entrada de membros de outras nacionalidades (ingleses e alemães) no século XIX, com a instalação de seus primeiros armazéns de fumo. Com o

---

<sup>70</sup> FERNANDES, Etelvina. *Do Mar da Bahia ao Rio do Sertão: Bahia and San Francisco Railway*. Salvador: Secretária de Turismo, 2006.

<sup>71</sup> FERNANDES, 2006, p. 198-199.

<sup>72</sup> BARICKMAN, 2003, p.63-70.

<sup>73</sup> Para Barickman, as razões para o declínio do fumo em 1830, podem ser encontradas nas mudanças climáticas (períodos secos alternados por chuvas intensas), na praga que abateu o gado necessário para adubo das plantações (Praga “Mal-triste”), na guerra de Independência do Brasil e por fim, nas transformações decorrentes na forma de consumir o fumo na Europa, isto é, o fumo de corda sendo substituído pelo fumo de folha. BARICKMAN, 2003, p.69.

decorrer do tempo esses armazéns foram se aperfeiçoando na técnica – desenvolvendo, ampliando e organizando sua produção – e como decorrência surgem às fábricas de charutos. Estas, em fins do século XIX, passaram a representar naquelas cidades “sinais dos tempos modernos”. As atividades de fabrico industrial possuíam características específicas (artesanal, voltada para a exportação, que absorvia mão de obra massivamente feminina e pouco qualificada) o que a distinguia do setor de comércio intermediário.

Em São Félix, havia a fábrica de charutos Dannemann & Cia, pertencente ao alemão Geraldo Dannemann; a fábrica de charutos Fragrância, pertencente ao baiano sanfelista Arthur Furtado de Simas; a fábrica de charutos Utilidade, pertencente ao português Manoel Costa Ferreira, entre outros. Essas fábricas, desde sua criação, passaram por enormes transformações.

A fábrica de Charutos Utilidade foi fundada em 1851, no Recife, por Manoel da Costa Ferreira, cidadão português, que após sua estadia de dois anos naquela cidade, transfere-a para cidade de São Félix, onde passa a morar. Com sua morte, Manuel Costa Ferreira Penna (então gerente) e Manuel Costa Ferreira Filho (filho do falecido), firmam a sociedade “Costa Ferreira & Penna”, que dura até 1º de outubro de 1914. Em 1926, após nova modificação, a firma assume o nome de Costa Penna & Companhia (agora sob o comando exclusivo de Manuel Costa Penna). A marca de charutos mais antiga pertencente à firma é “Palhaço”<sup>74</sup>.

A fábrica de charutos Fragrância foi fundada em 1889 pelo sanfelista Arthur Furtado de Simas, muitas vezes confundido com seu pai José Furtado de Simas. Localizada no Largo dos Artistas, em São Félix, a fábrica passou por inúmeras modificações. No momento da morte de Arthur Simas (1892) a direção da empresa passou para as mãos de sua mulher Amélia Mesquita de Simas, quando a empresa adquire o nome fictício Viúva Simas<sup>75</sup>.

A fábrica de Charutos Dannemann & Cia foi fundada em 1873, pelo alemão naturalizado brasileiro Geraldo Dannemann, através de uma sociedade entre Reinhard Dannemann (irmão) e Luder Meyer (ex-patrão). Naquele ano a fábrica contava com seis operárias livres, instalada numa casa situada a Rua Manoel Victorino. Aos poucos a fábrica conseguiu se expandir (três fábricas – São Félix, Muritiba e Maragogipe – com cerca de 2.500 operárias) e adquiriu prestígio e fama internacional. Seus principais mercados foram a

---

<sup>74</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl 31; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *O fim dos gigantes dos charutos brasileiros*. Salvador. Ed. Do Autor, 2014.

<sup>75</sup> APMSF. Série Jornais diversos. Jornal: *A Pátria*. Ano 1892; SILVA. Elizabete Rodrigues. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. UFBA, 2001.

Europa, principalmente a Alemanha<sup>76</sup>. Sendo inicialmente dirigida por Geraldo Dannemann, a firma “Dannemann & Cia” passou por inúmeras modificações, transformando-se, em 1922, em sociedade anônima sob o nome “Companhia de Charutos Dannemann”, passando a ser dirigida pelo suíço Ernesto Tobler e João Adolfo Jonas, até 1937, quando este último é substituído por seu filho João Adolfo Jonas Filho<sup>77</sup>.

Natural da cidade de Frankfurt, na Alemanha, João Adolfo Jonas foi naturalizado brasileiro em 1921, filho legítimo de João Jorge Jonas e Elisabeth Jonas, casado em única nupcias com Marcolina Macêdo Costa, falecida em 15 de abril de 1923, e domiciliado na cidade de São Félix, Adolfo Jonas morre em 12 de maio de 1938, durante uma viagem de negócio para a Companhia de Charutos Dannemann, em Hamburgo, Alemanha. Deixou quatro filhos, – Elisabeth Jonas Velde, casada com o professor Augusto Velde e domiciliados na Alemanha; Alberto Jonas, solteiro, domiciliado em São Félix e no momento da morte de seu pai, completando os estudos na Alemanha; João Adolfo Jonas Filho, casado e domiciliado em São Félix e Franz Jonas, solteiro, domiciliado em São Félix e concluindo os seus estudos na Alemanha – legítimos herdeiros<sup>78</sup>.

Segundo consta nas *Efemérides Sanfelistas*, a primeira fábrica de charutos instalada na cidade, situava-se a antiga Rua do Templo e pertencia ao cidadão português Fernando Cardoso, vulgo Chico Petintingá; foi ele quem lançou os charutos “Regalis”, de ótima fama na Europa<sup>79</sup>. Os charutos produzidos em São Félix, em geral, tinham ótima fama no mercado exterior, em virtude de sua qualidade. Essas fábricas de charutos e firmas de fumo eram, sobretudo, de caráter artesanal e empregavam mão de obra feminina (geralmente crianças e adolescentes); a existência desses estabelecimentos permitiu a formação de um grande contingente de trabalhadores, o que dinamizava a vida urbana e fortalecia o comércio local, uma vez que eles necessitavam recorrer ao mercado para compra e venda de produtos e gêneros de primeira necessidade (subsistência).

<sup>76</sup>PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *O fim dos gigantes dos charutos brasileiros*. Salvador. Ed. do Autor, 2014. p.12.

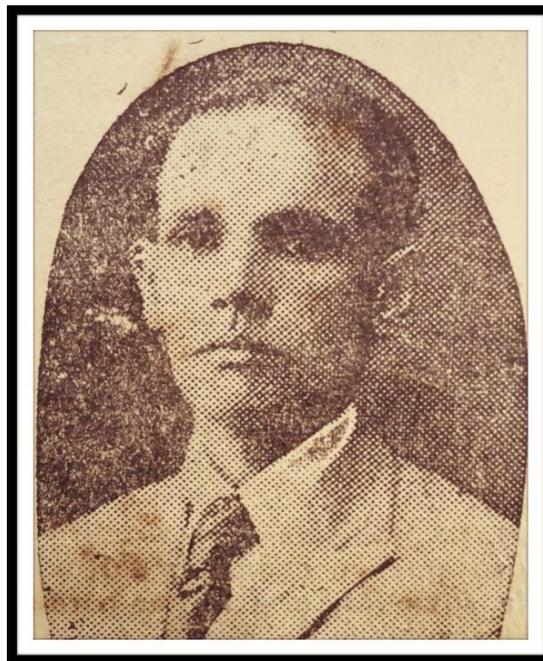
<sup>77</sup>Acervo Familiar de José Augusto Ramos. *Jornal Novidade*. Ano 1944.

<sup>78</sup> AFSF. Série: Inventários. Inventariado: João Adolfo Jonas. Cx 04. Ano 1938. Fl. 12 – 13v.

<sup>79</sup> ALMEIDA, Júlio Ramos de. *As Efemérides Sanfelistas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl 12-13.

## 1.2 OS COMERCIANTES DA PRAÇA DE SÃO FÉLIX

Foi dentro do contexto socioeconômico acima indicado que alguns indivíduos/famílias conseguiram ascensão social e econômica atuando no comércio intermediário com o interior da Bahia. São Félix nessa época era uma das principais praças comerciais do Recôncavo e na sua zona de influência (alto sertão baiano). A riqueza da cidade advinha do papel que exercia nesse intercâmbio com regiões mais distantes do Recôncavo. Arthur Rocha Pires, Plínio Umburanas e José Ramos de Almeida foram homens, que dentro desse circuito de riqueza agrário e comercial, viram as oportunidades de formação e consolidação de seu patrimônio. Havia ainda a família de Plínio Moscoso, Pedro Magalhães, Umbelino Silva e Maurilio Freitas. Estes últimos, devido à escassez na documentação, não me permitiu explorar suas estratégias de formação e manutenção de fortunas. Entender como esses negociantes conseguiram destacar-se dentro desse circuito comercial é o que nos cabe aqui.



**Figura 4:** Arthur Pires, negociante estabelecido em São Félix  
FONTE: APMSF. *A vanguarda*. Ano 1925

Nascido na cidade de Maracás (Bahia), em 13 de junho de 1889, Arthur da Rocha Pires, adquiriu crescente riqueza e prestígio na cidade de São Félix, sendo um dos principais nomes do circuito de redistribuição do interior da Bahia. Filho legítimo de Deocleciano Rocha Pires e Jovina Eloy Pires; neto de João José Eloy e Marcolina Eloy, pelo lado materno e Pedro

Rocha Pires e Ana Rocha Pires, pelo lado paterno<sup>80</sup>, casou-se com Helena Burgos, membro de destacada família domiciliada na localidade. Não sabemos ao certo quando Arthur Pires resolveu transferir-se para São Félix, mas o fato de esta região representar um dos principais mercados ativos da Bahia certamente pesou sobre tal decisão. Esses migrantes, pelo que tudo indica, já tinham aproximação anterior com a cidade e ao chegar ao novo espaço buscavam claro, articular-se com a população residente, daí surge o jogo de alianças e articulações junto à atividade comercial.

Estabelecido na Praça de São Félix no ramo de molhados, com armazém situado a Rua do Templo e a Rua Manoel Passos, Arthur Pires conquistou respeito e sucesso em seu empreendimento, sendo um dos mais destacados comerciantes da cidade. A loja de Arthur Pires começou a funcionar em 1907 (período que devemos situar também a formação de sua riqueza)<sup>81</sup>, mas sua participação no comércio intermediário é anterior a esse período. A migração de jovens rapazes do sertão para trabalhar nas casas comerciais da região era frequente. Importantes comerciantes locais vieram dessa região, ainda jovens, ingressando no comércio como simples empregados das firmas comerciais e posteriormente crescendo no ramo.

A história de Arthur Pires se confunde com a história de outros indivíduos que saíram do Alto Sertão, em busca de oportunidade de enriquecimento e lucro nas regiões de entreposto, mais movimentada e dinâmica. Por ser uma atividade que não exige alto grau de instrução e diante de uma economia promissora para os negócios é justificável a fundação de vários estabelecimentos comerciais. Contudo, como indica Moreira, no seu estudo sobre a freguesia de São Félix, nem todos os comerciantes locais tinham um estabelecimento para vender seus produtos<sup>82</sup>. A presença de uma loja e de um avultado volume de mercadorias denotava certo grau de riqueza. A presença da população migrante fortalecia os negócios, já que aumentava a capacidade de consumo.

O ramo de secos, molhados e miudezas era comum na cidade, um tipo de empreendimento comercial que se expandiu na medida em que a cidade foi se consolidando como grande entreposto. Como a quantidade e variedade de firmas comerciais eram grandes, os comissários geralmente procuravam envolver os clientes de variadas formas. A descrição dos produtos nos jornais, com ênfase no seu sortimento e qualidade, nos permite visualizar um pouco sobre esse processo de aliciamento comercial.

---

<sup>80</sup> AFSF. Registro Civil. Série: Auto de justificação de idade. Justificado: Arthur Rocha Pires. CX 4. Ano 1938. FL. 1 - 2V.

<sup>81</sup> APMSF. Série: Jornais diversos. *A defesa*. Ano 1930. Est.37.

<sup>82</sup> MOREIRA, 2002, p.97.

Entre os apelos lançados por comissários à conquista da clientela, destacam-se a oferta de mercadorias e serviços a preços reduzidos, o oferecimento variado de gêneros, a garantia da qualidade dos produtos e a divulgação do raio de atuação comercial da firma nas principais praças do estado e do país. As propagandas esbarram-se nas relações de concessões e privilégios que tradicionalmente conferiam credibilidade as transações comerciais e financeiras e que privilegiam os negócios<sup>83</sup>.

Aspecto importante a ser destacado é o tipo de sociabilidade econômica desenvolvido nessa região, o qual é permeado por relações de amizade e compadrio. Os clientes estavam ligados aos negociantes, comissários e casas comerciais por fortes laços pessoais, o que acabava contribuindo para assiduidade da clientela na empresa. A propaganda ajudava na conquista de novos clientes. As alianças pessoais se integravam com a esfera econômica fortalecendo as atividades comerciais. Esse aspecto que permeava a vida econômica da Bahia foi ressaltado por diversos autores, a exemplo de Kátia Mattoso (1992) e Paulo Henrique Duque Santos (2014).

No livro *Bahia século XIX*, Kátia Mattoso descreve como o tipo de sociabilidade existente no século XIX, influenciava e era influenciado pela economia. A autora assinala a facilidade de ricos empobrecerem e vice-versa. Para ela, o empobrecimento da elite local estava associado a regras morais de convivência e relações mútuas a qual atribuía aos mais ricos a assistência aos pobres, associado ao próprio estilo de vida opulento dos baianos ricos. Ser rico não era apenas ter dinheiro, mas também possuir “qualidades” que os distinguisse dos demais. Assim, a riqueza estava intrinsecamente relacionada com os critérios de *status* e poder<sup>84</sup>.

Na Primeira República, traços desse tipo de sociabilidade fixaram, sendo as alianças de parentesco, vizinhança, compadrio, concebidas como táticas sociais que se articulavam as relações de cunho econômico. Nesse contexto, as relações econômicas eram permeadas por óticas culturais e de vivências que influenciavam as relações econômicas o que, por sua vez, não significava a anulação da competitividade ou de operações que visavam o lucro. Paulo Henrique Duque Santos descreve como o processo de compadrio ocorre no Alto Sertão baiano. Para ele, “penetrar no amplo e lucrativo comércio do interior da Bahia, de gêneros e

---

<sup>83</sup> SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léguas tirana: Sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité. 1890-1930*. São Paulo: USP, 2014. (Tese de Doutorado)

<sup>84</sup> Ver: MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: Uma província do Império*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992. p.641-647.

produtos de exportação e importação, significa partilhar dessas redes socioeconômicas sustentadas por aproximações pessoais”<sup>85</sup>.

Acredito que esse tipo de relações sociais – de aproximações e de cunho pessoal – além de influenciar diretamente no tipo de relação econômica estabelecida na sociedade acabou solidificando posições sociais de prestígio e status. Para obter sucesso no negócio, era necessário além de dinheiro (para investir na compra dos produtos), partilhar dessas redes de influência e articulação social, que garantia a expansão dos negócios e dava respaldo ao estabelecimento comercial (e ao seu dono).

É importante perceber como alguns indivíduos do sertão se articulavam por casamento e alianças com indivíduos da praça de São Félix, ou vice-versa. São homens ou mulheres que migraram para a cidade a procura de um espaço para melhor desenvolver sua atividade econômica e enriquecer, ou mesmo, estabeleciam relações comerciais com famílias da região, esses casavam com filhos ou filhas de grandes famílias aristocratas e angariavam um espaço na sociedade, no mínimo nas redes de influência social.

Essas articulações montadas entre famílias funcionavam como instrumentos de solidariedade e cooperação entre indivíduos, o que repercute, positivamente para o fortalecimento dos laços pessoais, dos negócios e da riqueza nas famílias. Conforme indica Cancela<sup>86</sup>, o casamento é um dos arranjos sociais mais antigos. Ele não envolve apenas dois indivíduos, mas toda rede de parentesco, já que além de sentimentos, abrange valores, representações e acordos. Para casarem-se os indivíduos passam por uma série de questionamentos e equilíbrios entre desejos e aspirações individuais e coletivo-familiares. Segundo Cancela, “o casamento, ao envolver alianças familiares e acordos patrimoniais, por si só, torna-se um assunto que envolve não apenas o casal, mas também o seu grupo de parentesco, particularmente nas famílias de elite e das camadas médias da população”<sup>87</sup>.

Ao analisar, em sua tese de doutorado *Casamento e redes de relações familiares na economia da borracha*, como as mudanças ocorridas em consequência do aumento de capital e pessoas influenciaram o casamento e as redes familiares em Belém, Cancela, verifica a preferência dos paraenses por casamentos homogâmicos. Para ela, essa tendência está associada às expectativas dos conjugues a moradia e trabalho, o que corresponde uma busca pela frequência cultural (referências culturais). Os limites, por outro lado, são colocados pelas

---

<sup>85</sup> SANTOS, 2014, p.193.

<sup>86</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha*. Belém. 1870-1920. São Paulo: USP, 2006. (Tese de Doutorado)

<sup>87</sup> CANCELA, *op. Cit*, 2006.

condições materiais<sup>88</sup>. Outros fatores também nos ajudam a compreender a preferência por casamentos entre membros do mesmo grupo, como proximidade e convivência. E isso se aplica a diferentes realidades como, por exemplo, São Félix. Esses indivíduos circulavam, se conheciam, estavam sempre em contato, partilhavam de semelhantes expectativas de vida. Era justificável que muitos deles casassem. Ao assumir compromisso, divulgavam seus casamentos em jornais e revistas e festejavam as cerimônias com pompa.

A prática de divulgar os compromissos amorosos em jornais era algo disseminado entre as famílias de prestígio da cidade e uma forma de distingui-la enquanto tal. A presença dessa linguagem simbólica informa status e grau de prestígio social. O casamento revela as estratégias dos grupos sociais de sucessão de patrimônio e articulação social. Percebe-se na escolha de pares, no tipo de casamento (se consanguíneo ou por alianças), no grau de autonomia para escolha do conjugue, na preocupação com a herança material (bens) e imaterial (nome), retratos do contexto econômico da época. Com o fortalecimento de grupos comerciais, por exemplo, foi possível observar o crescimento do casamento entre alianças – membros da elite agrícola com a elite comercial. Essa realidade se aplica a diversas regiões brasileiras, como São Félix e Belém do Pará<sup>89</sup>.

Outro comerciante estabelecido em São Félix foi Plínio Umburanas, oriundo do Alto Sertão da Bahia, cidade de Caetité, Umburanas adquiriu riqueza mediante o comércio grossista de molhados, estivas, miudezas, charque, cereais e demais artigos produzidos no país. Assim como Arthur Rocha Pires, sua transferência para São Félix é motivada pela busca de melhores oportunidades de vida e de negócio (melhores mercados). Casado com Olidania Umburanas, ele conquistou respeito e fama em diversas regiões da Bahia, onde mantinha relações comerciais, devido a variedade do “stock” de suas casas de negócio localizadas as Ruas do Templo (nº 1), dos Conspiradores (nº 8) e Senador Temístocles. O primeiro estabelecimento comercial de Umburanas data de aproximadamente 1920 e estava localizada a Rua do Templo, nº 1, em São Félix (período que situamos a formação de sua riqueza)<sup>90</sup>. Mas sua ligação com a cidade parece ter sido anterior a fundação do estabelecimento comercial.

As transações comerciais de Plínio Umburanas cobriam grande parte da região do Alto Sertão: as localidades de Afrânio Peixoto, Itaetê, Itaíba, Andaraí, Mucugê, Barra da Estiva, Bom Sucesso, Vila de Guarani, Vila de João Pessoa, Utinga, Palmares, Jequié, Palmeiras,

<sup>88</sup> CANCELA, *Op. Cit*, 2006. p.160-182.

<sup>89</sup> CANCELA, *Op. Cit*, 2006.

<sup>90</sup> AFSF. Processos cíveis e criminais. Seção: Queixa-crime. Querelante: Plinio Umburanas. Querelado: Hermenegildo Britto. Ano 1931. Fl. 170- fl. 178 v.

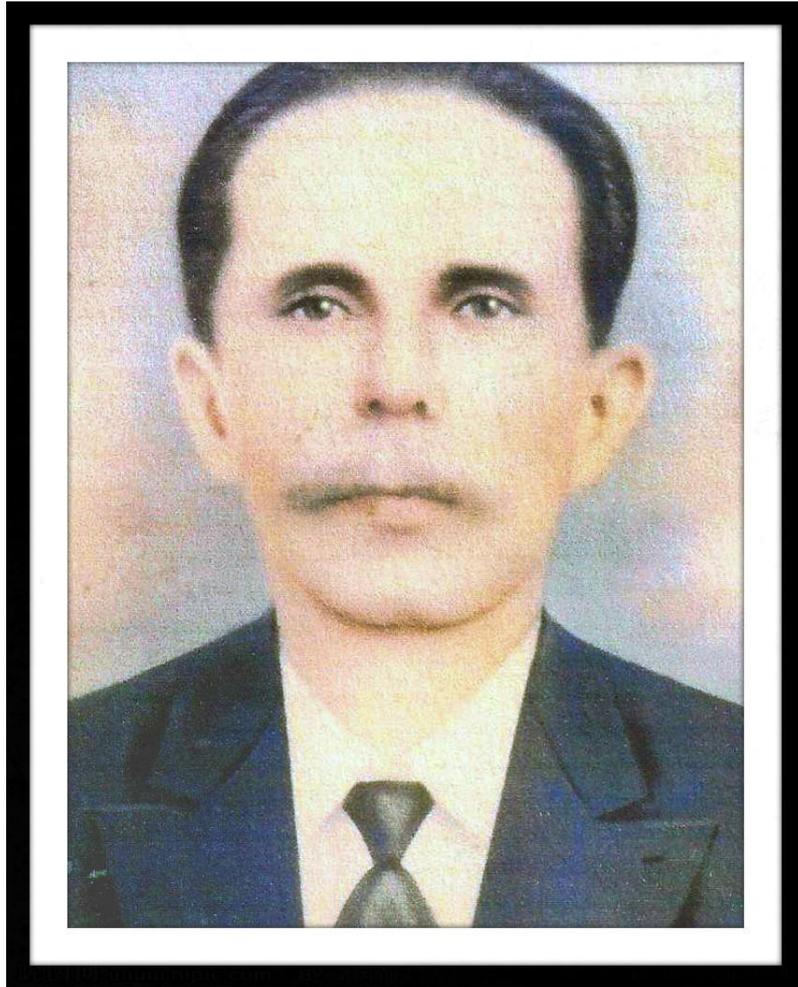
Capão Grande, Parnaíba, Campos de São João e Jaboatão do Guarany<sup>91</sup>. Comercializava também produtos comprados naquela região e Salvador. As práticas de venda e revenda de produtos requerem inúmeras estratégias na arte de conquistar o cliente e negociar o produto com vista no lucro da firma (adquirir “escol” ou fama, expandir o raio de atuação comercial, diversificar os produtos, ter boas conexões); conquistar essas técnicas supõe adentrar em um mundo de vínculos e laços sociais. Daí pensar que negociantes e também determinados caixeiros adquiriam respeito e *status* dentro do grupo os quais pertenciam. Para enriquecer e adquirir *status* era necessário ter dinheiro e vínculos sociais.

Plínio Umburanas gozava de boa fama e crédito nas praças comerciais do estado, mantendo uma rede de articulações comerciais e de alianças. Era compadre e amigo íntimo de Arthur Rocha Pires, amigo de Lucilio Publio Castro, Félix Silva, Annibal Gabrielli, Ceciliano Araújo e Manoel Queiroz de Sá, negociantes grossistas, conceituados na região do Recôncavo e sertão. Essas redes de amizade e compadrio nos permitem verificar o fortalecimento do poder econômico desses indivíduos. As boas conexões, fama e prestígio eram ingredientes necessários ao sucesso no ramo comercial, ainda mais quando se trata de homens que vieram em busca de oportunidades econômicas.

Uma das maiores fortunas da região pertencia ao comerciante português José Ramos de Almeida (figura 3). Nascido no ano de 1864, em Portugal, José Ramos de Almeida viria a ser chefe de uma das famílias mais ricas da cidade de São Félix. Após deixar sua terra natal, José Ramos era apenas mais jovem português ambicioso que viria tentar a sorte na Bahia. Estabelecido na cidade de São Félix, Ramos empregou-se como caixeiro na firma comercial de José Augusto Peixoto (futuro sogro), onde conseguiu elevar-se na profissão de caixeiro e posteriormente tornar-se-ia um grande comerciante. A aproximação com figuras importantes e o matrimônio lhe permitiu adentrar no meio social e crescer no comércio local.

---

<sup>91</sup> AFSF. Processos crimes. Seção: Queixa-crime. Querelante: Plinio Umburanas. Querelado: Hermenegildo Britto. Ano 1931. Fl.184 – Fl. 331 v.



**Figura 5:** José Ramos de Almeida, negociante estabelecido em São Félix  
**Fonte:** AMSF. Galeria dos prefeitos da cidade de São Félix

A presença de imigrantes portugueses na Bahia é frequente e a sua história de ascensão parece não distinguir da história de José Ramos de Almeida, são, via de regra, homens que vieram para a Bahia em busca de melhores condições de vida, se empregando nas casas comerciais como caixeiros e através de reservas em dinheiro (poupanças), chegando a posição de sócio solidário da firma ou mesmo, deixando-a para a formação de um estabelecimento comercial próprio<sup>92</sup>. O casamento também era outra forma eficaz de atingir o topo da hierarquia social e econômica.

Ao publicar, em 1977, a obra *Comércio português na Bahia*, Mario Augusto dos Santos busca examinar a trajetória de imigrantes portugueses na Bahia com vistas aos critérios de estratificação e ascensão social. Para ele, a mobilidade vertical de alguns comerciantes portugueses, está associada às características fundamentais da sociedade baiana de “estratificação estamental” com abertura para “estratificação classista”. Entende-se por

<sup>92</sup> Ver: SANTOS, Mario Augusto. *Comércio português na Bahia (1870-1930)*. Salvador: Irmão Paulo, 1977.

“estratificação estamental”, uma sociedade cujo critério de distinção social é marcado pela “ideologia da branquidade”. Por outro lado, a “estratificação classista” determinava a elite econômica por meio de sua renda e do seu grau de instrução<sup>93</sup>. Nesse sentido, ambos os tipos de mobilidade, os quais conjugavam e duelavam entre si, nos ajuda a explicar a ascensão de comerciantes portugueses na Bahia, cujo José Ramos de Almeida, representava apenas um exemplo.

É importante deixar claro, que a presença de considerável contingente de migrantes na cidade deve-se, sobretudo, ao processo de intensificação das atividades comerciais e portuárias de São Félix, devido seu papel de destaque enquanto centro redistribuidor de mercadorias estrangeiras em escala regional, o que atraía a presença de inúmeros trabalhadores ou jovens aspirantes, como era o caso de José Ramos, Plínio Umburanas e Arthur Pires<sup>94</sup>. Homens brancos que conhecendo anteriormente a região, vieram para a cidade, trabalhar nas casas comerciais e por meio de poupanças e conexões com pessoas influentes na região conseguiram ascender por meio das atividades comerciais.

Proprietário e fundador do Grande Armazém Providencial, principal casa de comércio sanfelista, José Ramos de Almeida ganhou êxito no ramo de comércio grossista devido à variedade do estoque deste estabelecimento, que incluía molhados, miudezas, louças e ferragens. Casou-se com Júlia Peixoto de Almeida (filha de um grande comerciante local), enlace matrimonial que deu origem a cinco filhos Hilda Ramos de Almeida, Annita Ramos de Almeida, Walter Ramos de Almeida, Júlio Ramos de Almeida e Dagoberto Ramos de Almeida<sup>95</sup>. Segundo Júlio Ramos:

**1891** – Fundou o Cel. José Ramos de Almeida o Armazém Providencial, hoje é um dos maiores estabelecimentos do interior. A primeira casa funcionou na parte baixa da casa, hoje da Viúva Dourado, à Praça Inácio Tosta. A segunda, na mesma praça onde funciona hoje a firma Lucílio de Castro & Cia. A terceira, onde funcionou a casa Simões, à Rua Senador Temístocles nº 6. A quarta, em frente à mesma casa Simões, antigamente localizada a celebre Casa Peixoto, Rua Senador Temístocles, 6 e a quinta localização ocupou todo o quarteirão, fazendo entrada pela Rua Riachuelo. A primeira fabrica de café pertencente ao mesmo foi na Ladeira de Muritiba, hoje Rua Beapendí e a segunda fábrica na Rua Templo, onde residiu a viúva Pereira<sup>96</sup>.

<sup>93</sup> SANTOS, *idem*, 1977.

<sup>94</sup> Esses homens estavam investindo em períodos diferentes, mas sua fortuna demonstra as estratégias de formação de patrimônio e articulações sociais semelhantes. O estabelecimento comercial de José Ramos foi fundado em 1891, período que o comerciante começa investir na cidade. Os demais negociantes estudados começam investir no decorrer do século XX.

<sup>95</sup> AFSF. Judiciário. Serie inventários. Inventariado José Ramos de Almeida. Fl.1-17 v.

<sup>96</sup> ALMEIDA, Júlio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953.

Júlia Peixoto de Almeida, esposa de José Ramos, nasceu na cidade de Lençóis, na Bahia, filha de José Augusto Peixoto e Joana Amélia Reis Lessa, pertencia a uma família influente de ricos comerciantes na Chapada Diamantina, região que estava sob influência do comércio de São Félix. Seu pai, José Augusto Peixoto, nasceu na cidade de São Félix em 26 de dezembro de 1845, era filho de Maria Constança Peixoto e do português Alexandre Mascarenhas Peixoto. Estudou nesta localidade até transferir-se, por conselho de sua madrinha Dona Calú Ribeiro, para a cidade de Lençóis, onde começou a trabalhar com comércio, casando-se com Joana Amélia, futura mãe de Júlia Peixoto. Em busca de um centro maior e de mercado mais movimentado o casal Peixoto se transferiu para a cidade de São Félix, domiciliando-se a Rua Senador Temístocles, em frente à casa Simões e fazendo esquina com a Avenida Doutor Seabra, consolidando nesta cidade a sua fortuna.<sup>97</sup>

Além de conseguir assegurar-se na vida material e financeira, obtendo poder econômico, o sogro de José Ramos de Almeida exerceu também influência na vida pública, sendo principal organizador dos “Celebres conspiradores”, reunião de homens que pleiteavam autonomia política de São Félix<sup>98</sup>. Já ressaltai, que era comum grandes comerciantes participarem da vida política da região e isso ocorre, sobretudo, em virtude do seu patrimônio e do *status* social que detinha. Associações, pactos, laços denotavam crédito, *status*, dinheiro, cargos públicos, poder político (de mando), simbólico e econômico.

Assim, as alianças por casamento e compadrio representavam táticas sociais que estavam relacionadas a atividade comercial. Casar, nessas circunstâncias, representava uma das formas de ascensão social. A família sempre foi o principal elo de proteção de bens e de indivíduos. Ao adquirir matrimônio com as filhas de famílias tradicionais, homens sem recursos podiam angariar dinheiro e prestígio. Casar foi à estratégia utilizada por muitos indivíduos, portugueses e de nacionalidades diversas, para se inserir na classe dos comerciantes e fortalecer laços com o novo lugar de moradia<sup>99</sup>. Comerciantes locais também utilizaram muito dessas estratégias.

Interessante perceber a função do casamento e do compadrio como forma de ligar famílias diferentes (por sentimentos, valores, interesses sociais e econômicos), que se protegiam e decidiam o curso de sua vida e patrimônio. O ato de apadrinhar revela estratégias de aproximação e fortalecimento de vínculos entre famílias. Trata-se de redes de proteção,

---

<sup>97</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl. 32-33.

<sup>98</sup> ALMEIDA, 1953. Fl. 32-33

<sup>99</sup> MATTOSO, Kátia. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

que implicam em obrigações pessoais e ajuda mútua<sup>100</sup>. As alianças por casamento ou batismo tinham a importante função de aproximar indivíduos e ou resguardar o patrimônio material e imaterial dessas pessoas.

Essas estratégias não foram utilizadas somente por comerciantes, mas pelas categorias dominantes em geral, haja vista a preocupação com a manutenção, acréscimo e perpetuação de seu patrimônio e nome. Aurino Augusto Pereira, por exemplo, advogado sanfelista, filho de Tibério Augusto Pereira e Adelina Gesteira, ambos naturais de São Félix, pertencentes ao setor de charutos, casou-se em 1911, com Helena Furtado de Simas, filha legítima de Artur Furtado de Simas e Amélia Mesquita de Simas<sup>101</sup>, industriais nascidos e estabelecidos em São Félix. Artur Simas, sogro de Aurino, dedicava-se ao setor de charutos, instalado com a fábrica de charutos Fragrância, situada ao Largo do Artista em São Félix. Esse casamento certamente resultou na extensão dos bens de Aurino, reforçando o seu poder econômico e social.

As mulheres de negociantes dessas áreas do Recôncavo não estiveram afastadas da vida comercial, apesar de seus nomes não serem frequentes na documentação, elas estavam presente ajudando seus maridos a tocar o negócio, e quando estes morriam logo elas assumiam o lugar do falecido frente ao controle do estabelecimento, devido a necessidade de prover o lar. No pequeno comércio, a participação das mulheres também era notória, tínhamos, por exemplo, Amélia Fraga, estabelecida em São Félix com atelier a Praça Inácio Tosta,<sup>102</sup> entre outros. Embora os registros sejam mais difíceis, não podemos desprezar a participação feminina, direta ou indiretamente, na vida econômica. Estas, pelo que tudo indica, compunham parcela significativa dos comerciantes de ruas, como doceiras, quitandeiras e vendedeiras.

A literatura e os contos sobre a Bahia nos oferecem inúmeros relatos das comerciantes de rua, são mulheres com baixas condições financeiras que se lançavam a lida diária na rua para o sustento de toda família, faça chuva ou faça sol e buscavam sobreviver como podiam: “Só a classe dos vendedores ambulantes dava para compor várias sequências representativas da beleza que havia em tudo, desde o homem do pão e a “mulher do mingau” que eram os madrugadores, até a “mulher do acarajé” que era notívaga<sup>103</sup>”. “Vendedeiras de mingau, “vendedeiras de cuscuz”, todas elas tinham um mesmo lidar. Acordavam antes das quatro da madrugada. Moravam num porão, socavão ou numa casinha. Tinham seus fogareiros, seus

<sup>100</sup> Como lembra MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974, toda troca social pressupõe reciprocidade e redistribuição.

<sup>101</sup> AFSF. Certidão de nascimento de Helena Simas. Doc. Nº 2. Ano 1911. Fl. 1-2. AFSF. Certidão de consentimento de casamento da menor de idade Helena Simas. Ano 1911. Fl. 8-9.

<sup>102</sup> APMSF. Série: Jornais diversos. *A Vanguarda*. Ano: 1925. Est. 37.

<sup>103</sup> VIANNA, Hildegardes. *A Bahia foi assim: crônicas de costumes*. Salvador: FV, 2000, p.74. (grifo nosso)

tachos e “bumbas meu boi”. Os fornos de quem não tinha dinheiro para coisa melhor!<sup>104</sup> Essas mulheres que compõe a paisagem comercial dessas áreas do Recôncavo revela a outra face da realidade socioeconômica da região, um cenário marcado pelo sofrimento, pobreza e luta diária pela sobrevivência. A cidade que chamava a atenção por ser grande centro comercial, era também a cidade de muitos pobres.

A classe de negociantes estabelecidos em São Félix, geralmente, era formada por homens brancos, os quais enxergavam nas atividades comerciais uma fonte de lucros; alguns vieram da região das Lavras Diamantina a procura de melhores mercados; outros vindos de países estrangeiros (sobretudo portugueses), por meio de iniciativas individuais ou coletivas abriam suas casas de negócio na cidade. Não encontrei registros de homens negros saídos da escravidão que conseguiram formar fortunas. Seus horizontes parecem ser bem mais restritos à ascensão. A relação elite imigrante branca e negros pobres nativos não é inofensiva, antes carrega consigo desigualdades sociais baseadas em critérios como cor, classe e gênero. Junto com esse grupo de migrantes que se aventuravam no comércio e enriqueciam a partir de seus lucros, não descarto também a possibilidade da presença de comerciantes nascidos na própria cidade de São Félix, filhos de famílias ricas ou não, que se lançavam as atividades comerciais e enriqueciam.

Quanto aos filhos de negociantes era comum possuir grau de instrução maior que a de seus pais. A prática de transferi-los para estudar fora da cidade era frequente, haja vista a forte preocupação dos pais para a formação dos filhos. Estes, geralmente escolhiam profissões liberais, como médicos, advogados e engenheiros. Júlio Ramos de Almeida, por exemplo, nascido em 28 de dezembro de 1898, na cidade de São Félix, filho do negociante José Ramos de Almeida, formou-se em medicina em 1924, aperfeiçoando os seus estudos na Europa (França, Itália, Suíça, Alemanha e Inglaterra). Além de médico, era também jornalista, historiador e político, sendo eleito por cinco mandatos. Júlio Ramos faleceu em 25 de dezembro de 1957, a dois dias de completar 59 anos de idade<sup>105</sup>.

Outro exemplo é o de Raimundo Rocha Pires. Nascido em 1931, na cidade de São Félix, filho de Arthur Rocha Pires e Helena Burgos, Raimundo Pires estudou as primeiras letras (primário) em São Félix, transferindo-se para Salvador, onde estudou o secundário e formou-se em odontologia pela Universidade Federal da Bahia. Além de odontólogo exerceu carreira docente, sendo professor de história e geografia pelo Instituto Central de Educação

---

<sup>104</sup> VIANNA. 2000, p. 115. (grifo nosso)

<sup>105</sup> APMSF. Série: Biografias. Biografado: Júlio Ramos de Almeida. Estante 32.

Isaías Alves (ICEIA), em Salvador e carreira política, sendo eleito prefeito de São Félix entre 1958-1968, pela União Democrática Nacional (UDN). Faleceu em 12 de janeiro de 1991<sup>106</sup>.

Assim, não é incorreto afirmar que a origem de capitais que oportunizou a riqueza dos negociantes sanfelistas, deu-se por meio de um circuito comercial diversificado, responsável pelo abastecimento de mercadorias em escala regional e internacional. A segunda geração, de filhos de negociantes, tendo os pais já estabelecidos financeiramente, passou a dedicar-se aos estudos, em busca de profissões mais seguras e respeitadas socialmente (engenheiros, médicos e advogados foram profissões que começaram a ganhar destaque ao longo do século XIX e XX). Essas profissões além de representar o êxito social da família, era importante demarcador de diferenciação social, uma vez os diplomas conferem “autoridade” e *status* a indivíduos. Alguns se dedicaram ainda à carreira política, tal como seus antecessores.

Não podemos deixar de frisar a permanência de alguns filhos de comerciantes na atividade comercial. Este grupo geralmente era constituído por mulheres, cujo marido, jovem imigrante, ascende da condição de caixeiro para negociante, dando continuidade aos negócios da família do sogro. A título de ilustração podemos citar José Ramos de Almeida Alves, negociante português, casado com Hilda Ramos de Almeida (filha do negociante José Ramos), assumiu a direção da firma (Armazém Providencial) do falecido sogro.

José Ramos de Almeida Alves saiu de Portugal para o Brasil com apenas 12 anos de idade, estabelecido em Salvador, foi levado para São Félix para trabalhar como caixeiro na casa comercial de José Ramos, conseguiu crescer na profissão e fazer fortuna na cidade. O sobrinho do comerciante José Ramos de Almeida Alves, o senhor Humberto Alves, explicou como ocorreu a migração de sua família para a cidade de São Félix:

José Ramos veio para Salvador para trabalhar com Manoel Dias da Silva, que era dono da “Fazenda Pituba” e um grande comerciante. Aí o José Ramos de Almeida daqui foi a Salvador e disse: “-me arrume um marotinho”. Marotinho no português de Portugal quer dizer um garoto com práticas de comércio. Aí ele disse: “-tem um aqui, mas é quase meu parente”. Teve até um aborrecimento porque a família estranhou ele abrir mão de uma pessoa que ele mandou em consideração em ser vizinho de Portugal para ir morar numa cidade estranha, que no caso era São Félix... Meu pai [o dono de farmácia Humberto Augusto Alves, sobrinho de José Ramos] era [também] português. Veio para o Brasil, não para ficar. Veio fugido da Guerra em 1940. Meu pai veio acompanhar um irmão que já morava em São Félix e dois tios que estavam aqui desde o início do século. O português vinha para a Bahia sobremaneira para trabalhar no comércio

---

<sup>106</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Biografia. Biografado: Raimundo Rocha Pires.

porque tinha dificuldades... Naquela época existia uma escola comercial, mas nem todo mundo era acessível<sup>107</sup>.

Na verdade, as formas de migração para São Félix era diversa e respondia as dificuldades encontradas por jovens em sua terra natal. Como vimos, a ascensão se dava essencialmente por meio de arranjos sociais e matrimoniais e a permanência na atividade comercial se dava principalmente pelas mulheres, o que não exclui a presença de homens. Os filhos de comerciantes eram estimulados aos estudos. Cid de Almeida Alves, filho de José Ramos Alves, por exemplo, seguindo a tendência dos filhos de negociantes, formou-se em oito de dezembro de 1939 na Faculdade de Direito da Bahia. Nascido em três de fevereiro de 1927, morreu ainda jovem, com 33 anos, deixando viúva e três filhos<sup>108</sup>.

Muitos filhos de negociantes seguiram a indicação de seus pais e buscavam se inserir na sociedade em posições que lhe conferissem prestígio; seus pais, negociantes especuladores certamente orientavam os filhos para adentrar-se na sociedade por meio dos estudos. A formação acadêmica era sinal de distintivo social. Ostentar títulos acadêmicos era privilégio dos ilustres. É importante lembrar que o acesso e a permanência no topo dos sistemas de classificação e representações sociais exigiam inúmeras estratégias desses negociantes, a exemplo da expansão dos negócios a variados mercados, de inversão de capitais, mas também de apreciação social o que garantia a sua ascendência socioeconômica, a manutenção do patrimônio, bem como o acesso a novos espaços de prestígio. A ascensão de um grupo não é determinada apenas pela estrutura econômica, mas, sobretudo, pelos espaços de diferenciação social que conseguiram galgar na sociedade.

---

<sup>107</sup> Entrevista concedida por Humberto Rodrigues Alves, sobrinho do comerciante José Ramos de Almeida Alves, residente em Cachoeira (BA), em 18/04/2016.

<sup>108</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl. 136.

## CAPÍTULO II

### OS INVESTIMENTOS DA FAMÍLIA RAMOS

#### 2.1 FORTUNAS CONSTRUÍDAS: RAMOS E A COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA COMERCIAL

Motivados pela busca de um mercado que lhes oferecessem oportunidades de construir riqueza ou obter ganhos econômicos, muitos jovens aventureiros migraram para cidade de São Félix, região de entreposto, ao longo da segunda metade do século XIX. Esses migrantes, com escassos recursos financeiros constituíram a “mão de obra” das grandes casas comerciais locais, na posição de caixeiro viajante. Ao juntar reservas de dinheiro e obter respeito na sua profissão, bem como mantendo alianças sociais, característica indispensável para o crescimento social dentro de uma sociedade com fortes resquícios estamentais, muitos deles cresceram na atividade, desenvolvendo autonomia profissional e pessoal.

Neste capítulo, procurei investigar mais profundamente a formação de fortunas por famílias de comerciantes, a maneira pela qual se estruturou a composição de seu patrimônio e as estratégias de manutenção do mesmo, como resultado do desenvolvimento econômico. Para isso, tomei como estudo o caso da família Ramos, cujo chefe principal era José Ramos de Almeida. José Ramos fazia parte do grupo de jovens que migraram para cidade e cresceram no comércio local. A decisão de migrarem para outras regiões, deve-se, sobretudo a falta de oportunidades na sua terra natal e ao incentivo proporcionado por núcleos econômicos dinâmicos. O comércio era uma atividade valorizada na sociedade e representava uma oportunidade de crescimento social. Os pais dos jovens, diante da fragmentação e enfraquecimento financeiro, geralmente estimulavam os filhos nessa empreitada.

O caso de José Ramos torna-se relevante devido à quantidade de informações disponíveis sobre sua vida. Contudo ele não era o único que atuava no comércio com o sertão. José Ramos representa apenas uma amostra da realidade, o que significa que seu comportamento não era igual ao da totalidade dos ricos comerciantes locais, o que requer o cuidado para estabelecer aquilo que era característica específica da família e características gerais do grupo. A história de José Ramos nos permite pensar os mecanismos de acumulação de riqueza dos grandes comerciantes intermediários e formas específicas de investimentos da família Ramos. Através do estudo de sua biografia buscamos rastrear as estratégias de

acumulação de riqueza de uma das famílias mais ricas de comerciantes estabelecidos em São Félix e o contexto econômico da época.

A importância do estudo de caso está em rastrear fenômenos sociais complexos, como trajetórias individuais ou mesmo, a maneira como indivíduos reagiam e se mobilizavam social e economicamente, em determinado contexto histórico. Por isso é possível perceber que Ramos compartilhará espaço com outros personagens. A estratégia de acumulação desse comerciante acompanhou a tendência econômica da sociedade baiana de fins do século XIX e inícios do XX. Para Reis (2008),

[as biografias] além de iluminar muitos aspectos de experiência de vidas específicas, elas servem como guia para conhecer uma época, uma sociedade e em particular os homens e mulheres que compunham as redes de relações a que pertenciam os biografados, com suas hierarquias sociais e econômicas, suas instituições e práticas culturais<sup>109</sup>.

As biografias refletem o retrato da época, da região e das relações sociais tecidas pelo biografado. José Ramos e sua família viveram em um contexto específico, eles encontraram na cidade de São Félix as condições necessárias para prosperar por meio do comércio intermediário, através de articulações sociais e estratégias econômicas (expansão de mercado e variedade do estoque, por exemplo). A trajetória da família Ramos nos permite adentrar no mundo dos grandes comerciantes sanfelistas que atuavam na região em fins do século XIX e inícios do XX.

A intensificação das atividades comerciais no interior da Bahia possibilitou a formação de fortunas por parte de determinadas famílias, que encontraram nas regiões de entreposto o lócus privilegiado para desenvolver o seu afã. Neste estudo, penso a riqueza dos comerciantes sanfelistas como oriunda de negócios estabelecidos por famílias ou associações familiares, daí acreditar que por trás do nome de José Ramos existia um grupo de pessoas os quais nem sempre aparece de modo explícito na documentação. A riqueza construída é sempre a riqueza de um casal ou de uma família.

Como base documental para a construção do capítulo utilizo o inventário *post mortem* de José Ramos de Almeida, jornais da época e livros de escrituras que compreendem o período de 1890-1895, 1896-1915 e 1933-1943. A lacuna no período que abrange 1916 a 1932, deve-se a perda ou não localização dos registros de escrituras no Arquivo do Fórum de São Félix. Porém, essa lacuna não me impossibilitou de verificar tendências na aquisição de

---

<sup>109</sup> REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

imóveis por comerciantes locais que estavam investindo ao longo do período. Por meio desses documentos busco identificar a movimentação de compra, venda, os espaços de comercialização e os investimentos dos comerciantes locais. É possível verificar ainda a composição da fortuna ao longo do tempo e as práticas comerciais aceitas na praça local. A opção metodológica escolhida foi agrupar os dados encontrados, buscando perceber os mecanismos de acumulação utilizados pela família Ramos e pelos ricos comerciantes sanfelistas.

Como fonte documental, os livros de escrituras permitem perceber como os investimentos vão se transformando ao longo do tempo. Por meio deles é possível visualizar detalhes sobre a importância dos imóveis no conjunto do patrimônio dos grandes comerciantes; permite verificar ainda quem mais investia em imóveis e quais os momentos de maior ou menor aquisição. O material consultado descreve cada imóvel, sua localização, valor monetário, tipo de transação e os agentes envolvidos. Assim como a aquisição, a venda de imóveis também pode indicar estratégias sociais. Conjugada a contextos socioeconômicos, a venda de imóveis representa na vida de comerciantes isolados retrato de momentos favoráveis e adversos em que era necessário se desfazer de determinados bens ou parar de realizar aplicações econômicas.

O inventário de José Ramos nos revela a história de sua morte e seu processo de acumulação. A importância dos inventários *post mortem* está em oferecer uma análise pormenorizada da riqueza de cada indivíduo, determinando a participação e o valor de cada ativo que constitui sua fortuna. Por meio dele, é possível resgatar os atores sociais, suas formas de investimento, sua trajetória familiar e o movimento das fortunas ao longo de cada momento histórico. No que tange às informações pessoais, os dados encontrados nos oferece a descrição dos herdeiros, local e data do falecimento e estado civil do inventariado. Conjugados, podem retratar tendências econômicas gerais. Isolados, retratos de momentos favoráveis e adversos na construção da riqueza pessoal. Nas palavras de Zélia Cardoso de Mello, “as informações sobre os bens possuídos constituem indicador do padrão de vida, do tamanho e composição da riqueza dos indivíduos e da maneira como esta se distribuía individualmente”<sup>110</sup>. É a fonte mais rica para a análise da composição de riquezas de famílias.

Ao analisar a riqueza dos baianos no século XIX, Kátia Queirós Mattoso assinala a dificuldade em distribuir as fortunas de acordo a categorias profissionais devido à carência de referências nos inventários. Entretanto, a autora irá atribuir aos negociantes as maiores

---

<sup>110</sup> MELLO, 1985, p.15.

concentrações de riqueza, seguido pelos manufatureiros, profissionais liberais, senhores de engenho e os que viviam de renda (só para indicar as quatro principais); por último estavam os pescadores e marítimos. Os que viviam de renda, segundo constata a autora, são constituídos em sua maioria por mulheres, apesar de as mulheres fazerem parte de todos os segmentos profissionais. Os senhores de engenho, por sua vez, se constituíam em grupo que persiste nos inventários até a abolição, momento que o componente escravo some dos registros cíveis<sup>111</sup>.

Ao tratar sobre a origem desses homens (negociantes) na obra *Bahia século XIX*, Kátia Mattoso indica que o grupo era constituído em sua maioria por brancos portugueses (ou descendentes) que estavam ligados à atividade açucareira<sup>112</sup>. Ao que tudo indica, a riqueza baiana estava ligada ao seu papel comercial, tendência que pode se constatar tanto na conjuntura da escravidão, quanto no pós-abolição.

Desse modo, estudos historiográficos já demonstravam a importância do comércio para a sociedade baiana e a existência de uma rede de relações econômicas entre as diversas regiões do estado. Esta pesquisa vem demonstrar o caráter dinâmico e comercial da cidade de São Félix e a importância das atividades comerciais para a região. Os negociantes era o grupo que dominava os principais escalões de riqueza.

Quanto aos bens que constituíam o espólio da riqueza dos baianos no século XIX, Kátia Mattoso divide-o em dez rubricas: imóveis, terras, escravos, dinheiro líquido, depósitos bancários, ações e apólices, dívidas em ativo, móveis, estoques comerciais e rendas. Para a autora, essa riqueza era diversificada e dependia muito da categoria social e do espaço de atuação (rural ou urbano). Nos espaços rurais as terras eram o principal bem e nos espaços urbanos, os imóveis e ações. O componente escravo com a abolição desaparece dos registros. Importante perceber que embora alguns bens permaneçam como componentes da riqueza dos baianos, a sua maior ou menor aparição nos inventários sofre alterações, adaptando-se à conjuntura<sup>113</sup>.

O cenário em estudo tinha riqueza bastante diversificada, evidenciado pela composição de fortunas formadas em grande parcela por imóveis e títulos diversos. No período que José Ramos viveu esse tipo de investimento vinha se intensificando, sobretudo em decorrência da valorização de investimentos urbanos, após a abolição da escravatura (1888). Na cidade de São Félix, o crescimento dos bens imóveis era significativo, apontava

---

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Ver: MATTOSO. *Bahia, século XIX: Uma província do Império*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992.

<sup>113</sup> MATTOSO, 2004, p.281-316.

para o processo de urbanização local e para aplicações que garantiam capital estável. São Félix antes de 1850 era apenas um pequeno povoado, seu crescimento sobrevém do papel adquirido enquanto centro redistribuidor de mercadorias no interior da Bahia. Não estou com isso reduzindo o desenvolvimento da cidade a simples fator tamanho, mas admitindo que a existência de uma complexa rede comercial e uma economia diversificada tenha contribuído para a expansão urbana.

A valorização de imóveis e ações não foi uma tendência restrita a Bahia, regiões como São Paulo e Juiz de Fora, as quais tiveram a formação de sua riqueza associada a produção do café, em meados do século XIX, também assistiram tal crescimento<sup>114</sup>. A mudança na composição dos bens nesses casos irá revelar traços característicos da conjuntura socioeconômica, os efeitos do fim do tráfico de cativos e a implantação do Regime Republicano, os quais favorecem a formação e ampliação de fortunas por meio de atividades urbanas (financeiras e comerciais)<sup>115</sup>. Na Bahia, a intensificação desses ativos (imóveis e títulos diversos) revela o fortalecimento de grupos sociais por meio da diversificação de atividades. Este seria o caso de José Ramos: comerciante, político e investidor financeiro.

Para elaboração deste capítulo, identificamos e agregamos os seguintes bens: imóveis (casas térreas, sobrados e prédios), terras ou porção de terra, aplicações financeiras (ações, apólices, títulos e dinheiro) e em menor proporção, objetos pessoais (o que incluem móveis, objetos de trabalho, ferramentas, ouro e joias). Os imóveis e as aplicações financeiras constituíam o grosso da acumulação dos comerciantes sanfelistas e revelava a busca por tipo de investimento que garantisse certa estabilidade financeira diante das incertezas decorrentes da atividade comercial. Dos investimentos financeiros as ações eram as que mais apresentavam riscos. Os imóveis e títulos eram os investimentos mais importantes do período.

---

<sup>114</sup> Em *Metamorfozes da Riqueza*, Zélia Cardoso de Mello ao identificar elementos constitutivos da riqueza paulista entre 1845-1895, observa a passagem de investimentos tradicionais como escravos para investimentos modernos como ações e imóveis. Segundo a autora, a formação dessa riqueza e a integração de São Paulo aos contornos econômicos só pode ser percebida em meados do século XIX, com a produção do café. Antes disso, a autora assinala a extrema pobreza na qual a província estava mergulhada, onde os imóveis pouco valiam e os maiores níveis de riqueza, estavam associados a mercadores, os quais investiam em escravos e terras, por razões de produtividade e status. Ver: MELLO, 1985, p.46-47. De modo semelhante, Rita de Cássia Almico, em 2001, ao defender a dissertação de mestrado *Fortunas em movimento* tendo como objetivo compreender o comportamento da riqueza pessoal de Juiz de Fora, entre 1870-1914, verifica que as transformações nas fortunas na região de Juiz de Fora aconteciam de modo semelhante ao que ocorreu em São Paulo: a passagem de bens tradicionais, como escravos, café e dívidas ativas (a pagar), para atividades ligadas a modernização, como títulos e ações. O crescimento da região de Juiz de Fora estava ligado à atividade agroexportadora cafeeira. Ver: ALMICO. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870-1914*. São Paulo: UNICAMP, 2001. (Dissertação de mestrado)

<sup>115</sup> Ver: ALMICO. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870-1914*. São Paulo: UNICAMP, 2001. (Dissertação de mestrado)

Desse modo, a economia sanfelista era dinâmica, expressa na diversificação dos bens. Contudo, essa riqueza estava concentrada nas mãos de poucas famílias, que controlava a economia local. A família Ramos dominava o setor do comércio intermediário no interior baiano, nessa época. Sua riqueza e seu declínio acompanharam a riqueza e o declínio da cidade. Seus bens foram resultado do desenvolvimento econômico local e expressa retratos memorialísticos sobre a história da cidade.

## 2.2 OS COMPONENTES DA FORTUNA DE RAMOS

Caixeiro de uma importante casa comercial da cidade de São Félix, José Ramos nasceu em 1864, em Portugal. Morreu, às 16 horas, de uma sexta-feira, com 59 anos de idade, na sua residência, situada a Rua Dannemann, em São Félix, vítima de cirrose hepática. Não se sabe ao certo quando José Ramos transferiu-se para cidade de São Félix, mas seu nome já aparece nos registros em 1891, como importante comerciante local<sup>116</sup>. Nessa cidade, prosperou por meio do comércio intermediário com o interior da Bahia e acumulou muitas riquezas, ascendendo da posição de simples caixeiro da casa comercial da família Peixoto a grande comerciante local. Uma vez estabelecido na cidade, ampliou seus capitais com a gestão da atividade comercial do sogro José Augusto Peixoto, de alianças sociais, oportunidades nos negócios e também o acaso.

Como assinala Mattoso (2004), “o casamento era a forma mais rápida que alguns caixeiros encontravam para chegar ao topo da hierarquia social”<sup>117</sup>. Além do casamento, o processo de formação de fortunas passava por outras estratégias, como manter o nome e fama da firma e do dono. No caso de José Ramos contou também a conjuntura favorável a uma região que tornou estratégica na relação entre capital e interior.

O inventário do comerciante grossista José Ramos de Almeida exemplifica quais as estratégias e decisões tomadas pela família para manter seu patrimônio. Adquirindo riqueza através de organizações comerciais de famílias, a qual lhe permitiu rendas variáveis, José Ramos investiu em bens imóveis e títulos diversos, investimentos seguros que lhe garantiam alguma renda fixa, como forma de se precaver ante a natureza incerta do comércio<sup>118</sup>.

<sup>116</sup> AFSF. Judiciário. Serie inventários. Inventariado José Ramos de Almeida. Fl.1-17 v.

<sup>117</sup> MATTOSO. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004. p.281-316.

<sup>118</sup> Ramos e sua família conseguiram juntar dinheiro por meio do lucrativo circuito de redistribuição de mercadorias no interior baiano, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo setor de comércio grossista em decorrência do contexto internacional de intensificação das exportações de bens de consumo, reinvestiu seus

Infelizmente, não foi possível traçar o grau de participação de cada bem na riqueza dos comerciantes sanfelistas, diante da pequena amostra que trabalhamos. Entretanto, não resta dúvida que o grosso da acumulação desses indivíduos era constituído por imóveis e títulos. Ramos investiu em bens imóveis, ações e apólices, formando um expressivo patrimônio, no valor de 2:577:749\$000 (dois mil, quinhentos e setenta e sete contos, setecentos e quarenta e nove mil réis), a serem repartidos, no momento de sua morte, entre sua mulher Júlia Peixoto de Almeida e seus cinco filhos (Hilda, Walter, Anita, Júlio e Dagoberto).

A fortuna de Ramos encaixa nas maiores fortunas baianas do período, ultrapassava 50 contos de réis e demonstra a desigualdade social e a discrepância entre aqueles que conseguiam juntar dinheiro, formando pequena fortuna, até 1:000 (um conto de réis) e aqueles que, dominando setores chaves da economia local, possuíam fortunas já consolidadas, superiores a 50:000 (cinquenta contos de réis). Segundo Mattoso, as “grandes fortunas”, isto é, “maiores que 50:000 (cinquenta contos) até maiores que 1000:000 (mil contos de réis) representava 23,5% dos inventários, entre 1801-1850 e 93,5% na riqueza global<sup>119</sup>”.

Entre os bens descritos no inventário de Ramos, subdivididos como objetos de uso pessoal, estão um guindaste (500\$000 – quinhentos mil réis) e um motor de cinema (2:000\$000 – dois contos de réis)<sup>120</sup>. Os bens móveis apesar de aparecerem de modo tímido nos registros nos revelam, além do valor material, um enorme valor afetivo, daí a opção de não desconsiderá-los na análise. A presença desses objetos anuncia a riqueza privada, já que nos permite adentrar em um ambiente mais íntimo de instrumentos de trabalho e objetos domésticos (cadeiras e móveis de jacarandá e joias, por exemplo) que compõem o cenário da vida particular desses indivíduos.

Outra forma de investimento era em títulos da dívida pública, que podiam ser comprados ou vendidos em forma de ações. Os títulos eram o segundo principal modelo de investimento de Ramos, cerca de metade de sua fortuna era destinado a esse ativo, o que correspondia a capital superior a 100:000\$000 (cem contos de réis). Ramos possuía 245 imóveis, 105 títulos diversos (apólices, letras e hipotecas) e 59 ações, afora sociedade em firmas, dinheiro em caixa e bens móveis. Considerando somente os três primeiros e principais itens da fortuna de Ramos, seus bens dividiam-se da seguinte maneira: 59% em imóveis, 25,6% em títulos e 14,4% em ações<sup>121</sup>. Os títulos tornaram-se um tipo de investimento que se

---

capitais, além de mercadorias para sua loja, em imóveis e ações, considerados na época bons investimentos financeiros.

<sup>119</sup> MATTOSO, 2004, p.304-313.

<sup>120</sup> AFSF. Judiciário. Serie inventários. Inventariado José Ramos de Almeida.

<sup>121</sup> VER: AFSF. Judiciário. Serie inventários. Inventariado José Ramos de Almeida.

ampliou após a abolição da escravatura, sobretudo, em decorrência das pressões regionais para o aumento de recursos financeiros pelo Estado.

No que tange ao capital financeiro, José Ramos investiu em vinte e seis apólices, no total de 20:800\$000 (vinte contos e oitocentos mil réis), sendo vinte delas para a garantia da fiança de Eutropio José de Souza; cinquenta ações da Companhia C. P.[ilegível] e nove ações do Banco do Brasil das Lavras Diamantinas; cinquenta e cinco letras, valor 140:040\$000 (cento e quarenta contos e quarenta mil réis) e quatro hipotecas, no valor total de 5:760\$000 (cinco contos, setecentos e sessenta mil réis). O comerciante tinha ainda uma aplicação na caderneta de poupança existente na agência do Banco do Brasil, em São Félix, a quantia de 59:388\$000 (cinquenta e nove contos, trezentos e oitenta e oito mil réis), além de participação nas casas comerciais Ramos & Cordeiro, na firma Ramos & Companhia, ambas localizadas na capital do Estado e na firma comercial José Ramos & Companhia, localizada em São Félix<sup>122</sup>.

[Ramos deixou] a parte que possui na casa comercial na capital sob a firma Ramos & Companhia, conforme verificaram 362:872\$000 [trezentos e sessenta e dois contos, oitocentos e setenta e dois mil réis]; a parte que possui na casa comercial que gira na capital sob a firma Ramos & Cordeiro, que conforme verificaram em balanço 51:852\$000 [cinquenta e um contos, oitocentos e cinquenta e dois mil réis]; que fica nesta cidade de São Félix, onde a firma José Ramos de Almeida & Companhia, conforme balanço se verificou e confirmou 334:837\$000 [trezentos e trinta e quatro contos, oitocentos e trinta e sete mil réis]<sup>123</sup>.

Assim, evidências variadas reforçam a ideia de que imóveis eram as mais importantes formas de investimentos da família Ramos. O raio de atuação da firma e o fornecimento de créditos também servem como indicio para analisar a riqueza desses indivíduos e a capacidade financeira da cidade. A família Ramos e as famílias ricas de comerciantes dominavam os setores chaves da economia local, dos quais obtinham os maiores níveis de riqueza, evidenciando uma sociedade altamente hierarquizada. Os pequenos comerciantes não tinham espaço nesse jogo de poder. As dívidas em passivo (a pagar) era algo comum numa sociedade de muitos credores e devedores. As dívidas em ativo (a receber) é algo que precisa ser notado nos inventários, entretanto estas só surtem efeitos quando aparecem em proporção superior as dívidas em passivo.

<sup>122</sup> Ver: AFSF. Judiciário. Serie inventários. Inventariado José Ramos de Almeida. Fl. 1 – Fl. 18.

<sup>123</sup> AFSF. Judiciário. Serie inventários. Inventariado José Ramos de Almeida. Fl. 14v.

O uso recorrente dos créditos pode ser encontrado em vários documentos, como as cartas e registros de falência de estabelecimentos comerciais junto à vara de registros civis do Fórum de São Félix. Esses documentos revelam elementos importantes para a compreensão da dinâmica social, tais como, a frequência do sistema de créditos, a instabilidade, os riscos e as dificuldades que envolviam as atividades comerciais. A existência de uma extensa rede de crédito local apontava para a capacidade de a cidade reter capital responsável pelo financiamento local. A cidade contava com duas casas bancárias: Banco do Brasil e Banco Econômico da Bahia<sup>124</sup>.

São Félix era uma cidade onde circulava bastante riqueza, entretanto pouquíssimos tinham acesso a ela. Os grandes comerciantes buscavam garantir sua fortuna e alicerçar seu patrimônio na diversificação das atividades (econômicas e financeiras) e produtos. Somado a isso tinha uma vasta rede de prestígio e solidariedade que envolvia o mercado local. Os empréstimos de dinheiro por comerciantes também era comum. O ato de emprestar, conforme assinala Sheyla Farias, ao estudar a vida material dos negociantes em Estância – Sergipe, durante 1820-1888, era uma forma de expandir a influência do comerciante, promovendo prestígio e poder<sup>125</sup>.

José Ramos de Almeida contava com amplo número de imóveis situados em diversas localidades, além de São Félix, São Gonçalo dos Campos, Muritiba e Salvador (Pilar, Sé, Rua do Paço, Santana, Santo Antônio, Mares, Conceição da Praia, Nazaré e Penha), o que indicava suas áreas de interesse imobiliário e a (possibilidade de) ampliação do domínio e rentabilidade. José Ramos tinha investimentos na capital e nas Lavras Diamantinas; esses investimentos indicavam as áreas de atuação, o alcance da atividade comercial e do poder socioeconômico da família. Tais investimentos apontavam ainda para a questão do acesso a moradia e do planejamento urbano, onde o poder é exercido por membros da elite local, que dominavam o setor imobiliário e de terra. A família Ramos conseguiu avolumar suas áreas de atuação em pontos importantes do território baiano. Nesse sentido, o espaço urbano torna-se a expressão mais nítida da desigualdade social, do domínio e poder de algumas famílias; na base desta pirâmide estavam as famílias pobres, afetadas por essa “concorrência desleal”, em um movimento de marginalização do espaço. A estabilidade e segurança proporcionada pela moradia estavam reservadas a um grupo específico que dominavam os setores-chaves da economia local.

---

<sup>124</sup> APMSF. Série Jornais diversos. *A Defesa*. Ano 1930. Est. 37.

<sup>125</sup> SILVA, Sheyla Farias. *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. Salvador, UFBA: 2005. (Dissertação de mestrado)

Para se ter ideia do espólio desse negociante, somente em São Félix, este possuía dezenove sobrados; cento e quarenta e seis casas, sendo uma utilizada como instalação para o cinema, situada a Rua São Félix e avaliada em 20:000\$000 (vinte contos de réis); uma roça com casa de morada, situada a Ladeira de Muritiba e avaliada em 11:000\$000 (onze contos de réis); três armazéns, sendo um situado a Rua Salvador Pinto, sede da firma Tude & Irmão, avaliado em 32:000\$000 (trinta e dois contos de réis) e dois terrenos, um situado a Rua Nova e outro, situado a margem do Paraguaçu, ambos no valor de 200\$000 (duzentos mil réis) cada<sup>126</sup>. Mais uma vez comprova-se a existência de investimentos com capitais financeiros locais e os diferentes graus de riqueza – que somente Ramos já dominava grande parcela.

Os imóveis, apesar de terem sido investimentos seguros, só se tornavam lucrativo quando não estavam fechados. Daí entender o interesse de alguns comerciantes em alugar sua propriedade. Observa-se também que essas famílias, que transitavam por vários países, tinham contato com as inovações européias, procuravam equipar a cidade com medidas modernizadoras, como a fundação do cinema Avenida por José Ramos de Almeida, forma de inseri-la no processo de modernização. Melhorar ou equipar a cidade representava lucros, oportunidade de crescimento dos negócios e conforto. Assim, esses melhoramentos eram movidos por um conjunto de interesses econômicos, políticos e sociais, representava uma forma de uni-los a população local, de obter conforto e de passar uma imagem de progresso para a localidade, o que assegurava benefício para a atividade econômica da família e prestígio social, já que passava a imagem de benfeitor do líder para a população.

Os imóveis poderiam ser usados tanto como casa comercial, armazéns ou residência. A atitude dos comerciantes sanfelistas em relação aos imóveis parece ser menos a revenda de imóveis que a utilização do espaço. Não estou com isso descartando a hipótese que membros da elite comercial revendiam os imóveis após esse agregar valor, aliás, o que representava um ótimo investimento, mas não me parece que esta fosse a principal finalidade da aquisição dessas propriedades.

Os bens imóveis podiam ser subdivididos em casas (que podiam funcionar como residência ou estabelecimentos comerciais); prédios, sobrados e terrenos. A posse de uma casa térrea parece não ter sido muito difícil na cidade. Conforme indica Kátia Mattoso, no século XIX, qualquer cidadão baiano que possuísse alguns mil réis, já poderia adquirir algum imóvel, realidade que não sofreu muitas alterações no período estudado. Em São Félix, podemos constatar que a quantia de 300\$000 (trezentos mil réis) já era o suficiente para a

---

<sup>126</sup> AFSF. Série: Inventários. Inventariante: José Ramos de Almeida. Ano 1923. Fl. 7-18.

compra de uma casa térrea modesta, com sala, quarto e cozinha, em terreno foreiro. Contudo, a posse de um sobrado restringia aos homens mais ricos, devido ao alto valor da propriedade. Os imóveis representavam um bom investimento, pois eram fontes de capital seguro e garantia de bem estar; esses componentes da fortuna dos comerciantes foram se valorizando no decorrer do período estudado, tornando-se, pelo que tudo indica, altamente lucrativo. Segundo afirma Adrin Castelluci, “é que a propriedade imobiliária tornou-se cada vez mais concentrada e transformou-se, ela mesma, em objeto de negócio de alguns grupos”<sup>127</sup>.

A descrição dos bens de raiz junto aos livros de registros de imóveis e hipotecas da vara de registros cíveis de São Félix oferece uma dimensão sobre o tipo de propriedade, sua localização e valor: a casa térrea geralmente era situada em terreno próprio ou foreiro, coberta de telhas, com porta, duas ou três janelas de frente, sala, quarto(s) e cozinha. Os sobrados, por sua vez, edificadas em terreno próprio ou foreiro, possuíam várias portas e janelas de frente, dividindo-se internamente em sala de visita, sala de jantar, quartos, cozinha e quintal. Ter um grande sobrado era símbolo de ostentação e riqueza<sup>128</sup>. Nos prédios, segundo informa Vianna (1973), cada andar de habitação denotava a condição socioeconômica dos moradores; os andares superiores – primeiro, segundo e terceiro piso – dedicavam-se a morada de pessoas com melhores condições financeiras; os últimos andares, por sua vez, indivíduos mais pobres ou estudantes, devido ao difícil acesso, dado por meio de escadarias íngremes<sup>129</sup>. A descrição dos prédios associado a classe econômica, melhor se aplica a cidade de Salvador, não consegui registros que retratasse tal dimensão da vida cotidiana para a cidade de São Félix.

É possível perceber também que o valor do imóvel variava, associando-se a condição da propriedade e ao grau de urbanização do espaço. Casas térreas situadas em subúrbios tinham valor inferior às situadas em áreas centrais, geralmente mais disputadas. A localização de um imóvel denotava acesso a áreas de disputa urbana e arranjos e rearranjos sociais. Um imóvel situado a Rua Varre Estrada, zona periférica de São Félix, por exemplo, em 1936, chegava a custar 200\$000 (duzentos mil réis)<sup>130</sup>. Outro situado a Estrada da Rodagem, também periférica, em 1899, edificada em terreno foreiro, o valor de 400\$000 (quatrocentos mil réis)<sup>131</sup>. Lógico que quanto mais próximas dos pontos ativos de comercialização mais o valor dos imóveis aumentavam. José Ramos de Almeida, por exemplo, no ano de 1895, adquiriu uma casa térrea a Rua Ladeira da Misericórdia, no nome de sua filha, a menor de

<sup>127</sup> CASTELLUCI. *Industriais e operários numa conjuntura de crise*. Salvador: Fieb. 2004, p.88.

<sup>128</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1890-1915; 1933-1943).

<sup>129</sup> VIANNA, 1973.

<sup>130</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1933-1943). Fl. 86 v. – 87.

<sup>131</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1933-1943). Fl. 54 v. e fl. 55.

idade Hilda Ramos de Almeida, no valor de 300\$000 (trezentos mil réis) <sup>132</sup>. Outra morada de casa foi comprada pelo mesmo adquirente para a menor, a Rua Dannemann nº 12, em São Félix, um ano antes (1894), em terreno próprio, fazendo vizinhança com a casa de Geraldo Danneman e Joaquim de tal [*sic.*], avaliada no valor de 3:000\$000 (três contos de réis)<sup>133</sup>.

Quanto à descrição dos prédios, estes possuíam várias janelas e portas de frente e de lado, no pavimento térreo e nos andares; divididos internamente em salas, quartos, cozinhas e quintal, geralmente constituíam em bens de indivíduos abonados. Vejamos o exemplo a seguir. O prédio urbano transmitido por Plínio Umburanas e sua mulher Dona Olidania Umburanas, sob contrato de compra, venda, paga e quitação, ao negociante Leopoldo Rocha Pires, em 1937, estava no valor de 10:000\$000 (dez contos de réis) e apresentava as seguintes descrições:

uma porta, três janelas de frente no pavimento térreo; quatro, no sótão; tendo ainda no pavimento térreo, seis janelas de lado e uma porta de lado, e seis janelas de lado também no pavimento superior; dois quartos; no pavimento superior, quatro quartos; tendo ainda, as seguintes dependências, copa, cozinha, quartos, banheiro e latrina e ao lado direito um jardim com portão de ferro, limitando-se de lado com as propriedades dos cidadãos, Lucilo Publio de Castro e Luiz Rebouças Soares<sup>134</sup>.

Essa era a descrição típica do interior de um prédio, variando apenas no número de cômodos existentes. A venda de imóveis, como o prédio acima descrito, associado a contexto de crise econômica era também um sinal de declínio econômico do comerciante. O sobrado, por sua vez, era imóvel de aristocrata; sinônimo de ostentação e luxo, só poderia adquirir aquele quem possuísse capital suficiente para desembolsar em média 15:000\$000 (quinze contos de réis). O sobrado mais barato encontrado nos registros, exceção a regra, possuía o valor de 3:000\$000 (três contos de réis) e foi adquirido pelo industrial Geraldo Dannemann, em 1896. Situado a Rua Principal nº 36, possuía duas janelas e seis portas de frente, além de janelas de lado, com armazém contíguo<sup>135</sup>. Os demais registros encontrados ultrapassavam bastante esse valor.

O aluguel de imóvel parece ter sido prática disseminada na cidade, o que rendia bons lucros. As habitações dos ricos comerciantes locais necessitavam transparecer a sua posição social, daí optarem sempre por sobrados de alto valor monetário. A fachada desses imóveis demonstra a preocupação dos comerciantes em ostentar sua riqueza. A título de ilustração,

<sup>132</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1890-1895). Fl. 187.

<sup>133</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1890-1895). Fl. 172.

<sup>134</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1933-1943). Fl. 117 v. e fl. 118.

<sup>135</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1890-1895). Fl. 221.

temos o sobrado que servia de residência a José Ramos de Almeida (figura 6), situado a Rua Dannemann (em São Félix), avaliado, juntamente com todos os móveis existentes na casa, no valor de 34:000\$000 (trinta e quatro contos de réis)<sup>136</sup>. Outro exemplo é o chalé localizado na atual rua Luís Gonzaga Dias (Baixa Fria), que em 1907, pertencia a Guinle e em 1960, a família Pires, o qual não encontramos registro de seu valor.



**Figura 6:** Sobrado pertencente ao negociante José Ramos de Almeida, foto recente  
**Fonte:** Elaborada pelo autor, julho de 2015

Por outro lado, os terrenos indicavam o grau de urbanização e a demanda por novas construções de casas<sup>137</sup>. Sua participação entre os comerciantes locais era relativamente pequena. Podendo ser rurais ou urbanos, também eram chamados de roças, porção ou sorte de terras; estes poderiam ter ou não construção de casa. Os terrenos aparecem descritos nos registros com sua localização, medida e valor. Temos como exemplo o terreno adquirido por Frederico Augusto do Lago, comerciante sanfelista, em 14 de maio de 1891, sob contrato de compra e venda, a margem do Rio Paraguaçu, na antiga Dendê, na época Rua Nova, no valor de 200\$000 (duzentos mil réis)<sup>138</sup>. Assim, como casas e sobrados, os terrenos proporcionavam certa segurança a seus proprietários, já que era fonte de capital estável.

Ao olharmos a composição arquitetônica da cidade, somos levados, por meio das fachadas dos edifícios e sua construção, a resgatar resquícios de um passado de ostentação e

<sup>136</sup> AFSF. Judiciário. Serie inventários. Inventariado José Ramos de Almeida.

<sup>137</sup> ALMICO, 2001.

<sup>138</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1890-1895). Fl. 32.

poderio econômico. A arquitetura da cidade revela elementos para pensar sobre o processo de ocupação, urbanização e o cotidiano dos grupos sociais. Por ele, é possível perceber os fragmentos da memória de um povo. Para Ipojucã Cabral e André Curvello,

As construções edificadas caracterizam os grupos humanos, exemplificando sua forma de viver, sua concepção estética e de apropriação do meio ambiente, possibilitando uma ideia de sua existência em determinado momento histórico. É, na realidade, uma forma durável, formada por um conjunto de elementos, que expressam a concepção de mundo desses grupos e sua relação com o cotidiano de uma época. [...]

Até o início do século XIX, a paisagem urbana de São Félix era parecida com a da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, caracterizada por uma arquitetura no estilo colonial português. Em meados do século XIX, com a chegada dos alemães e a instalação da fábrica de charutos Dannemann, esse cenário começa a se modificar, influenciado por novos elementos que permitiram outra estética e função arquitetônica<sup>139</sup>.

O aspecto iconográfico da cidade permite restaurar princípios que regem a vida cotidiana como a ostentação da “burguesia”, o grau de urbanização, o impacto das fábricas de charutos e da manufatura do fumo e resquícios de um comércio intenso. Grande parte da riqueza da elite comercial teria sido para investir em imóveis. Quem olha para essas construções tem uma dimensão aproximada da riqueza que circulava na cidade. Se as imagens e arquitetura permitem sentir a riqueza local e o movimento do porto de São Félix, os manuscritos permitem avaliar esses níveis de aquisição com maior precisão.

Assim, através dos documentos históricos (registro de imóveis) podemos visualizar a ocupação territorial da cidade e os níveis de aquisição imobiliária. Acompanhando os níveis de aquisição de imóveis de membros da elite econômica sanfelista (tabela 1), pude verificar que os comerciantes e industriais eram os grupos que mais investiam nesse ativo. Averigüei ainda os locais urbanos de preferência e disputas entre comerciantes do setor redistribuidor<sup>140</sup> e de industriais, áreas centrais como as Ruas Senador Themistocles, Ignácio Tosta, Paulino Gil, das Flores, Dannemann e áreas portuárias, como Avenida Salvador Pinto, respectivamente. Não havia uma demarcação rígida de espaços, e sim a preferência por localidades que estavam no centro da movimentação urbana. Quanto mais bem localizadas mais fácil das casas comerciais serem (re)conhecidas.

<sup>139</sup> CABRAL, Ipojucã; CURVELO, André. *Cachoeira e São Félix, Revelações do Tempo*. Bahia: Votorantim, 2004. p.37-39.

<sup>140</sup> Neste trabalho uso o termo “comércio redistribuidor” como aquele setor do comércio em escala local e ou regional responsável por catalisar a produção das regiões circunvizinhas e redistribuí-las regionalmente. Esse se complementa através da exportação e importação de mercadorias.

Os períodos de maior aquisição de imóveis das famílias de negociantes coincidiam com o período de crescimento nos negócios. Sua posição econômica contribuiu também para que alguns deles ocupassem uma posição no poder municipal. O comerciante José Ramos de Almeida, por exemplo, era o que mais investiu entre 1910-1915 e esteve na intendência entre 1912-1915. O industrial Dannemann investiu em imóveis entre 1890-1899 e ficou na intendência até 1893<sup>141</sup>. Por outro lado, a menor aquisição de imóveis nos registros pode indicar momentos adversos ou de escolha de outros lugares para investir.

A tabela abaixo busca rastrear os principais investimentos de negociantes e industriais em imóveis entre 1890-1915 e 1933-1943 – duas gerações. A lacuna no período de 1916-1932 deve-se a não existência ou localização dos registros no Arquivo do Fórum de São Félix. A ausência de dados limitou a análise das estratégias de inversão de capitais por importantes comerciantes locais que estavam investindo em imóveis nesse período, como Arthur Pires e Plínio Umburanas (este último encontrei registros de vendas de imóveis após 1933, quanto ao primeiro encontrei cinco registros de compras de imóveis após 1912), mas não me impossibilitou a ter uma dimensão aproximada da aquisição de imóveis na época. Além das informações expostas acima, a tabela nos dá ainda ideia da sucessão material sanfelista e das alianças formadas, sobretudo as matrimoniais, as quais buscavam assegurar e resguardar a propriedade e os bens, isto é, garantindo a sucessão material e do nome. Os espaços vazios indicam que não houve ou não encontrei registros de compras daquele indivíduo durante o período nos livros consultados. Vejamos a tabela abaixo:

---

<sup>141</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1890-1915; 1933-1943).

**Tabela I**  
**Movimento de aquisição de imóveis, 1890-1915/1933-1943**

<b>Negociantes (N)/Industriais (I)</b>	<b>1890- 1894</b>	<b>1895- 1899</b>	<b>1900- 1904</b>	<b>1905- 1909</b>	<b>1910- 1915</b>	<b>1930- 1934</b>	<b>1935- 1939</b>	<b>1940- 1943</b>
Geraldo Dannemann (I)	15	4	—	2	—	—	—	—
Dannemann&Cia (I)	1	2	1	—	21	—	—	—
Arthur Furtado de Simas (I)	3	—	—	—	—	—	—	—
José Ramos de Almeida (N)	1	2	17	22	8	—	—	—
José Ramos de Almeida Alves (N)	—	—	—	—	—	3	9	2
Candido Augusto Ribeiro (N)	4	1	1	—	3	—	—	—
Arthur Rocha Pires (N)	—	—	—	—	4	—	1	—
Antonio da Rocha Pires	—	—	—	—	—	8	9	1
Pedro Batista Magalhães (N)	—	—	—	1	3	—	—	—
José da Silva Serra (I)	—	—	—	—	—	2	4	—

**Fonte:** AFSF. Livros de registro de imóveis e hipoteca (1896-1915/1933-1943).

Por meio da tabela, é possível perceber a continuidade de investimentos em imóveis pela família Ramos, durante duas gerações consecutivas. Na primeira fase, há um crescimento acelerado nos investimentos em imóveis, sob a chefia do comerciante José Ramos de Almeida, que vai até 1910. A aquisição de imóveis mantém-se continuamente, considerando a lacuna existente no período de 1916-1932. Em 1923, José Ramos de Almeida morre deixando a chefia dos negócios que posteriormente será assumida por seu genro, José Ramos de Almeida Alves, casado com Hilda Ramos de Almeida, representante da segunda geração. José Ramos de Almeida Alves compra imóveis até 1940, quando há uma diminuição na aquisição. Esse declínio refletirá o período de crise econômica local e as dificuldades do comércio<sup>142</sup>.

Deve-se destacar que a família Ramos era a única família de comerciantes que continuou investindo em imóveis nas duas fases consecutivas, o que significava grande capacidade de alcance e o poderio econômico. No entanto, seus capitais eram provenientes do comércio redistribuidor entre a Capital e o Alto Sertão. Com a reestruturação econômica da

<sup>142</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1890-1915; 1933-1943).

região e o declínio econômico da cidade de São Félix, seus capitais começaram a se exaurir. A trajetória de riqueza da família Ramos acompanha a história da riqueza e pobreza da cidade de São Félix.

Conforme se observa, afóra Ramos, existia um predomínio de famílias diferentes na aquisição de imóveis, isto é, o período de aquisição de imóveis entre comerciantes geralmente correspondia a um período isolado de prosperidade dos negócios, o que não quer dizer que todos estes faliram, imediatamente, após esse período. Cada família rica tinha sua estratégia. Eles poderiam parar de investir por diversas razões, como redução de gastos, por exemplo. Os industriais seguiam uma linha semelhante, a maior aquisição de imóveis correspondia ao período de crescimento dos negócios. Geraldo Dannemann, por exemplo, um dos maiores representantes do grupo de industriais, investia em imóveis entre 1890 a 1899, como indivíduo e entre 1900-1909, como empresa. Este morreu em 1921. Com sua morte, a empresa passou por inúmeras transformações, se transformando em 1922 em sociedade anônima<sup>143</sup>.

Percebe-se, igualmente, a diminuição global de investimentos em imóveis por ricos comerciantes após 1930, esse declínio torna-se ainda mais evidente após 1940. A diminuição de investimentos nesse ativo irá revelar o declínio econômico da cidade, os efeitos da urbanização, da conjuntura econômica baiana e da Segunda Guerra Mundial<sup>144</sup>, que promoverá uma nova reestruturação sócio-espacial na região do Recôncavo da Bahia.

---

<sup>143</sup> AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1890-1915; 1933-1943).

<sup>144</sup>*Idem*.

## CAPÍTULO III

### COMERCIANTES E PODER POLÍTICO LOCAL

Este capítulo pretende analisar a participação dos comerciantes sanfelistas na administração municipal, durante a Primeira República. Como ponto de partida, analisarei o cenário político da época, com atenção voltada para o ingresso e as funções políticas desses indivíduos. A ocupação do espaço público refletia os interesses da elite política local de busca pelo poder e de um ambiente que melhor expressasse o desenvolvimento social e econômico do município. Os projetos de leis me auxiliaram a pensar sobre os interesses desses homens e a situação político-econômica da cidade.

Nota-se que a principal preocupação política desses legisladores era com a modernização. A procura por um espaço equipado traduzia as novas regras de vivência e percepção do espaço, onde a busca pela civilidade respondia as necessidades e pressões impostas pela sociedade e os interesses de segmentos sociais específicos. Dentro de uma sociedade extremamente conservadora nas suas bases ideológicas, o termo “modernizar” é lido apenas como atualização nas obras e serviços de infra-estrutura e paisagismo. O conservadorismo ideológico das elites baianas é algo bastante assinalado pela literatura da Primeira República<sup>145</sup>.

Quanto aos projetos submetidos ao legislativo, esses partiam, em tese, de iniciativas de comerciantes, da elite econômica local e seus familiares. Eram eles também que, como parte da administração pública, dominava a legislação urbana. Solidários entre si, na sua rede de conchavos e na busca pelo poder. O conteúdo desses projetos atendia interesses municipais e setoriais, como organização do município, transporte, orçamentos, taxas e impostos, higiene e em algum grau, concessão de privilégio. É importante destacar que alguns projetos que aparentemente tinham função mais abrangente (geral), como construção de ruas ou estradas atendia na verdade interesses privativos de alguns grupos econômicos que se beneficiavam com tais obras.

A estrutura social era, a grosso modo, dividida entre um pequeno grupo que se mantinha no topo da hierarquia social, negociantes, donos de terras e industriais; a nova classe

---

<sup>145</sup> Ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *O poder legislativo da Bahia: primeira república (1889-1930)*. Salvador: Assembleia Legislativa; UFBA, 1985; NOVAES, João R. *De tropeiro a coronel: ascensão e declínio de Marcionillo Antônio de Souza (1915-1930)*. Salvador: UFBA, 2009.

média urbana, constituída por profissionais liberais e trabalhadores diversos e, por fim, pobres que viviam em condições de miséria<sup>146</sup>. Possuir um cargo na administração pública representava sinal de status e era motivo de orgulho para os que conseguiam acessá-lo. A condição econômica facilitava tal ingresso.

A Bahia, nessa época, passava por sucessivas crises e recuperações econômicas, perdendo o espaço hegemônico na pauta de exportações para o centro-sul do país, cuja base econômica era o café. Diante de uma economia diversificada, mas cujo peso nas exportações era ignóbil, a elite oligárquica baiana manteve fraca autonomia em relação aos países economicamente dominantes. Além disso, é importante não esquecer que eram os estados que tinham primazia econômica e militar, que usufruíam de maior autonomia política e tinham seus interesses socioeconômicos atendidos rapidamente.

Procuo analisar aqui a formação da cidade de São Félix, enfatizando a busca pela auto-afirmação política (representatividade), conclamada por seus habitantes e a busca do poder político por determinados grupos socioeconômicos, que comandaram o processo de emancipação. Busco perceber ainda os conflitos sociais existentes e a forma desigual como a sociedade foi moldada. Nesse sentido, o espaço é colocado de forma dinâmica, ele é constituído a partir das materialidades e códigos culturais e simbólicos que o distingue. A forma como ele é visto e sentido entre os seus habitantes de seu termo, torna-o singular. A evolução política e administrativa de uma cidade passa principalmente por esse sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, procuro articular a relação política e comercial da cidade, desvendando como estava organizada a câmara municipal, quem eram os indivíduos que compunham esse órgão, quais os principais projetos empreendidos na localidade e o que eles desvendavam sobre a dinâmica local e ou os meandros da vida político-social. Os comerciantes aparecem como parcela do grupo que compunha a câmara municipal. Por meio do poder político esses reforçavam seu status e negócios, e vice-versa.

Para construção do capítulo utilizo como documentação as atas da câmara municipal, os relatórios de intendentes, os jornais da época, leis e decretos municipais, e as biografias de intendentes, encontradas grande parte no Arquivo Municipal de São Félix.

---

<sup>146</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. UFBA, 1985.

### 3.1 COMERCIANTES SANFELISTAS NA POLÍTICA

A Primeira República trouxe uma série de mudanças de ordem institucional para o país, talvez a principal tenha sido o federalismo<sup>147</sup>. O federalismo, embora em proporções diferentes, a depender da situação econômica e poderio militar do estado, possibilitou um maior grau de autonomia entre os estados e as municipalidades. Essas mudanças repercutiam sobre a vida da população e do seu modo de organização político-administrativo. Nesse momento, São Félix vinha passando por um processo de luta pela autonomia política, que irá desdobrar na sua elevação a categoria de cidade. Nesse sentido, para conhecer o processo de formação de São Félix é necessário retomar sua relação com Cachoeira, quando ainda freguesia.

A cidade de São Félix foi erguida à margem direita do rio Paraguaçu, pertencia a então freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. A lavoura do açúcar, cultivada principalmente na região do Iguape trouxe fama a localidade de Cachoeira, sendo o açúcar o principal produto que iria caracterizar a sociedade e o trabalhador nessas áreas do Recôncavo. Outro produto que singularizava esta região foi o fumo. Desse modo, a agricultura diversificada, que além desses produtos, contava com mandioca e artigos diversos, permitiu o desenvolvimento do comércio, que passa a ser a principal atividade desenvolvida na região do Vale do Paraguaçu.

Em 1857, São Félix é elevada a categoria de Freguesia, devido a sua importância no contexto econômico regional. Sua posição geográfica facilitava o escoamento de mercadorias e o “trânsito para as regiões das lavras de diamantes e lavoura de algodão do sudoeste da província”<sup>148</sup>. Ao longo da segunda metade do século XIX até aproximadamente 1930, São Félix se destacava enquanto centro redistribuidor de mercadorias com o sertão. Suas bases produtivas estavam assentadas no preço do mercado internacional e de suas mercadorias exportadas.

A freguesia era a menor unidade administrativa provincial, representada por meio do juizado de paz. Como instância religiosa estava sobre a influência direta da vila e da Província, que podia utilizá-la nos momentos considerados oportunos, para execução de serviços e eleições, por exemplo. Contudo, as diferentes freguesias não nutriam uma unidade

---

<sup>147</sup> É importante notar que o Federalismo não era um ideal novo, forjado a partir da Proclamação da República, mas algo que já vinha sendo buscado desde o século XIX em São Félix, exemplo disso foi a Revolta Federalista de 1823.

<sup>148</sup> Histórico de São Félix.

de sentimentos e desejos. Cada lugar tinha suas especificidades e não raro, cada morador de uma freguesia sentia pertencente a ela e não a vila. Virlene Moreira (2002) assinala como a população sanfelista vivia esse sentimento de alteridade em relação à Cachoeira. Para ela,

Morar em São Félix significava pertencer à sociedade sanfelista. (...) Cada freguesia constituía-se em uma sociedade organizada espacial, política e economicamente, que garantia o suprimento das necessidades de sua população. Assim, a freguesia possuía uma dinâmica particular que a tornava uma localidade única. Por outro lado, não podemos nulificar o privilégio de ser vila, pois se não representasse algum poder, a freguesia não pleitearia sua elevação a tal categoria<sup>149</sup>.

Assim, como lembra a autora, cada freguesia tinha suas particularidades, existiam aquelas com maior ou menor densidade demográfica e aquelas mais desenvolvidas economicamente e com caráter político mais acentuado, como era o caso de São Félix. As freguesias e vilas eram subdivisões do poder legislativo<sup>150</sup>. A freguesia estava organizada em torno de um juizado de paz e correspondia ao desdobramento das tarefas do município. A vila, por outro lado, era a unidade administrativa local. Cada vila possuía uma câmara municipal. Contudo, a câmara só passa a obter autonomia a partir da Primeira República. Antes disso, o controle político do município ficava subjugado à administração provincial<sup>151</sup>.

Como descreve Victor Nunes Leal (1975), a tarefa da câmara municipal no Império era apenas zelar pela comodidade, segurança, saúde e tranquilidade dos habitantes do seu termo<sup>152</sup>. A jurisdição (liberdade para conceder deliberações ou fixar posturas municipais) era atribuição do governo provincial. Ao município competia apenas executar as ordens determinadas pelo presidente de província. Dito nas palavras de Álvaro Carvalho (2000),

Todas as leis municipais – que em geral cuidavam da manutenção da ordem e da saúde pública – deviam ser sancionados pelos Conselhos Gerais das Províncias, que podiam revogá-los ou modificá-los. Em períodos eleitorais, isto é, de vacância dos Conselhos, essas portarias eram submetidas a aprovação do presidente de província. Qualquer ato político era expressamente proibido. Para vender, alugar, ou permutar os bens imóveis do município, por exemplo, as câmaras dependiam da autorização do Presidente. Qualquer contrato de aluguel dependia da aprovação do

<sup>149</sup> MOREIRA, Virlene. *Entre a Baía e os Sertões. A dinâmica comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889)*. Salvador, UFBA, 2002, p.26. (Dissertação de Mestrado)

<sup>150</sup> FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *Definições de áreas*

<sup>151</sup> *Idem*.

<sup>152</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p.75.

Conselho Geral. Podemos concluir que o objetivo de todas essas medidas era submeter o poder municipal a autoridade provincial<sup>153</sup>.

Assim sendo, o município tinha total dependência da autoridade provincial nos assuntos burocráticos. A câmara municipal, também chamada de Conselho, apesar de ser um órgão de representação local, tinha uma atuação bastante limitada, já que não podia sancionar leis ou medidas para o município. Além disso, a vila por conhecer melhor a si mesma ou por razões de poder, buscava melhor se aparelhar, prestando atenção a si mesma do que as necessidades das freguesias. Sendo assim, os recursos e melhoramentos privilegiavam a vila que, em geral, estavam mais bem servida de obras de infra-estrutura e comunicação. Diante, desse afastamento entre as municipalidades ou entre as diversas regiões que compunham o município, é justificável o sentimento de alteridade das freguesias diante da sede.

São Félix por estar localizada geograficamente mais perto de Cachoeira sentia também mais perto o distanciamento da sede; os melhoramentos urbanos que chegavam do lado esquerdo do Paraguaçu, nem sempre atingiam o lado direito. Toda essa falta de atenção sentida pelos moradores da freguesia irá refletir na insatisfação popular. Diante do descontentamento da população e da necessidade de se autogerir, em 1889, é organizado os “Conspiradores”, reunião de homens que pleiteavam a autonomia política para São Félix. Esse grupo era constituído por migrantes que dominavam a economia local – representantes da família de comerciantes e industriais. Esses homens desligados de qualquer laço ou obrigação política com Cachoeira e diante de uma elite cachoeirana enfraquecida de senhores de terras e engenhos, se articulava para conquistar o poder político local, a exemplo de Dannemann e Peixoto. Foi com força desse movimento que em 20 de dezembro de 1889, São Félix foi elevada a categoria de vila, no governo de Manoel Victorino e posteriormente, cidade.

A importância da vila era ser unidade autônoma dentro da província, isto é, sede político administrativo<sup>154</sup>. Com a Primeira República e a maior autonomia municipal o título de vila se tornava ainda mais interessante. Além disso, ser membro da câmara municipal representava participar do grupo dos “homens bons”, o que garantia prestígio e poder social para as famílias. A vila crescia economicamente e se expandia e em 25 de outubro de 1890, no governo de Virgílio Damásio, foi elevada a categoria de cidade.

Segundo afirma Victor Nunes Leal (1914), as funções executivas no Brasil, “foram discriminadas somente em 1891 e incumbiam, em uns poucos, ao próprio presidente da

---

<sup>153</sup> CARVALHO, 2000, p.45.

<sup>154</sup> FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *Definições de áreas*.

câmara. Na grande maioria das unidades federadas, havia um executivo especial, cuja denominação variava: prefeito, intendente, superintendente, agente executivo”<sup>155</sup>. A representação executiva dava maior liberdade para reger os negócios e para conduzir as necessidades municipais. A constituição republicana (1891) irá instituir as novas alterações promovidas a partir da proclamação; a descentralização eleitoral e o fim do voto censitário são algumas delas<sup>156</sup>.

Assim, apesar de ainda manter fortes laços com o poder central e estadual, a câmara municipal passava a ganhar maior autonomia. Cabia a ela agora, fixar e estabelecer regras para a vida pública e regulamentar às atividades econômicas. Algo a ser decretado por meio das posturas. Através das posturas municipais é possível perceber a tentativa de disciplinamento do espaço público, por meio da demarcação de horário para abertura e funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Na verdade, a forma tradicional de obtenção de recursos para os cofres públicos era por meio da matrícula, registro nos livros de impostos e multa por infrações as posturas municipais. O ramo de negócio ou o tipo de infração é que determinava a quantia a ser paga. As posturas municipais indicam as regras comerciais da região e o limite do poder do legislativo sobre a vida econômica do município:

Código das Posturas Municipal da Cidade de São Félix, 9/11/1893:

Art.146 – Não é permitido, em parte alguma deste município, conservarem abertas as lojas, armazéns ou casas de negócio de qualquer natureza, salvo as farmácias, casas de pasto, pastelarias, nos domingos de meio dia em diante. As padarias poderão reabrir às seis horas da tarde e fechar-se as oito horas, pena de 10\$000 de multa ou cinco dias de prisão.

Art. 147 – Os donos das casas públicas de vendagem de gêneros de estiva, não poderão opor-se ou impedir a entrada em seus estabelecimentos dos fiscais do conselho municipal, para examinarem o estado de quaisquer gêneros expostos à venda, pena de dez mil réis de multa ou cinco dias de prisão.

Art. 148 – Toda pessoa que tiver em sua casa de vendagem gêneros avariados ou viciados e a que os vender pelas ruas e praças, pena de 10\$000 de multa e de serem apreendidos, enterrados e queimados os gêneros.

Art. 149 – Reconhecendo-se ter em depósito no centro do comércio, petróleo, querosene ou óleos inflamáveis, em quantidade superior a dez latas, água-raz ou espírito de terebentina em porção maior de 60 litros em barril ou latas, espírito de vinho, em quantidade maior de 60 litros em barril ou lata, pena de 20\$000 de multa e de serem apreendidos e recolhidos ao depósito público.

---

<sup>155</sup> LEAL, 1914, p.116.

<sup>156</sup> Na verdade, apesar da importância dessas mudanças, a autonomia municipal não alterou as desigualdades no cenário político, tampouco eliminou as fraudes no processo eleitoral. A população continuava a margem dos direitos políticos e sociais ou mesmo da cidadania. Sobre o conceito de cidadania, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

Art. 150 – Os atravessadores de gêneros alimentícios pelas estradas ou nos lugares em que costumam vendê-los, que os comprarem para revender antes do tempo determinado no respectivo Regulamento, pena de 10\$000 de multa ou cinco dias de prisão<sup>157</sup>.

Nota-se, nesse sentido, que as posturas da câmara municipal reforçam a ideia de um espaço público heterogêneo, o qual o poder legislativo buscava regular. Claro, que o disciplinamento exercido pela câmara era limitado, exigindo negociações do poder legislativo com os demais setores e, buscava responder as pressões por mudanças sociais. O certo é que a tentativa de ajustar cidadãos a normas disciplinares não é possível de forma totalmente pacífica e harmoniosa, sem conflitos sociais. Contudo, as posturas nos dão indícios para pensar as vivências cotidianas, a tentativa de controle social, as regras aplicadas a categoria e suas estratégias sociais (o que inclui também burlar as regras, em alguns casos).

A estrutura básica da Câmara Municipal (nos anos republicanos) era composta pelo Conselho Deliberativo com sete membros nos municípios de 15 a 25 mil habitantes (cargos gratuitos), o Intendente (poder executivo) que é substituído pelo presidente do conselho e a Junta do Distrito com três membros, administrada por quatro anos por pessoa eleita. A Assembleia Municipal era composta pelos membros do conselho, da junta do distrito e os cidadãos que mais pagassem impostos. A Assembleia Municipal funcionava sob caráter de corpo deliberativo e sob o comando do presidente do conselho municipal<sup>158</sup>.

A participação política na Primeira República era relativamente baixa e excluía grande parcela da população. Quem podia votar? Homens que soubessem ler ou escrever. Quem podia se eleger? Alfabetizados que tivessem cidadania brasileira. Conquistar cidadania brasileira não parece ter sido grande problema para os estrangeiros, uma vez que na época conseguia com facilidade. Entretanto, o critério de alfabetização garantia o caráter elitista das eleições, já que grande parte da população baiana e brasileira não sabia ler e escrever. A Junta Eleitoral do município geralmente era composta por membros do Conselho Municipal e o processo eleitoral fraudulento, permeado por um caráter paternalista. Em São Félix, raro era o conselheiro que não participava do alistamento eleitoral, além desses havia os “imediatos”, isto é, aqueles cidadãos que ajudavam nas eleições.

Os membros da elite política sanfelista apesar de serem solidários na manutenção dos seus interesses de classe não constituía em um bloco monolítico. Não raro, ocorriam cisões entre grupos. Também é importante destacar a fragilidade partidária e as regras do jogo

<sup>157</sup> APMSF. Série: Jornais diversos. *A Pátria*. Ano 1893. Est. 37.

<sup>158</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl 111-112.

político local, onde não havia espaço para todas as figuras de prestígio na máquina política, o que ocasionava divergências. Era importante para angariar um espaço na política municipal, além de ter uma extensa rede de influências, ter experiência no campo político e dinheiro, bem como atender as imagens e ou critérios de líder perfeito obtidas por meio do conservadorismo das ideias e preconceito racial da população local. Não havia espaço para ex-escravos ou negros no poder público municipal e as amostras de desprezo a esse grupo não partiam apenas de membros da elite política e econômica.

As principais representações políticas de São Félix eram de famílias ricas, como senhores agrícolas, industriais, comerciantes, profissionais liberais, bacharéis e militares. Os títulos da Guarda Nacional, assim como os acadêmicos, davam respaldo e *status* ao indivíduo a medida que elevava o seu grau de prestígio social. Muitos dos membros do Conselho Municipal de São Félix possuíam o título de coronel, obtidos como concessões devido ao posto de coronel ocupado na Guarda Nacional (após a segunda metade do século XIX a importância de honras militares foi crescendo cada vez mais). Doar títulos era também uma forma de politização, uma recompensa a favores políticos.

Dos membros do Conselho Municipal que possuíam patentes da Guarda Nacional e que faziam parte da Junta Eleitoral de São Félix destacam-se o coronel Themistocles da Rocha Passos, coronel Tibério Augusto Pereira, coronel José Antônio de Sousa Lopes Filho, coronel José Ramos de Almeida e capitão Gabino Ribeiro Pedreira. São figuras ilustres no cenário político e econômico do interior da Bahia (industriais, comerciantes e demais segmentos profissionais), que se articulavam na busca pelo poder. O ingresso desses homens nos cargos públicos era facilitado pelo poder econômico e reforçava o prestígio social.

As alianças entre grupos sociais era elemento importante para acessar cargos públicos. Algo essencial também para a coesão político-administrativa. A política no Brasil era pensada como uma rede de alianças visando à dominação<sup>159</sup>. O intendente que tivesse apoio do governador tinha mais facilidade em desenvolver projetos ou serviços urbanos. Nota-se ainda que tais alianças tornavam-se indispensáveis na Bahia, região marcada por forte paternalismo, onde a hegemonia econômica fora perdida para o centro-sul do país e o caráter militar era pouco acentuado. O “sistema de reciprocidade<sup>160</sup>” valia tanto nas relações entre elites como nas relações entre elite e massa. A fidelidade, a obediência e o apoio por meio do voto eram qualidades sempre ressaltadas no plano social.

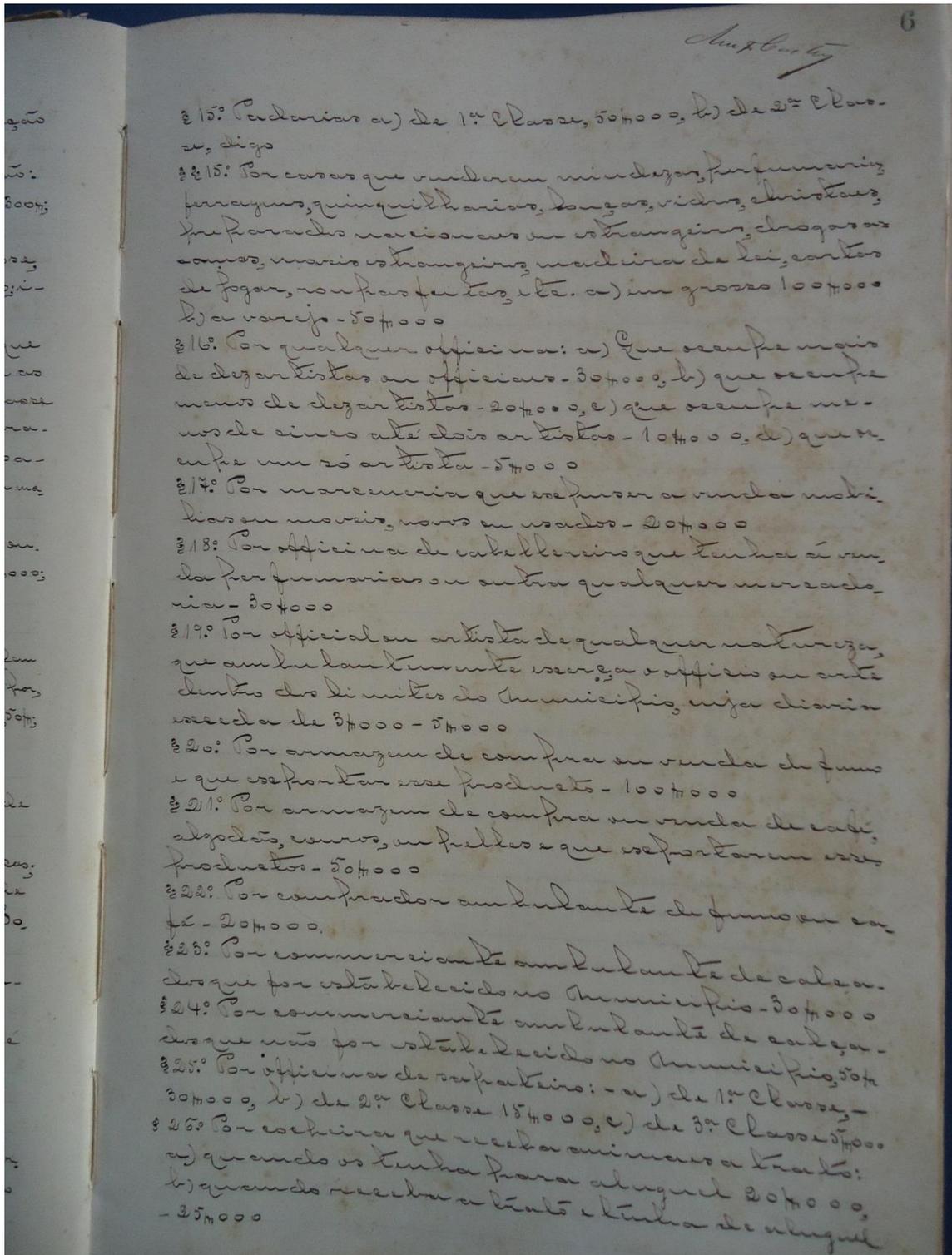
---

<sup>159</sup> Sobre os tipos de dominação, ver: WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>160</sup> Ver: LEAL, 1914, p.42-45.

As funções políticas estavam voltadas para o município. A população local para terem as suas demandas atendidas deveria enviar petições ou requerimento para serem analisados junto ao Conselho Municipal. Contudo, a participação popular na câmara era praticamente nula. As petições continuamente partiam de membros de setores chaves da economia local que estavam ligados a vida política e econômica do município. A grande massa da população estava excluída da política local.

Quanto ao conteúdo dos projetos da câmara municipal, nota-se uma preocupação com conteúdo de ordem geral, como a organização do município (receitas, despesas, orçamentos, eleições, entre outros), questões de serviços urbanos básicos (como iluminação) e educação, contudo não podemos deixar de sublinhar o caráter setorial de várias demandas, as quais tendiam a atender interesses de classes sociais específicas. A legislação, por exemplo, muitas vezes, satisfazia os interesses de grandes setores econômicos (indústria e comércio) restringindo a atuação dos pequenos comerciantes e ganhadeiras na cidade. As posturas municipais nos dão uma dimensão dessa tentativa de disciplinamento do espaço urbano, conforme podemos ver pela figura abaixo:



**Figura 7:** Lançamento de imposto sobre indústrias e profissões

**Fonte:** APMSF. Série: Atas do poder legislativo. Ano. 1915 a 1919. Fl. 6

Como podemos perceber através da imagem, os legisladores que controlavam o poder político municipal dispunham de inúmeros mecanismos para satisfazer seus interesses de classe, seja através de lançamentos de impostos, posturas municipais ou coibindo a atuação de segmentos sociais, como os pequenos comerciantes. Não devemos esquecer que era a elite

econômica local quem dominava os cargos políticos. Insisto, muitos projetos que aparentemente defendiam causas gerais estavam voltados para interesses setoriais. Era atribuição do Conselho Municipal ouvir as demandas da população e elaborar projetos de leis, os quais eram sancionados ou vetados pelo prefeito/intendente. Ao prefeito cabiam as tarefas de caráter administrativo, este atuava em constante diálogo com o Governo Federal<sup>161</sup>.

A primeira reunião do Conselho Municipal de São Félix foi realizada em 1889, pelo ato de 20 de dezembro de 1889, convocada pelo governador do Estado da Bahia Manuel Victorino Pereira<sup>162</sup>. As tarefas do Conselho Municipal eram divididas, de acordo com o conteúdo, por comissões permanentes, eleitas pelos membros deste órgão. Havia quatro comissões: 1) Constituição, poderes, justiça e legislação, 2) Orçamento, comércio, agricultura, indústrias e artes, 3) Higiene, obras e estatística e 4) Polícia, redação das leis e instrução pública<sup>163</sup>. Essas comissões eram responsáveis por organizar a vida pública municipal, juntamente com o prefeito, figura que detinha certa autonomia para gerir, criando as leis necessárias para o funcionalismo municipal<sup>164</sup>.

A criação da guarda municipal na sede da cidade de São Félix remete a 15 de julho de 1912, pelo projeto de lei nº 2. A guarda municipal era constituída de dez componentes, de livre nomeação e inteira confiança do intendente, sendo que um deles servia de comandante. Podia ser membro da guarda, homens que tivessem entre 25 a 35 anos, que soubessem ler ou escrever. O pagamento era no valor de dois mil réis para cada guarda e três mil réis para o comandante, a serem efetuados por quinzenas. O fardamento era na cor azul e parda (respectivamente), fornecidas no primeiro ano pelo tesouro municipal e posteriormente por conta dos próprios guardas. O armamento era fornecido pelo município, ficando na responsabilidade do guarda em caso de perda ou quando este utilizava fora do serviço<sup>165</sup>.

A organização da guarda municipal pelo intendente significava maior autonomia municipal. Era a busca pelo poder político local, através do domínio das armas, de nomeações e cargos. Além da guarda municipal, existiam outros cargos públicos que eram nomeados pela municipalidade, como aferidor do município, carcereiro e secretário. Esses últimos eram eleitos pelo conselho e aprovado pelo intendente. Todas as nomeações, assim como requerimentos, projetos e pareceres passavam por discussão e votação em sessão no Conselho Municipal.

---

<sup>161</sup> Ver: APMSF. Série: Atas do poder legislativo. Ano. 1890-1903; 1910-1936.

<sup>162</sup> APMSF. Série: Atas do poder legislativo. Ano. 1890-1903. Fl.2.

<sup>163</sup> APMSF. Série: Atas do poder legislativo. Ano. 1893-1895. Fl. 19-24v.

<sup>164</sup> Ver: APMSF. Série: Atas do poder legislativo. Ano. 1890-1903; 1910-1936.

<sup>165</sup> APMSF. Série: Atas do poder legislativo. Ano. 1910-1915. Fl. 20-20v

Nestas sessões buscava-se debater as demandas, as características principais e ressalvas dos projetos de leis. Todas elas deveriam ser aprovadas pelos conselheiros e pelo intendente. Geralmente esses projetos ou pareceres acabavam privilegiando categorias específicas os cidadãos mais ricos ou funcionários da municipalidade, os quais estavam mais próximos deste órgão municipal e poderiam fazer uso da legislação a favor das demandas de seu grupo. As principais obras empreendidas na cidade, como calçamentos de ruas, criação de escolas, é um bom indicador disso. Tais obras revelam a tentativa de organização do espaço público e da vida cotidiana e procuravam atender a elite econômica local, que precisava de um espaço melhor aparelhado para o trânsito de mercadorias e pessoas.

Mas quem são esses homens que estavam no poder político?

O quadro abaixo (tabela II) especifica todos os intendentes que o município teve durante o período, com seu respectivo mandato e profissão. Não foi possível resgatar a biografia de cada um deles, mas conforme podemos perceber eles faziam parte de um grupo que estava situado no topo da hierarquia social e econômica, são eles, médicos, grandes comerciantes e industriais. Esses mantinham solidariedade entre si e com outros grupos sociais, a quem dependia para manutenção do poder. É importante não perder de vista as negociações como estratégias para coesão social.

**Tabela II**  
**Intendentes do Município (1890-1930)**

<b>Período</b>	<b>Intendente/ profissão</b>
1890-1893	Geraldo Dannemann/ industrial
1894-1895	Salvador José Pinto/médico
1898-1901	João Severino da Luz Netto/comerciante
1902-1905	João Severino da Luz Netto/comerciante
1906-1907	Gabino Ribeiro Pedreira/fazendeiro
1908-1911	Rosalvo de Menezes Fraga/comerciante
1912-1915	José Ramos de Almeida/comerciante
1916-1917	Pedro Pedreira/profissão não encontrada (PNE)
1918-1919	Francisco Froes (nomeado)/ PNE
1920 a 20 de Agosto	Arthur dos Santos Reina (interino)/fazendeiro e agricultor
1920 até maio de 1921	Francisco Cardoso Froes (nomeado)/PNE
Junho a julho de 1921	José Britto (interino)/PNE
1922 até maio de 1922	Raphael Gonçalves (eleito)
1922 até dezembro de 1923	João Miguel da Silva/ PNE
1924 até dezembro de 1924	João Miguel da Silva/ PNE
1925 a 31/12/1927	João Miguel da Silva/ PNE
1928 até 31/12/1929	Pedro Batista Magalhães (eleito)/comerciante
1930	Umbelino Silva/comerciante

Fonte: APMSF. Série: Atas do poder legislativo. Ano. 1893-1895

Nota-se, pela tabela, que embora industriais e comerciantes estivessem juntos no processo de emancipação de São Félix, houve um maior predomínio de comerciantes do que industriais do setor de charutos no poder municipal e isso pode estar associado ao fato desses últimos estarem voltados principalmente para as suas atividades econômicas e seu local de origem. Além disso, os industriais se sentiam diferentes dos comerciantes. Eles acreditavam fazer parte de uma elite “distinta” que não se misturava com esses novos ricos<sup>166</sup>.

O primeiro intendente de São Félix foi o industrial Geraldo Dannemann, um dos responsáveis pelo processo de emancipação do município. Este assumiu o poder em 1890, por nomeação. Em 1892 é eleito pelo voto popular. Seu mandato vai de 1890 a 1893. Nessa época é também eleita o seguinte Conselho: Themistocles da Rocha Passos, Clementino Fraga, Fernando Vicente de Oliveira (comerciante), Sabino Santiago Mota (comerciante), Tibério Augusto Pereira, Aurélio Borges de Barros, José Antonio Lopes Filho<sup>167</sup>.

Em entrevista realizada com Humberto Rodrigues Alves, ex prefeito da cidade de São Félix (2005-2008) e membro da família Ramos de Almeida Alves, este atribui ao cidadão alemão Geraldo Dannemann a liderança do processo de emancipação de São Félix. Traçando um perfil do “império” construído pelo industrial de fumo, que começa com um fabrico localizado na atual Rua Manoel Vitorino (Dendê), ampliando em direção a Casa da Cultura e a Antiga Ladeira de Muritiba, este afirma que Dannemann financiou o processo de emancipação de São Félix, procurando inclusive associá-lo ao republicanismo. Para Humberto Alves, Dannemann era um crítico da monarquia e como homem de posses, que gerava emprego, se engajou aos políticos da Bahia republicana, permitindo a emancipação política de São Félix. Para ele, “sem o regime republicano não haveria emancipação política”<sup>168</sup>.

Na verdade, Dannemann não liderou sozinho o processo de emancipação local; ele, assim como outras figuras, os quais dominavam setores chaves da economia (comerciantes e industriais), organizaram-se em busca do poder político e autonomia política da localidade, diante de uma conjuntura favorável e com o apoio da população. Contudo, o depoimento de Humberto serve para pensarmos sobre os mecanismos de poder; Dannemann era uma figura que detinha poder econômico e respaldo social, elementos indispensáveis na época para ser considerado “homem bom” ou mesmo um líder.

<sup>166</sup> AMSF. PENA, Mariah Costa. *Vida da Vida*. Brasília: Horizonte, 1989.

<sup>167</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl. 1 e Fl. 25.

<sup>168</sup> Entrevista concedida por Humberto Rodrigues Alves, sobrinho do comerciante José Ramos de Almeida Alves, residente em Cachoeira (Ba), em 18/04/2016.

A administração de Dannemann é marcada pela busca da afirmação do federalismo e pelas primeiras tentativas de organização do município (nomeações, prédio para a edificação da câmara municipal, criação do curral para prender os animais soltos pela cidade e serviços urbanos – calçamentos, maior iluminação, entre outros)<sup>169</sup>. O espaço urbano é campo das possibilidades e restrições, dos quais os legisladores poderiam utilizar inclusive em benefício próprio. O calçamento de ruas, por exemplo, poderia significar vantagens tanto para a população local quanto para interesses comerciais. Em 1893, Dannemann renuncia o posto de intendente, sendo substituído provisoriamente pelo presidente do Conselho de então, Themistocles da Rocha Passos<sup>170</sup>. Dannemann faleceu em 11 de abril de 1921, vítima de câncer<sup>171</sup>.

Em 1894, toma posse no cargo, o médico Salvador José Pinto. Nascido em São Félix, em 1 de setembro de 1856. Filho de Salvador José Pinto e Dona Eliza Pamponet, esteve no poder entre 1894-1895. Casado com Etelvina Germana, Salvador Pinto teve três filhos: Salvador Junior, Marieta Pinto e Ailda Pinto. Foi um dos membros dos “conspiradores sanfelistas”, movimento que resultou na autonomia política para a localidade<sup>172</sup>. Segundo Humberto Alves, Salvador Pinto afastou-se de São Félix e da Bahia depois ter sido vetado para ser deputado pelo então governador da Bahia, Luís Vianna<sup>173</sup>. Em 27 de janeiro de 1896 mudou-se para o estado de Minas Gerais, onde permaneceu até seu falecimento no dia 8 de agosto de 1905<sup>174</sup>.

O depoimento de Humberto Alves confirma ainda a tão citada relação entre poder econômico e político. Quem conseguia acessar cargos públicos eram aqueles indivíduos que detinha dinheiro e influencia social, aqueles que controlavam os setores-chaves da economia da época. Não havia espaço para determinados grupos no processo político, como mulheres, analfabetos, e acrescento mais, pretos e pobres. Somente após 1930, afirma Humberto Alves, começa uma maior abertura política. Ele segue a explicação sublinhando o episódio das eleições na década de 1950, onde um alfaiate derrota um médico, Dr. Caetano<sup>175</sup>.

Sucedendo Salvador Pinto, assume o poder o comerciante João Severino da Luz Neto, que governou aproximadamente até 1905. Durante seu mandato foi construído o cemitério

<sup>169</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl. 1 e Fl. 25.

<sup>170</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl. 1 e Fl. 25.

<sup>171</sup> AMSF. Série: Biografia. Biografado: Geraldo Danneman.

<sup>172</sup> AMSF. Série: Biografia. Biografado: Salvador José Pinto.

<sup>173</sup> Entrevista concedida por Humberto Rodrigues Alves, sobrinho do comerciante José Ramos de Almeida Alves, residente em Cachoeira (Ba), em 18/04/2016.

<sup>174</sup> AMSF. Série: Biografia. Biografado: Salvador José Pinto.

<sup>175</sup> Entrevista concedida por Humberto Rodrigues Alves, sobrinho do comerciante José Ramos de Almeida Alves, residente em Cachoeira (Ba), em 18/04/2016.

público (em 1898) e o mercado público para comercialização de produtos e gêneros alimentícios, inaugurado em 1902. A construção desses espaços nos permite perceber a intencionalidade do poder público em equipar a cidade, implantando as mudanças necessárias a higienização e estética local. A preocupação com o aperfeiçoamento e ordenamento do espaço eram falas recorrentes nas sessões da câmara municipal no período estudado, que além de atender interesses gerais, atendia também interesses de segmentos sociais específicos<sup>176</sup>. Os projetos da câmara tinham como preocupação principal a organização do município e de sua economia.

Em 1908, toma posse Rosalvo de Menezes Fraga, com o seguinte Conselho Municipal: Frederico Augusto do Lago (presidente), José Ramos de Almeida (primeiro secretário) Manoel Costa Ferreira, Virgílio Gonçalves Pereira, Manuel Pereira de Almeida, Leopoldino Alves de Silveira e Pepino Santiago de Souza<sup>177</sup>. Rosalvo nasceu em São Félix, no dia 19 de março de 1850, filho de Francisco de Menezes Fraga e Maria Joaquina de Menezes Fraga. Estudou as primeiras letras (primário) nesta cidade, transferindo-se para a capital para estudar o secundário e posteriormente, para o Recife onde começa a cursar Direito. Com a morte de seu pai e devido a falta de recursos financeiros, Rosalvo retorna para sua cidade natal, sem concluir o bacharelado, e começa exercer o cargo de coletor federal. Passa a gostar do mundo político e em 1889 é eleito vereador de Cachoeira; em 1908, prefeito de São Félix. Durante sua gestão calçou um trecho da Ladeira de Muritiba, do cemitério e do cais<sup>178</sup>. Seu mandato finaliza no ano de 1911.

A história de Rosalvo Menezes Fraga é interessante porque além de revelar o propósito dos intendentess em dotar a cidade de melhoramentos urbanos, o que refletia a busca pelo progresso e a racionalização do espaço público, desvenda também o mecanismo de ingresso na política. Segundo nos revela a biografia de Rosalvo, o ingresso de homens em cargos públicos perpassa sua inserção em círculos sociais e políticos, sendo comum a carreira política. Geralmente, ingressava-se nos cargos menores até atingir a posição de intendente. Assim, é possível perceber a existência de homens, a exemplo de Rosalvo Fraga, que aproveitando as oportunidades oferecidas pelas alianças, a participação em círculos sociais e o

---

<sup>176</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl. 70.

<sup>177</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl. 1.

<sup>178</sup> AMSF. Série: Biografia. Biografado: Salvador José Pinto.

acaso conseguiram exercer carreira política. São, em tese, homens brancos sucedidos economicamente <sup>179</sup>.

Dos representantes de comerciantes no poder executivo em São Félix destacam-se José Ramos de Almeida, Pedro Batista Magalhães, João Severino da Luz Neto e Umbelino Silva.

José Ramos de Almeida assumiu interinamente o cargo de intendente em 1911, pelo falecimento de Rosalvo Fraga<sup>180</sup>. Sua interinidade dura até 30 de junho de 1912, quando é eleito para o quadriênio de 1912-1915, com o seguinte Conselho: Manoel da Costa Ferreira, Padre João Pedreira de Couto Ferraz, Amplilophio Fernandes Castro, Turíbio Ferreira Gomes, Isidro Florentino da Silva, Ernestino Santiago de Souza, Antônio Fernandes de Castro, Raymundo José de Oliveira e Virgílio Gonçalves Pereira<sup>181</sup>. José Ramos foi membro do Conselho na gestão de Rosalvo de Menezes Fraga. Em 1910 é eleito para presidente do Conselho Municipal, por unanimidade, contra o candidato de Rosalvo Fraga e Arthur Pedreira Franco, o cidadão Manoel Pereira de Almeida<sup>182</sup>. Casado com Júlia Peixoto, filha de Augusto Peixoto, membro dos “conspiradores sanfelistas”, teve grande destaque na vida pública municipal. Faleceu em 23 de novembro de 1923. Seu filho, o médico Júlio Ramos de Almeida, deu continuidade a sua trajetória política.

Júlio Ramos nasceu em 28 de dezembro de 1898. Foi casado com Iraci Navarro de Almeida e faleceu em Salvador às 21 horas e 30 minutos do dia 25 de julho de 1957, acometido por um ataque agudo de uremia. Entre os seus feitos pode-se citar: a doação do terreno para a construção dos telégrafos e correios, conseguida pelo deputado Negreiro Falção, em 1897. O serviço como oficial médico no Exército Constitucionalista de São Paulo, em 1932. A criação da Praça Dois de Julho, do Posto de Puericultura e da Biblioteca Municipal<sup>183</sup>. Principal oponente do comerciante Arthur Rocha Pires, da UDN (União Democrática Nacional), foi escolhido, em 1936, presidente da câmara, onde ganhou por unanimidade. Em 1937, como primeiro conselheiro, assume pela primeira vez a posição de

---

<sup>179</sup> Não encontrei em São Félix, nessa época, registros de homens negros que tivessem ascensão socioeconômica ou participação em qualquer cargo político local. A “elite” econômica e política tinham uma cor específica – branca.

<sup>180</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl. 133.

<sup>181</sup> APMSF. Série: Atas do poder legislativo. Ano. 1910-1915. Fl. 18.

<sup>182</sup> ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl. 21.

<sup>183</sup> APMSF. Série: Jornais diversos. *Correio de São Félix*. 29 de julho de 1957. Est.37; APMSF. Série: Biografia. Biografado: Júlio Ramos de Almeida; ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl. 120.

prefeito, na ausência do titular. Sendo prefeito por cinco administrações, 1942-1950<sup>184</sup>. Segundo o jornal *Correio da Bahia* (1957), sua participação na vida pública vem desde infância, “quando figurava nas rodas culturais ou desportivas da cidade, numa multiplicidade de ações que jamais o esmoreceu e o fez popular em todas as classes que integram a população”<sup>185</sup>.

Como nos revela o depoimento de Humberto Rodrigues Alves, havia uma grande rivalidade, de 1930-1960, entre Arthur Rocha Pires e Júlio Ramos de Almeida, candidatos da UDN e PSD (Partido Social Democrático), respectivamente. Conforme assinala o agrônomo, todos os comerciantes, a burguesia sanfelista, era ligada a UDN. A exemplo de Aníbal Gabrieli, do Bloisi e do próprio Arthur Pires. Do lado do PSD, estava apenas a família do comerciante José Ramos e profissionais liberais. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), por outro lado, representava o trabalhador e era ligado ao movimento sindical (sindicato dos ferroviários, da indústria fumageira, dos estivadores, entre outros). Para Humberto Alves, o PTB era o “fiel da balança”, isto porque, embora tivesse ganhado algumas eleições, sempre esteve aliado a um dos lados partidários (UDN ou PSD)<sup>186</sup>.

Outro comerciante que se destacou no cenário político foi Pedro Batista Magalhães. Este exerceu diversos cargos no Conselho Municipal. Foi intendente no período de 1928-1930, ficando no poder até a entrada de Umbelino Silva (1930-1932). Além desses havia outros comerciantes que participaram do Conselho, contudo não chegaram ao cargo de intendente, como Turíblio Ferreira Gomes (1912-1918), Cândido Augusto Ribeiro e Fernando Vicente de Oliveira (anos 1890 e 1900). Homens que apesar de serem economicamente estáveis não contaram com a influência ou sorte suficiente para que isso acontecesse. Arthur Rocha Pires, esteve na política entre 1918-1921 e 1928-1930 como conselheiro/vereador e seu filho Raimundo Rocha Pires deu continuidade a sua trajetória política, sendo prefeito de São Félix entre 1958-1962:

Eleito prefeito de São Félix pela União Democrática Nacional-UDN, 1958-1962. Suplente de deputado estadual pelo Partido de Representação Popular-PRP, 1963-1967, assumiu por diversos períodos. Eleito deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA, 1967-1971, reeleito pela ARENA, 1971-1975, 1975-1979, 1979-1983. Na Assembléia Legislativa, vice-presidente da Comissão de Educação, Saúde e Serviços Públicos (1975-

<sup>184</sup> APMSF. Série: Jornais diversos. *Correio de São Félix*. 29 de julho de 1957. Est.37; APMSF. Série: Biografia. Biografado: Júlio Ramos de Almeida; ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953. Fl 120.

<sup>185</sup> APMSF. Série: Jornais diversos. *Correio de São Félix*. 29 de julho de 1957.

<sup>186</sup> Entrevista concedida por Humberto Rodrigues Alves, sobrinho do comerciante José Ramos de Almeida Alves, residente em Cachoeira (Ba), em 18/04/2016.

1978); titular das Comissões: Constituição e Justiça (1964, 1968, 1974), Finanças e Serviços Públicos (1964), Economia e Finanças (1967), Educação e Cultura, Saúde, Trabalho, Bem Estar Social e Serviços Públicos (1969-1973), Ciência e Tecnologia, Economia e Desenvolvimento (1970-1971), Educação, Saúde e Serviços Públicos (1974, 1979-1981), Educação e Serviços Públicos (1982); suplente das Comissões: Orçamento e Fiscalização Financeira (1967-1968), Finanças, Orçamento e Contas (1969-1971, 1973), Constituição e Justiça (1971, 1973), Finanças e Orçamento (1974), Desenvolvimento Econômico (1975-1979), Turismo e Empreendimento Sociais (1980-1982), Desenvolvimento Econômico, Social e Urbano (1981-1982)<sup>187</sup>.

Cada momento histórico traz consigo uma série de especificidades, que não podemos desprezar quando analisamos um período. Mudanças econômicas e sociais interferem numa gestão. Em 1915, por exemplo, o Brasil sentia os impactos da Primeira Guerra que influenciava a economia e a forma de governar o país. Contudo, no que tange ao perfil desses homens que ocupavam cargo político, estes guardam similitudes, como a forma de ingresso em cargos públicos, a criação de um histórico na política, a situação econômica, a rede de alianças político-sociais. Esse grupo não é monolítico e não se configura numa entidade que está acima dos demais grupos, mas é diverso, conflitante em suas ideais, solidário nos seus interesses e sua atuação sofre impactos das mudanças socioeconômicas.

---

<sup>187</sup> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Biografia. Biografado: Raimundo Rocha Pires

## CAPÍTULO IV

### OCASO DAS ANTIGAS REDES COMERCIAIS DO SERTÃO

Ao estudar São Félix, ao longo do século XX, é possível perceber que sua configuração econômica vai de uma relativa estabilidade, desde os anos 1890, que atinge o pico em 1930 e no decorrer dos anos 1940/50 sofre declínio. As razões para esse declínio devem ser procuradas na (r)estruturação dos elementos sociais, identitários, simbólicos e econômicos que configuravam a sociedade baiana, a qual chamarei de espacialidade. Não devemos esquecer ainda a influência do capitalismo, da crescente urbanização e da nova divisão social do trabalho na redefinição sócio-espacial dessa região do Recôncavo, estruturada sobre os pilares de uma economia açucareira, agroexportadora e que exigia do trabalhador fidelidade e força física<sup>188</sup>, uma sociedade definida através dos critérios de status e prestígio e cuja ascensão de determinados indivíduos perpassava sua participação nos círculos sociais.

A maneira como estava organizado o espaço físico e a própria configuração da espacialidade regional moldava o grande comerciante sanfelista na conjuntura histórica da Primeira República. Como nos lembra o geógrafo Milton Santos (1994), o território é o espaço de interação entre a ação do homem, o tempo e o processo histórico<sup>189</sup>. Para entender as transformações ocorridas na cidade de São Félix e como os indivíduos reagem a elas é preciso compreender como as mudanças regionais e globais repercutiram na ação do homem, modificando suas relações sociais e com o espaço. São Félix, na Primeira República, como as demais regiões de entreposto, garantia-se por dominar as principais rotas comerciais do interior baiano. A construção de uma nova espacialidade irá repercutir também em novas maneiras de vivenciar o espaço, definindo uma nova malha urbana. Assim, o território<sup>190</sup> é

---

<sup>188</sup> Ver: COSTA PINTO, L. A. *Recôncavo da Bahia; Laboratório da experiência humana*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, CLACSO, 1958.

<sup>189</sup> Para Santos, o tempo é um conceito criado, fabricado pelos homens. Cada grupo confere uma significação particular ao tempo. O tempo humano pode ser recortado de acordo ao processo histórico, o qual o autor chama de períodos. “O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo”. Ver: SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo – Globalização e Meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

<sup>190</sup> Utilizo o conceito de território em dois sentidos, como delimitação espacial e como resultado das interações socioeconômicas dadas ao longo do tempo. Ver: ZORZO. *Ferrovia e rede urbana: doze cidades conectadas no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930)*. UEFS: Feira de Santana, 2001. A partir do conceito de território diversos autores cunharam o termo “territorialidade”, isto é, conjunto de práticas simbólicas ou econômicas que demarca e singulariza um território. Para Alessandra Araújo, “a territorialidade se concretiza

construído continuamente através da ação do homem e sua situacionalidade no tempo e no processo histórico.

Neste capítulo averiguarei alguns dos fatores que possibilitaram o declínio socioeconômico da cidade de São Félix, procurando analisar quais as alternativas encontradas pelos grandes comerciantes para a sobrevivência em contextos de crise econômica. A noção de rede urbana<sup>191</sup>, trabalhadas ao longo do texto, é resgatada aqui para pensar como as relações internas foram se modificando na região da Bahia e no tempo. As antigas regiões fornecedoras de bens primários impulsionados, sobretudo pelo transporte rodoviário e sistema de comunicação, começaram a adquirir importância na dinâmica regional, enquanto as antigas cidades que desempenhavam a função de centros redistribuidores, como São Félix, Cachoeira e Nazaré entram em declínio, tecendo uma nova rede urbana na região do Recôncavo. Entender como essas modificações, que vinha ocorrendo ao longo do século XX, contribuiu para o atual quadro de estagnação econômica que envolve São Félix é um dos objetivos deste trabalho. Serão analisadas as estratégias de famílias de negociantes e como eles vivenciaram a reorganização desse espaço regional. O declínio econômico da cidade de São Félix é acompanhado pelo declínio de sua elite de comerciantes? Essa é apenas uma das questões as quais buscarei responder ao longo do capítulo.

---

associada a identidades que a sociedade cria estabelecendo relações de poder, de afetividade, enraizamento e apropriação desse, de forma concreta e simbólica, mesmo com as modificações firmadas em velhas estruturas”. Ver: ARAUJO, A. *Dinâmica territorial do Recôncavo baiano: espacialidade e temporalidade*. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Porto Alegre, 2010.

<sup>191</sup> Utilizo o conceito de rede urbana empregado por CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática S. A., 1989, p.6-7: “Admitimos a existência de uma rede urbana quando, ao menos, são satisfeitas as seguintes condições. Primeiramente haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que é produzida local ou regionalmente. Esta condição tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar verificar-se a existência de pontos fixos no território, onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo. Tais pontos tendem a concentrar outras atividades vinculadas a esses negócios inclusive aquelas de controle político-administrativo e ideológico, transformando-se em núcleos de povoamento dotados, mas não exclusivamente, de atividades diferentes daquelas de produção agropecuária e de extrativismo vegetal: o comércio, serviços, e atividades de produção industrial. A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação que se verifica no âmbito da circulação, etapa necessária para que a produção exportada e importada realiza-se plenamente, atingindo os mercados consumidores”.

#### 4.1 A ABERTURA DAS RODOVIAS E A REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO RECÔNCAVO BAIANO

Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando<sup>192</sup>.

A citação acima, extraída do estudo de Milton Santos (1994), retrata a importância das categorias região e lugar para análise da dinâmica local. Os lugares são moldados através de significações que lhes são dadas por seus agentes sociais, num dado espaço e tempo histórico. Assim, o lugar não existe de forma isolada, mas em intersecções com outros espaços que influenciam seu aspecto exterior. As transformações ocorridas no lugar refletem tanto as especificidades de cada região, como elementos gerais, como o processo de globalização e o modo de produção capitalista, influenciando, por sua vez, numa nova concepção do espaço. O vale do Paraguaçu foram espaços tradicionalmente estruturados pela hegemonia açucareira e pelo cultivo do fumo, o qual também moldou um tipo de homem – “o tabaréu do Recôncavo” descrito por Costa Pinto<sup>193</sup>. O tabaréu do Recôncavo era a expressão máxima do tipo de produção e sociabilidade no espaço baiano.

No Recôncavo, as cidades de São Félix, Cachoeira, Nazaré e Santo Amaro se destacavam como importante entreposto de mercadorias da região, devido, sobretudo, sua função portuária. Constituíam-se em regiões complementares, responsáveis por dominar as principais rotas de comercialização do interior da Bahia na época. Ao longo do século XX essa configuração espacial começa sofrer modificações e novas funções começaram a ser inseridas na economia regional. Com o avanço dos transportes rodoviários e dos meios de comunicação, os antigos centros começam a perder importância, enquanto novos centros são forjados.

Em *O dinamismo urbano e suas implicações regionais*, Miguel Cerqueira dos Santos (2002) destaca as três principais subdivisões ocorridas na rede urbana da região, são elas: 1) Salvador comanda uma rede urbana, cuja função comercial, industrial e administrativa permite que somente ela esteja apta a receber “instrumentos básicos das atuais mudanças”; 2) período de estagnação socioeconômica do Recôncavo, marcado pela substituição do

---

<sup>192</sup> SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo – Globalização e Meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

<sup>193</sup> COSTA PINTO, L. A. *Recôncavo da Bahia; Laboratório da experiência humana*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, CLACSO, 1958.

trabalhador pelas máquinas e 3) ingresso de novas regiões, afora Salvador, no dinamismo regional, como resultado da revolução tecnológica, como Santo Antônio de Jesus<sup>194</sup>.

Assim, para Miguel dos Santos (2002) a região de Santo Antônio de Jesus começa a adquirir destaque na década de 1970, como resultado das transformações que vinham ocorrendo no sistema de transporte, a instalação de indústrias, a urbanização e a repercussão do próprio modelo econômico capitalista que se expressava de diferentes formas em cada lugar. A expansão econômica de espaços baianos, como Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Itabuna e Ilhéus, conforme afirma o autor, era reflexo de mudanças socioeconômicas, territoriais e culturais. A acelerada urbanização, ocorrida, sobretudo, após a segunda Guerra Mundial, acompanhada pela inserção de novas técnicas e tecnologias, bem como as mudanças no sistema de transporte, permitiram uma nova configuração do espaço, cujas já citadas regiões de entroncamentos rodoviários começam a ganhar destaque<sup>195</sup>. Segundo Miguel dos Santos,

No caso de Santo Antônio de Jesus, a sua posição geográfica, aliado à sua proximidade com as rodovias BR 101, BA 245 e BA 026, tornou-se a um importante entroncamento rodoviário dos anos 80, impulsionando o crescimento de suas atividades comerciais. As facilidades de comunicação com Salvador, via *ferry boat*, catamarã ou BR 324, intensificaram suas relações com a capital do Estado, mas não caracterizaram a condição de dependência<sup>196</sup>.

Se por um lado, as rodovias permitiram o crescimento econômico de determinadas regiões de entreposto rodoviário do interior da Bahia; as antigas regiões de São Félix, Cachoeira e Nazaré, que junto com Salvador, formavam o principal eixo de articulação econômica da Bahia, começam a perder sua posição de destaque, em decorrência da reestruturação das funções de cada região. São Félix tinha sua riqueza e crescimento econômico assentada em bases de uma economia tradicional, na grande agricultura, na centralização das atividades terciárias na região de Salvador e na sua ligação com a capital baiana, na importação de bens de consumo e exportação de manufaturados e em relações socioeconômicas baseadas na força física e em laços de fidelidade. Sem essa estruturação socioeconômica, São Félix começa a ruir economicamente e a antiga ligação que mantinha com a capital baiana começa a ser desfeita. Segundo Costa Pinto:

---

<sup>194</sup> SANTOS, Miguel Cerqueira. *O dinamismo urbano e suas implicações regionais: o exemplo de Santo Antônio de Jesus/BA*. Salvador: Editora UNEB, 2002.

<sup>195</sup> SANTOS, Miguel. Idem.

<sup>196</sup> SANTOS, Miguel, 2002, p. 24.

Sem a navegação a vela, nem os velhos navios de cabotagem, e com as novas rotas viárias que, no geral, ainda hoje correm ao largo da costa, Salvador viu desaparecer grande parte de seu vínculo com a região, com suas águas, com o mar. A cidade perdeu seu interior imediato – a ela ligada pela baía, e os municípios da parte norte da Região Metropolitana de Salvador acabaram pontuados por concentrações urbanas recentes advindas dos grandes investimentos das décadas de 60/70 e da expansão da mancha urbana da cidade. Para completar, a polarização exercida por Feira de Santana, pouco mais de cem quilômetros a noroeste de Salvador, deslocou para fora do Recôncavo as relações entre a capital e o interior do próprio estado<sup>197</sup>.

Salvador, nessa nova configuração “rompe” os antigos laços que a uniam a sua hinterlândia – o Recôncavo –, mais especificamente as sub-regiões de São Félix, Cachoeira, Maragogipe, Nazaré e Santo Amaro, que começam a perder riqueza. Cidades do interior baiano, como Feira de Santana, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Ilhéus, Itabuna e Jequié, começam a ter uma acelerada urbanização, marcada pelo crescimento do setor terciário. A movimentação das rodovias, o descobrimento de jazidas de petróleo e a instalação da Petrobrás, em 1950, dão novos contornos a cidade de Salvador e a região metropolitana. A instalação da Refinaria Laudulpho Alves, em Mataripe (São Francisco do Conde), em 1950 e os complexos industriais de Simões Filhos e Camaçari, em 1960 e 1970, modificam a vida dos habitantes dessa região.

Entender como essas redes urbanas eram desenhadas é um elemento crucial para entender os novos contornos econômicos da Bahia e o papel que São Félix adquire nessa nova configuração. O espaço urbano estava sendo redesenhado, com implantação de novos centros urbanos, em concomitância com o declínio de outros. Minha busca é pelo entendimento dos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais que configuravam o espaço urbano regional e que permitiram o declínio do comércio na cidade. Na verdade, trata-se da compreensão da dinâmica social dada por meio de uma atividade econômica (o comércio) e seus agentes sociais (os comerciantes). São Félix se inseria no eixo de atividades tradicionais do Recôncavo, que com a intensificação da urbanização, as mudanças no sistema de transportes e o avanço das comunicações, associado ao próprio contexto econômico da época mostrou-se incapaz de sustentar-se economicamente.

As mudanças no sistema de transporte, por sua vez, correspondiam a uma tentativa de fortalecimento do comércio e da antiga rede urbana, que diante de um sistema socioeconômico já debilitado para lidar com as mudanças em curso, acabou redefinindo a organização espacial. Segundo nos informa Simone Cristina de Jesus (2010), as primeiras

---

<sup>197</sup> COSTA PINTO, L. A. *Recôncavo da Bahia*. Rio de Janeiro: CLACSO, 1958, p.49.

iniciativas para construção de rodovias que ligassem os principais centros de produção a mercados consumidores na Bahia, remetem a 1917. Contudo foi a partir de 1940, com a criação dos DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) e DERBA (Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia), que tais iniciativas ganharam caráter organizativo<sup>198</sup>.

A busca por um sistema de transporte que permitisse maior fluidez do espaço urbano perpassou a implantação das ferrovias, a melhoria do porto de Salvador, mas foi somente após a segunda Guerra Mundial, com o avanço da urbanização, a industrialização, a melhoria do sistema de transporte e a criação das estradas de rodagem, que ocorreu o avanço na tentativa de integração entre territórios. Para Milton Santos (2009), a industrialização acelerou os esforços para tornar o espaço urbano mais integrado, através de um processo de investimento em infraestrutura<sup>199</sup>. A urbanização, o estímulo à terceirização e a criação de uma economia de base nacional eram, segundo o autor, as principais características do processo de industrialização brasileira.

As principais indústrias da região situavam-se na cidade de Salvador, contudo a reorganização do espaço a nível regional, possibilitada pelo avanço do sistema de transportes e telecomunicações e a produção de energia contribuiu para a criação de outros espaços dinâmicos na Bahia. A criação de novas redes urbanas no interior da Bahia foi acompanhada pela estagnação dos antigos centros urbanos. Pode-se constatar, por meio dos noticiários de jornais da década de 1950, o processo de declínio da cidade de São Félix, que pouco a pouco vinha se fechando em si. Os principais ramos econômicos da cidade, comércio e indústria, passavam por uma crise aguda que tivera início nos anos 1940 e se expressava em fechamentos de estabelecimentos comerciais, falência de comerciantes, empobrecimento de grupos sociais, demissões em massa de operários, paralisações e fechamento de fábricas de charutos.

Outro fator que prejudicava o comércio local era a formação de bancos de areias ou ilhotas no rio Paraguaçu, o que dificultava a navegação e atracação das embarcações no porto da cidade. No jornal *Correio de São Félix*, de 18 de abril de 1959, encontrei relatos interessantes sobre a necessidade da remoção das aluviões de areia e lama que limitava a

---

<sup>198</sup> JESUS, Simone Cristina Figueiredo de. *Viver em Muniz Ferreira: cotidiano e transformação de uma vila em no Recôncavo Baiano (1930-1960)*. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2010.

<sup>199</sup> Sobre o conceito de industrialização, ver: SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

navegação fluvial e poderia ocasionar inundações na cidade<sup>200</sup>. A medida de desobstrução do canal do rio, retirando obstáculos e rugosidades, visava torná-lo melhor navegável.

O rio Paraguaçu é o maior dos rios baianos, nascido em Serra do Cocal, município de Barra da Estiva, Chapada Diamantina, recebe o rio Santo Antônio e segue curso recebendo o rio Jacuípe e desembocando na Bahia de Todos os Santos. Esse rio foi, durante muito tempo, importante via de fluxo de mercadorias entre o Recôncavo e Salvador, em pequenas embarcações, embarcações a vela ou vapor na navegação baiana. São Félix, por ser o último ponto navegável do Paraguaçu, junto com Cachoeira, ganhou destaque no tráfego de mercadorias na região. As cheias ou inundações do rio eram frequentes. Ocasionalmente, por vezes, pelas chuvas fortes e aumento de sedimentos ou lixo que obstruíam seu canal, as enchentes traziam inúmeras perdas e danos a população sanfelista e ao comércio local.

Ocorreram enchentes nos anos de 1814, 1824, 1839, 1861, 1865, 1875, 1877, 1881, 1844, 1893, 1896, 1897, 1903, 1904, 1910, 1911, 1914, 1919, 1924, 1930, 1932, 1940, 1941, 1944, 1947, 1948, 1952, 1957, 1960, 1961, 1964, 1970, 1976, 1980 e 1989<sup>201</sup>. Encontra-se no jornal *Correio de São Félix*, de 30 de março de 1957, registros sobre a situação de calamidade vivenciada pela população local em decorrência da enchente daquele ano. Registra-se o fechamento de depósitos, escritórios e armazéns comerciais, bem como de repartições públicas como cinema, bares, clubes e hotéis, a interrupção do fornecimento de água potável, o desalojamento de milhares de pessoas e a fuga ou migração para outras regiões<sup>202</sup>.

---

<sup>200</sup> APMSF. Série Jornais diversos. *Correio da Bahia*. 18 de abril de 1959. Est. 37.

<sup>201</sup> APMSF. Relação dos anos das enchentes.

<sup>202</sup> APMSF. Série Jornais diversos. *Correio da Bahia*. 30 de março de 1957. Est. 37.



**Figura 8:** Enchente de 1930 – Praça Rui Barbosa  
**Fonte:** AMSF



**Figura 9:** Enchente de 1947 – Avenida Salvador Pinto  
**Fonte:** AMSF

As cheias do rio causavam enormes danos materiais e psicológicos a população sanfelista e somente foram reduzidas após a implantação da barragem Pedra do Cavalo. O projeto de criação dessa barragem remete a década de 1970 e visava a construção de um reservatório de água que atendesse a região metropolitana de Salvador, Feira de Santana e

idades do Recôncavo da Bahia. Consistia também em uma forma de geração de energia e controle das cheias do rio Paraguaçu. A barragem foi inaugurada em 1985. Como alternativa para a construção de energia foi implantada junto com a barragem, a usina hidrelétrica<sup>203</sup>.

Contudo, as dificuldades na navegação, no transporte ferroviário contribuía para a busca pelo transporte rodoviário, que parecia ser uma ótima opção no sistema de transporte baiano. Os transportes marítimos e ferroviários que tinham sido a principal via de comunicação do interior da Bahia estavam sendo reestruturada devido a facilidade de integração oportunizada pela criação das estradas de rodagem. O crescimento do setor terciário, em substituição ao setor secundário, também concorria para as transformações ocorridas no espaço baiano e para o declínio econômico local.

#### 4.2 AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIANTES SANFELISTAS ANTE CONTEXTOS DE CRISE ECONÔMICA – PARTIDAS E PERMANÊNCIAS

Às vezes eu fico pensando  
 E meu pensamento  
 Me leva para um tempo distante  
 Me leva até a minha infância...  
 Quando eu brincava na margem do rio  
 E via repleto de embarcações,  
 Era lindo, muito bonito  
 Uma paisagem que embelezava  
 Esse gigante, rio, e eu via  
 Todo mundo trabalhando,  
 Todo mundo suando.  
 Trabalho humilde,  
 Mas era trabalho...  
 Hoje eu estou bem crescido  
 Volto à margem, não vejo nada  
 Só uma paisagem apagada  
 Até mesmo o vapor que navegava  
 Em suas águas não navega mais...<sup>204</sup>

Não é difícil reconhecer a mudança na paisagem, na economia e no cotidiano da população que habitava na cidade de São Félix, ao longo do século XX, algo que é descrito perfeitamente no retrato memorialista oferecido pela música *Lembranças*, do cantor e compositor Edson Gomes. São Félix ocupava uma posição de destaque na economia regional ao longo da segunda metade do século XIX, por se constituir em centro de redistribuição de

<sup>203</sup> APMSF. Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo.

<sup>204</sup> GOMES, Edson. *Lembranças*. Álbum: resgate fatal, 1995.

mercadorias entre o alto sertão e a cidade de Salvador. Isso porque, São Félix dominava as principais rotas de acesso do interior baiano, a marítima, que facilitava a comunicação com a capital e a terrestre, que facilitava a comunicação com o interior mais longínquo, tudo isso aliado a diversidade econômica da região permitiu seu crescimento econômico.

Nesse contexto, algumas famílias transferiram-se de diversas localidades, como sertão e Portugal, na esperança de conquistar uma melhor oportunidade de vida. Na cidade, uns poucos conseguiram enriquecer por meio de poupanças, alianças e expansão do negócio. O trabalho em terra alheia requer o mínimo de aproximação e vínculos com a população residente. A migração foi uma das estratégias encontradas por jovens rapazes que se fixaram em São Felix, atraídos pelas oportunidades de uma vida menos sofrida e enriqueceram pelo lucrativo comércio intermediário. Este foi o caso de José Ramos, Plínio Umburanas e Arthur Pires. A riqueza dessas famílias assentava-se em bases de uma economia tradicional, baseada em relações de solidariedade, paternalismo, desigualdade social e produção voltada para o mercado externo. Na base da pirâmide social e nas relações de trabalho estavam os pequenos comerciantes, ambulantes, caixeiros, marinheiros e outros, compunham os moradores pobres da cidade e viviam a margem econômica e residual – gente humilde que “trabalhava, suave... trabalho humilde, mas era trabalho”. Esses constituíam a outra parte da população de trabalhadores urbanos.

As transformações socioeconômicas na região do Recôncavo, aliado aos avanços das técnicas, tecnologias e comunicações e a intensificação dos meios de transporte rodoviário, a partir dos anos 1940, permitiram uma nova configuração do espaço e a criação de novos centros regionais. São Félix, Cachoeira, Maragogipe e Nazaré perderam sua primazia econômica, enquanto outras cidades começavam a se destacar através do setor terciário, Santo Antônio de Jesus, Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana, Jequié e Vitória da Conquista. As repercussões desse processo foram sentidas de maneiras diferenciadas pelas famílias de comerciantes que enriqueceram na cidade de São Félix.

Ao relatar sobre a memória que guarda sobre esse período de declínio econômico local, Humberto Rodrigues Alves, sobrinho do comerciante José Ramos de Almeida Alves, vincula-o mais uma vez a reorganização do espaço urbano na Bahia, destacando o peso que a criação do transporte rodoviário exerceu nesse contexto:

Eu nasci na década de 1960, as minhas memórias são da década de 1970 para cá, São Félix já tinha uma queda comercial muito grande e segundo meu pai [Humberto Augusto Alves] já acontecia a partir da década de 1940. Meu pai chegou aqui em 1940. E em 1940 já se falava de um passado mais

rico, que era anterior a 1940, mas, por exemplo, eu ainda peguei o transporte de gado, o gado descendo do curral da estação, o transporte de passageiro ainda existia do sertão para cá. Agora assim... das casas comerciais venderem para fora eu já não lembro desse período, mas ainda tinha a Bloise... a oficina da Chevrolet era atrelada a Bloise. O meu pai vendia algumas coisas, mas não tinha aquela venda sistemática para o sertão. E ele vincula a queda a perda desse transporte bimodal – do trem com o rio, com os barcos, com os navios.<sup>205</sup>

Em outras passagens do depoimento volta a remeter a experiência de sua família em tempos de declínio comercial da cidade e a implantação dos transportes rodoviários como principal fator que possibilitou a queda do comércio local. Destacando que já em 1940, ouvia-se falar de crise no setor comercial, algo que se intensificou no decorrer do século:

Meu pai se casa em 1960 e já falando, em 1960, que o comércio era decadente. Então ele já chegou em 1940 e quem estava aqui falava de dias melhores. Não tenha dúvidas que a expansão rodoviária foi assim uma guilhotina na economia de São Félix. São Félix perdeu sua característica de entreposto para Feira de Santana<sup>206</sup>.

É difícil saber exatamente quantas famílias se deslocaram e permaneceram na cidade nessa época; havia muitas partidas, mas também havia permanências e algumas chegadas, como foi o caso da vinda do português Humberto Augusto Alves, em 1940, fugido da guerra e da difícil situação econômica a qual Portugal estava mergulhado. Claro, que existiam outros destinos além do Brasil, como Canadá e outros países. A presença de familiares ou amigos da terra de origem é um fator bastante decisivo para as migrações. Os que permaneceram na cidade, pelo que tudo indica, sofreram declínio econômico, com conseqüente diminuição do patrimônio. Até mesmo as famílias ricas que aqui continuaram, conforme assegura Humberto Rodrigues Alves, olhava para as migrações com simpatia<sup>207</sup>. Contudo, se houve diminuição do dinheiro e bens dessas famílias, o mesmo não podemos dizer sobre o poder, que mesmo em momentos de crise permanecia forte. A família Pires, que permaneceu na cidade pelo menos até a morte de seu patriarca, o comerciante Arthur Pires, é um exemplo disso.

O comércio estava em decadência era preciso adaptar-se a essa realidade, mudando e moldando os comportamentos, adequando as condições de vida ao contexto socioeconômico da época. Como assinala Burke (1991), as mudanças sociais de atitudes e comportamentos é

---

<sup>205</sup> Entrevista concedida por Humberto Rodrigues Alves, sobrinho do comerciante José Ramos de Almeida Alves, residente em Cachoeira (Ba), em 18/04/2016.

<sup>206</sup> Idem. Humberto Rodrigues Alves.

<sup>207</sup> Idem. Humberto Rodrigues Alves.

reação natural dentro de um grupo em tempos economicamente difíceis<sup>208</sup>. A diminuição de investimentos, por exemplo, indica retratos de momentos de crise. Contudo, se houve uma diminuição do patrimônio dessas famílias, houve também uma preocupação em manter sua posição de “elite”, não deixando transparecer qualquer sinal de enfraquecimento nos bens familiar.

A presença de expectativas frustradas diante do declínio econômico da cidade levaram famílias a transferir-se para outras regiões que lhe ofereciam melhores oportunidades de vida. Esse foi o caso de Plínio Umburanas, que em 1936, já residia em Barretos, São Paulo<sup>209</sup>. Outro caso foi o de Aurino Matos, que na década de 1950, foi para Salvador e outros. Muitos comerciantes transferiram seus negócios para cidades mais prosperas na intenção de não falirem<sup>210</sup>. Motivos individuais variados contribuíram tanto para os deslocamentos quanto para as permanências – sentimentos de pertencimento, esperanças, expectativas em relação ao futuro e mesmo participação na esfera política local.

Muitas famílias que viviam aqui tinha o sentimento de querer ir embora da cidade. Por exemplo, Luís Arthur, filho de Arthur Pires, mas pelo lado da mãe; era filho um sócio de José Ramos que foi embora daqui, Aurino Matos. Aurino Matos foi embora daqui para Salvador. Vendeu a parte dele, não sei precisar quando, mas acredito ter sido na década de 1950. Outro exemplo que foi embora daqui, André Freitas. Bloise, apesar de eu conhecer a firma Bloise funcionando... Bloise também foi embora, inclusive para Salvador, onde montou uma fabrica de anúncios luminosos e o filho dele é industrial em São Paulo. Outros Bloises... um se erradicou em Cruz das Almas no ramo de gráfica. Então houve uma tendência das pessoas saírem daqui para cidades que se tornaram mais progressistas.

Aquela fazenda que hoje funciona o Hansen Bahia ali, era de Arnaldo Pimentel. Os filhos de Arnaldo Pimentel não vivem mais aqui, um deles se erradicou também em Itaberaba. Outras cidades cresceram, então aquela pessoa que comercializava com o sertão muitas vezes pegou o que ele tinha e foi para lá. Tem movimentos inversos? Tem. Por exemplo, Seu Miranda veio de lá para cá, conheceu Dona Leninha, se casou e teve filhos. São Félix na minha infância você conseguia... alguma coisa está voltando hoje com os supermercados. Mas há algum tempo, você não comprava eletrodomésticos aqui porque as casas acabaram<sup>211</sup>.

Como podemos perceber o comércio sofria queda acentuada ao longo do século XX, a migração era uma estratégia de sobrevivência. Contudo, tiveram outras famílias que optaram por permanecer na cidade. Os Ramos, por exemplo, tiveram sua ascensão e declínio

<sup>208</sup> BURKE, 1991, p.158.

<sup>209</sup> AFSF. Livros de Registro de imóveis e hipotecas. Ano. 1933-1943. Fl. 95 v e 96.

<sup>210</sup> Entrevista concedida por Humberto Rodrigues Alves, sobrinho do comerciante José Ramos de Almeida Alves, residente em Cachoeira (Ba), em 18/04/2016.

<sup>211</sup> Idem. Humberto Rodrigues Alves.

econômico ligado a história de São Félix. Nessa época, como resultado de um comércio não mais promissor, que caía em intensidade e em movimentação de vendas, é possível perceber o enfraquecimento do patrimônio familiar, que se firmava no campo político e através de bens anteriormente conquistados, que incluía também casas comerciais. Segundo informa Humberto Rodrigues Alves, dos nove filhos de José Ramos de Almeida Alves somente três continuaram em São Félix e cuidaram dos negócios da família até o último se aposentar e fechar a firma, tendo como último funcionário Lourival<sup>212</sup>.

Nota-se que ao longo das gerações, com a morte dos chefes dessas famílias de comerciantes e a diminuição de sua riqueza, a migração foi à estratégia utilizada por grande parte dos seus descendentes, como forma de manter um padrão de vida razoável. A família de Arthur Pires, por exemplo, transferiu-se para a capital baiana na década de 1960 e manteve ligação política nessa localidade<sup>213</sup>. Dos filhos de Arthur Pires, informa Humberto Alves, nenhum continuou comerciante, se tornaram funcionários públicos, dentistas, deputado estadual. Outros migraram para o Rio de Janeiro. O próprio irmão de Arthur Pires, o comerciante Lindolfo Pires foi embora para o Rio de Janeiro<sup>214</sup>.

Assim, é possível perceber que após a falência econômica local, os filhos dos grandes comerciantes mudaram-se para outros espaços urbanos mais promissores, onde puderam exercer sua profissão que, via de regra, não era primordialmente a atividade comercial. Essa geração de filhos/netos de grandes comerciantes tiveram queda acentuada no patrimônio se comparada a fase de glória do comércio, contudo suas rendas não desceram ao nível de não atender os padrões de necessidade e conforto básicos do grupo familiar. Os deslocamentos dependiam do apoio de famílias e amigos. Contudo, acompanhar a trajetória de vida dessas famílias depois dos deslocamentos para outras regiões é tarefa complicada demais.

Quanto ao setor industrial, as principais fábricas da cidade, Dannemann e Costa Penna, também vinham passando por crises desde o fim da segunda Guerra Mundial. A Companhia de Charutos Dannemann, por exemplo, fechou suas portas duas vezes, paralisando sua produção, a primeira em dezembro de 1948, sendo restabelecida em 1951 e a segunda em abril de 1955, causando inúmeros prejuízos econômicos e deixando uma massa de trabalhadores desempregados. Nos jornais da época foi possível observar reclamações e apelos pedindo ao Governo Estadual e Federal que tomasse providências quanto a crise que

---

<sup>212</sup> Idem. Humberto Rodrigues Alves.

<sup>213</sup> Entrevista concedida por Oseas Souza, diretor do arquivo municipal de São Félix, residente em São Félix (Ba), 16/04/2016.

<sup>214</sup> Entrevista concedida por Humberto Rodrigues Alves, sobrinho do comerciante José Ramos de Almeida Alves, residente em Cachoeira (Ba), em 18/04/2016.

afetava a indústria fumageira na cidade e abatia diretamente a classe operária. Vejamos as imagens abaixo.

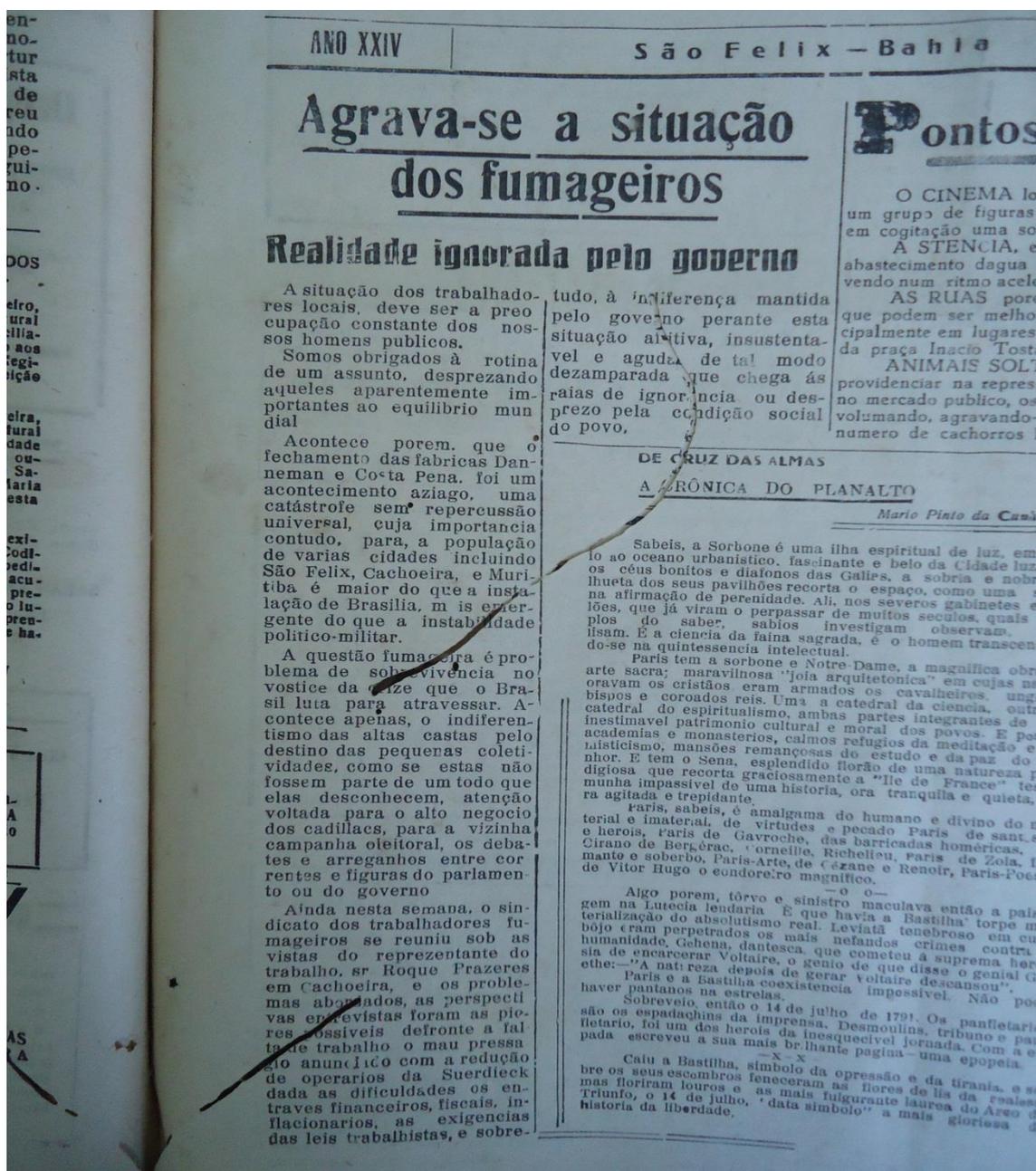
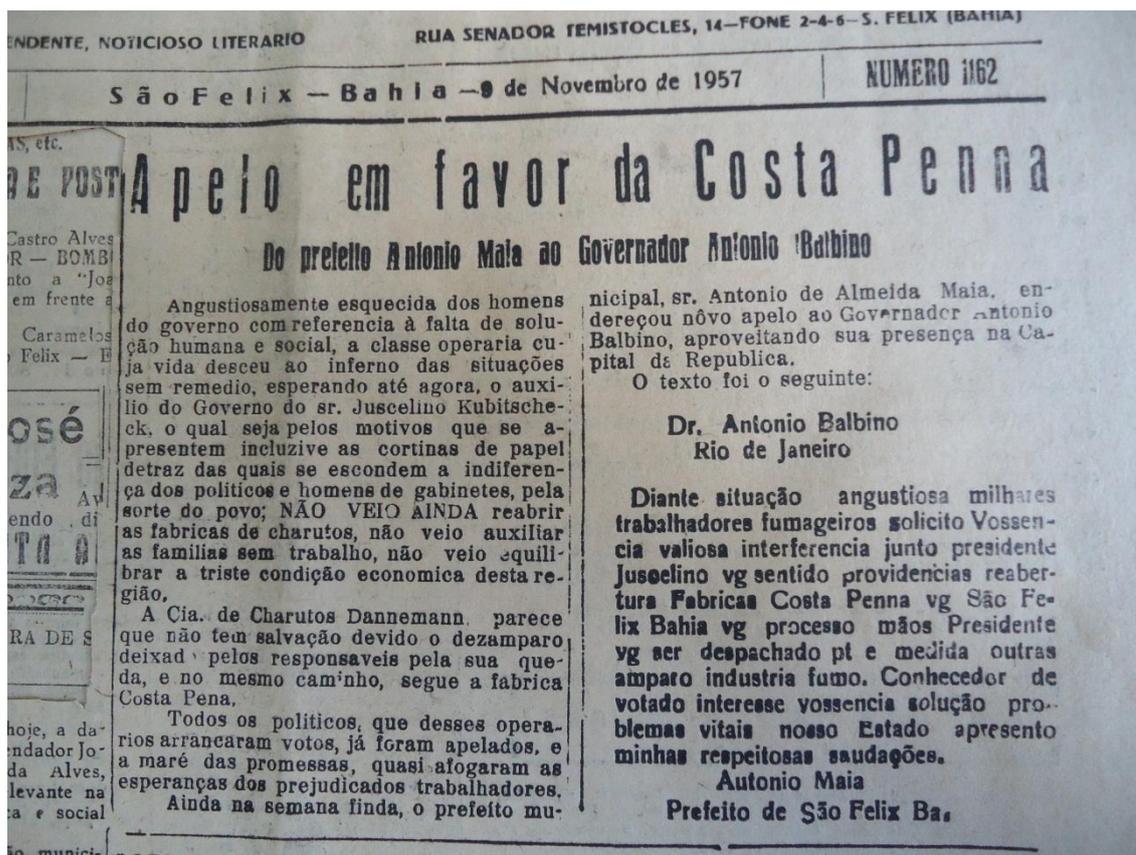


Figura 10: Apelo sobre a situação das indústrias de fumo na cidade

Fonte: APMSF. Série Jornais diversos. *Correio de São Félix*. 31 de agosto de 1957. Est. 38.



**Figura 11:** Apelo em favor da Fábrica de Charutos Costa Penna

**Fonte:** APMSF. Série Jornais diversos. *Correio de São Félix*. 9 de novembro de 1957. Est. 38

Como é possível observar através dos noticiários do jornal *Correio de São Félix*, a cidade estava mergulhada numa crise que não atingia somente os grandes comerciantes que viviam do comércio redistribuidor, mas afetava também os principais setores produtivos da cidade, como a indústria do fumo, o comércio dele dependente e os próprios operários que sofriam agruras. A fábrica Dannemann, após inúmeras paralisações, fechou definitivamente suas portas em 1961, tendo seus bens penhorados para quitar suas dívidas. A fábrica Costa Penna, por outro lado, encerrou suas atividades de produção em 1955, após rivalidades entre Luiz Costa Penna e Manoel Costa Ferreira Penna, financista e representante do setor de produção, respectivamente<sup>215</sup>.

Outro elemento importante a ser considerado foi à imagem negativa atribuída a alguns estrangeiros, sobretudo de nacionalidade alemã, ao longo da Primeira República, ganhando força durante a Segunda Guerra Mundial. Devemos lembrar que as potências imperialistas – Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos – concorriam para exportação de produtos para o Brasil, no final do século XIX. Embora os Estados Unidos obtivessem hegemonia nas

<sup>215</sup> PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *O fim dos gigantes dos charutos brasileiros*. Salvador. Ed. do Autor, 2014.

importações, os produtos europeus faziam forte rivalidade, tendo a preferência dos brasileiros<sup>216</sup>.

Para Marina Silva (2007), a construção de um imaginário negativo sobre os alemães, além de visar a eliminação de um rival imperialista, era alimentado por um discurso de superioridade racial e de movimentos nacionalistas que visavam combater os chamados “quistos raciais” em São Paulo e na região sul do país<sup>217</sup>. Segundo nos informa a autora,

Pelo porto de Salvador, por exemplo, afluíam nesse período mercadorias diversas, destinadas à Europa e aos Estados Unidos (fumo, café, algodão, cacau, entre outros). Por sua vez, produtos importados, provenientes principalmente do continente europeu, ali chegavam para suprir não só Salvador, como todo o interior da Bahia e outros Estados. Imigrantes alemães estavam à frente de casas comerciais, responsáveis pela circulação de mercadorias diversas, entre elas a Westphalen Bach und Krohn, estabelecida na capital baiana desde 1828<sup>218</sup>.

Assim, aliado a essa rivalidade entre os mercados imperialistas pelas exportações, o que se tinha era a política nacionalista de Vargas, com o seu projeto nacional moderno que visava à extinção de qualquer perigo a nacionalidade (diante do clima de tensão e ódio racial que o mundo vivia – o que não quer dizer que Vargas não nutria simpatia pelas ideias totalitárias, pelo contrário) e fortalecimento de interesses econômicos. Os Estados Unidos faziam pressão para bloqueio de relações com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), sobretudo após as instalações de bases aeronavais no Nordeste, conforme destaca Marina Silva. Não foi a toa que o Governo inicialmente manteve uma posição ou tentativa de “neutralidade” em relação a II Guerra Mundial, visando obter vantagens comerciais.

Nesse sentido, inúmeros fatores, de ordem econômica e política, contribuía tanto para o fechamento das fábricas de charutos, quanto para o declínio do comércio intermediário. Os pequenos comerciantes e os trabalhadores urbanos pobres se articulavam como podiam, alguns trocavam de profissões, outro de patrões ou empresa, buscando a sobrevivência de suas famílias.

Tratando das falências de casas comerciais, essas ocorreram ao longo de todo período estudado e embora a cidade estivesse em declínio, o fechamento das lojas cresceram, mas não ocorreram em massa, o que supõe que alguns comerciantes insistiram em manter suas lojas; outros transferiram para outras localidades, havia ainda os que somavam a renda do comércio

---

<sup>216</sup> Ver: SILVA, Marina Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. Salvador: UFBA, 2007. (Tese de Doutorado)

<sup>217</sup> SILVA, Marina. *op cit*, 2007. (Tese de Doutorado)

<sup>218</sup> Idem. p.26-27.

com outras fontes de renda. A família Ramos, por exemplo, manteve-se na cidade, contudo sua riqueza foi enfraquecendo no decorrer do período, juntamente com o declínio econômico local. Seus membros estiveram ligados ao setor comercial e ao político.

A ausência dos livros de notas restringiu minha observação sobre as flutuações na movimentação de compras e vendas do estabelecimento comercial dos Ramos, mas não limitou em observar um provável abatimento. O que se observa no decorrer do período estudado é que a riqueza dos grandes comerciantes sanfelistas estava fundamentada em bases de uma economia tradicional e se tornaram frágil diante das mudanças econômicas e sociais que começavam a ocorrer ao longo da segunda metade do século XX – urbanização, desenvolvimento técnico, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de São Félix, entre os anos de 1890 a 1930, se destacava através de seu comércio, enquanto centro de redistribuição de mercadorias entre o Alto Sertão da Bahia e a capital, Salvador. Sua geografia privilegiava o acesso marítimo e terrestre com os principais pontos de produção econômica da região, uma produção de gêneros agrícolas a serem exportados (fumo, algodão, gado, peles, borracha) e produtos manufaturados e artigos de luxo (maquinário, ferramentas, insumos, enlatados, tecidos, chapéus, entre outros) que eram importados para suprir a demanda interna da região. Dessa maneira, São Félix se consagrou a partir da articulação com o cenário internacional e uma rede de cidades interioranas, que se beneficiava da produção agrícola regional e da importação de produtos. Sua principal zona de influencia era o Alto Sertão.

Dentro desse circuito de redistribuição de mercadorias, alguns comerciantes enriqueceram, com a importação de manufaturados. O comércio deu uma dinâmica própria a essa localidade, cuja movimentação de pessoas pelo porto e ruas da cidade é a expressão mais clara dessa realidade. A elite de comerciantes locais era formada, sobretudo por uma população de jovens brancos migrantes que saíram de suas terras de origem em busca de melhores condições de vida e enriqueceram através do lucrativo comércio de redistribuição (por meio de poupanças, rede de alianças e expansão comercial). A fundação de estabelecimentos comerciais se dava através de associações familiares. O casamento foi uma estratégia utilizada por muitos caixeiros para ascenderem na vida.

As fontes revelaram que os grandes comerciantes ampliaram suas fortunas com a inversão de capitais em bens imobiliários e títulos diversos, que constituíam em fonte de renda estável e podiam ser alugados. Os valores dos imóveis cresceram ao longo do período e foi se tornando “objeto” de hegemonia de determinados grupos. A aquisição de imóveis por comerciantes tendeu a se multiplicar em períodos de prosperidade dos seus negócios. Os investimentos em títulos cresceram após a abolição da escravatura, em decorrência das pressões regionais para aumento de recursos financeiros pelo Estado.

Muitos comerciantes constituíram membros da Câmara Municipal, dominando as relações de poder político local. O ingresso se realizava por meio de participação nos círculos sociais e culturais da cidade, através de carreira política. A posição econômica também facilitava o acesso. Esses comerciantes unificaram seus negócios a redes de alianças, solidariedade e acordos mútuos, visando à dominação socioeconômica. O campo político era

permeado por alianças e benefícios pessoais, seja através de funções, seja por concessão de cargos públicos.

As fontes apontam ainda para o tipo de discussões e motivações do legislativo municipal. Os projetos geralmente tinham conteúdo geral, como organização do município, orçamentos e questões financeiras, transporte, saneamento e saúde, contudo visava atender interesses de segmentos sociais específicos, que dominavam os setores chaves da economia (comércio e indústria) e se beneficiavam com tais obras. Essas classes dominantes também faziam valer seu poder, através do domínio da legislação e tentativa de disciplinamento do espaço urbano. Os legisladores municipais defendiam seus interesses de inúmeras formas. A repressão a segmentos sociais que pudessem atrapalhar seus negócios era apenas um exemplo disso.

Mudanças nas relações sociais de trabalho, no espaço urbano, no meio de transporte e na economia iriam desestruturar a expansão econômica da cidade, através do desenvolvimento de novos centros regionais. A criação das estradas de rodagem, o desenvolvimento do capitalismo emergente, as novas técnicas de produção, a industrialização e o urbanismo seriam alguns fatores que possibilitariam a formação de uma nova rede urbana no Recôncavo da Bahia e o declínio econômico da cidade.

Constato que a partir da década de 1940, a cidade começa a entrar em um declínio econômico que atinge o comércio redistribuidor e o setor industrial. As estratégias de sobrevivência dos comerciantes eram inúmeras, alguns permaneceram na cidade, na esperança de tempos melhores; outros migraram para outras regiões em busca de melhores condições de vida. As famílias que se deslocaram tiveram que contar com o apoio familiar, diante dos riscos que isso significava. Os que optaram por permanecer na cidade obtiveram diminuição de sua fortuna – se tornaram uma elite enfraquecida economicamente, já que seu poder e status continuavam fortes.

Nota-se que a riqueza dos grandes comerciantes sanfelistas estava fundamentada em bases de uma economia tradicional e se tornaram frágeis demais diante das mudanças em curso – urbanização, industrialização e desenvolvimento técnico, tecnológico e das comunicações.

## REFERÊNCIAS

### OBRAS CONSULTADAS

ADEODATO, G.; de SOUZA; A.; FARIA, Vilmar. (org.) *Bahia de todos os pobres*. Rio de Janeiro: Editora Brasileira de Ciências Ltda, 1980.

AGOSTINHO, Pedro. *Embarcações do Recôncavo: um estudo de origens*. Salvador: Publicações do museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

ALMICO. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870-1914*. São Paulo: UNICAMP, 2001. (Dissertação de mestrado)

ARAÚJO, A. *Dinâmica territorial do Recôncavo baiano: espacialidade e temporalidade*. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Porto Alegre, 2010.

BARICKMAN, B. J. *Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 11º Ed, 1998.

BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Editora Zouk, 2007.

BRANDÃO, Maria. *Os vários Recôncavos e seus riscos*. Disponível em: <[www2.ufrb.edu.br](http://www2.ufrb.edu.br)>. Acesso em: 17 dez 2014.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites no século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_ (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CABRAL, Ipojuca; CURVELO, André. *Cachoeira e São Félix, Revelações do Tempo*. Bahia: Votorantim, 2004.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha. Belém. 1870-1920*. São Paulo: USP, 2006. (Tese de Doutorado)

CARDOSO, C. & VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CARVALHO, Álvaro. *Cícero Dantas Martins – de barão a coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia, 1838-1903*. Salvador: UFBA, 2000. (Dissertação de Mestrado)

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CASTELLUCI. *Industriais e operários numa conjuntura de crise*. Salvador: Fieb, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática S. A., 1989.
- COSTA PINTO, L. A. *Recôncavo da Bahia; Laboratório da experiência humana*. Rio de Janeiro: CLACSO, 1958.
- ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FERNANDES, Etelvina Rebouças. *Do mar da Bahia ao Rio do Sertão: Bahia and San Francisco Railway*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.
- FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas. UNICAMP, 2006.
- FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo, Nacional, 1974.
- GINZBURG, Carlo: *O Queijo e os Vermes; o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política*. Salvador: UFBA, 2000. (Dissertação de Mestrado).
- GRYNSZPAN, Mario. *Ciência, política e trajetórias sociais. Uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HEINZ, Flávio. (Org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- JESUS, Simone Cristina Figueiredo de. *Viver em Muniz Ferreira: cotidiano e transformação de uma vila em no Recôncavo Baiano (1930-1960)*. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2010.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LIMA, Zélia Jesus de. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira. Estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana (1807-1849)*. Salvador: UFBA, 1990. (Dissertação de Mestrado)
- MACHADO NETO, Zahidé. *Quadro sociológico da “civilização” do Recôncavo*. Salvador: Centro de Estudos baianos, 1971.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 3.ed. rev. Campinas. UNICAMP, 2013.

MATTOS, Waldemar. *Panorama econômico da Bahia 1808-1960*. 2.ed. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, Associação Comercial da Bahia, 2001.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: Uma província do Império*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. *Bahia: A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec/Salvador: Secretária de Educação e Cultura, 1978.

\_\_\_\_\_. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC/ Prefeitura Municipal de São Paulo/ Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

MOREIRA, Virilene. *Entre a Baía e os Sertões. A dinâmica comercial do Recôncavo Baiano: São Félix (1857-1889)*. Salvador, UFBA, 2002. (Dissertação de Mestrado)

NOVAES, João Reis. *De tropeiro a coronel: ascensão e declínio de Marcionillo Antônio de Souza (1915-1930)*. Salvador: UFBA, 2009.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. São Paulo: Edusc; Minas Gerais: FUNALFA, 2005.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Salvador: FCJA; UFBA – Centro de Estudos Baianos, 1999.

PAES, Jurema M. *Tropas e Tropeiros na primeira metade do século XIX no alto Sertão Baiano*. Salvador: UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado).

PENA, Mariah Costa. *Vida da Vida*. Brasília: Horizonte, 1989.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *O fim dos gigantes dos charutos brasileiros*. Salvador. Ed. do Autor, 2014.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSADO, R. de Cássia. *O porto de salvador (1854-1891)*. Salvador: UFBA, 1983. (Dissertação de Mestrado)

SAMPAIO, Consuelo Novais. *O poder legislativo da Bahia: primeira república (1889-1930)*. Salvador: Assembleia Legislativa; UFBA., 1985.

SANTOS, Mario Augusto. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Miguel Cerqueira. *O dinamismo urbano e suas implicações regionais: o exemplo de Santo Antônio de Jesus/BA*. Salvador: Editora UNEB, 2002.

\_\_\_\_\_. *Comércio português na Bahia (1870-1930)*. Salvador: Irmão Paulo, 1977.

SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa oficial da Bahia, 1959.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo – Globalização e Meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léguas tirana: Sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité. 1890-1930*. São Paulo: USP, 2014, p.53. (Tese de Doutorado)

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Elizabete Rodrigues. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Salvador: UFBA, 2001. (Dissertação de mestrado)

SILVA, Marina Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. Salvador: UFBA, 2007. (Tese de Doutorado)

SILVA, Sheyla Farias. *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância oitocentista (1820-1888)*. Salvador, UFBA: 2005. (Dissertação de mestrado)

TAVARES, Luís Henrique. *História da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1951.

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia foi assim: crônicas de costumes*. Salvador: FV, 2000.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Conceitos básicos da sociologia*. 5.ed. rev. São Paulo: Centauro, 2008.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovia e rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no Sul do Recôncavo e sudoeste Baiano (1870-1930)*. Feira de Santana, Bahia, UEFS, 2001.

#### DOCUMENTOS CONSULTADOS

AFSF. Certidão de nascimento de Helena Simas. Doc. Nº 2. Ano 1911.

AFSF. Certidão de consentimento de casamento da menor de idade Helena Simas. Ano 1911.

AFSF. Livro de registros de imóveis e hipotecas (1890-1915; 1933-1943).

AFSF. Processos crimes. Seção: Queixa-crime. Querelante: Plínio Umburanas. Querelado: Hermenegildo Britto. Ano 1931.

AFSF. Protesto judicial. Ano 1924.

AFSF. Série: Inventários. Ano 1923-1938

AFSF. Série: Impostos da coletoria municipal. Indústria e profissão (1913-1915).

AFSF. Registro Civil. Série: Auto de justificação de idade. Justificado: Arthur Rocha Pires. CX 4. Ano 1938.

ALMEIDA, Julio Ramos de. *As Efemérides Sanfelixtas*. APMSF. São Félix, 1953.

APMSF. Série: Biografias. Biografados: Júlio Ramos de Almeida, Salvador José Pinto, Dannemann e Geraldo Dannemann.

APMSF. Série: Atas do poder legislativo. Ano. 1890-1903; 1910-1936.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. Biografia. Biografado: Raimundo Rocha Pires. Disponível em: Disponível em: <[www.al.ba.gov.br](http://www.al.ba.gov.br)>. Acesso em: 08 jan 2015.

TSE. Eleições no Brasil: uma história de 500 anos. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014. Disponível em: <[www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)>. Acesso em: 07 jul 2015.

#### PERIÓDICOS CONSULTADOS

**A Defesa** (1929-1931)

**A Pátria** (1892)

**A Vanguarda** (1924-1927)

**Correio de São Félix** (1957-1959)

**Novidade** (1944)

**O Paraguassú** (1910)

**O Propulsor** (1911)

## **ANEXOS**



**Anexo 1:** Mapa de São Félix  
**Fonte:** IBGE



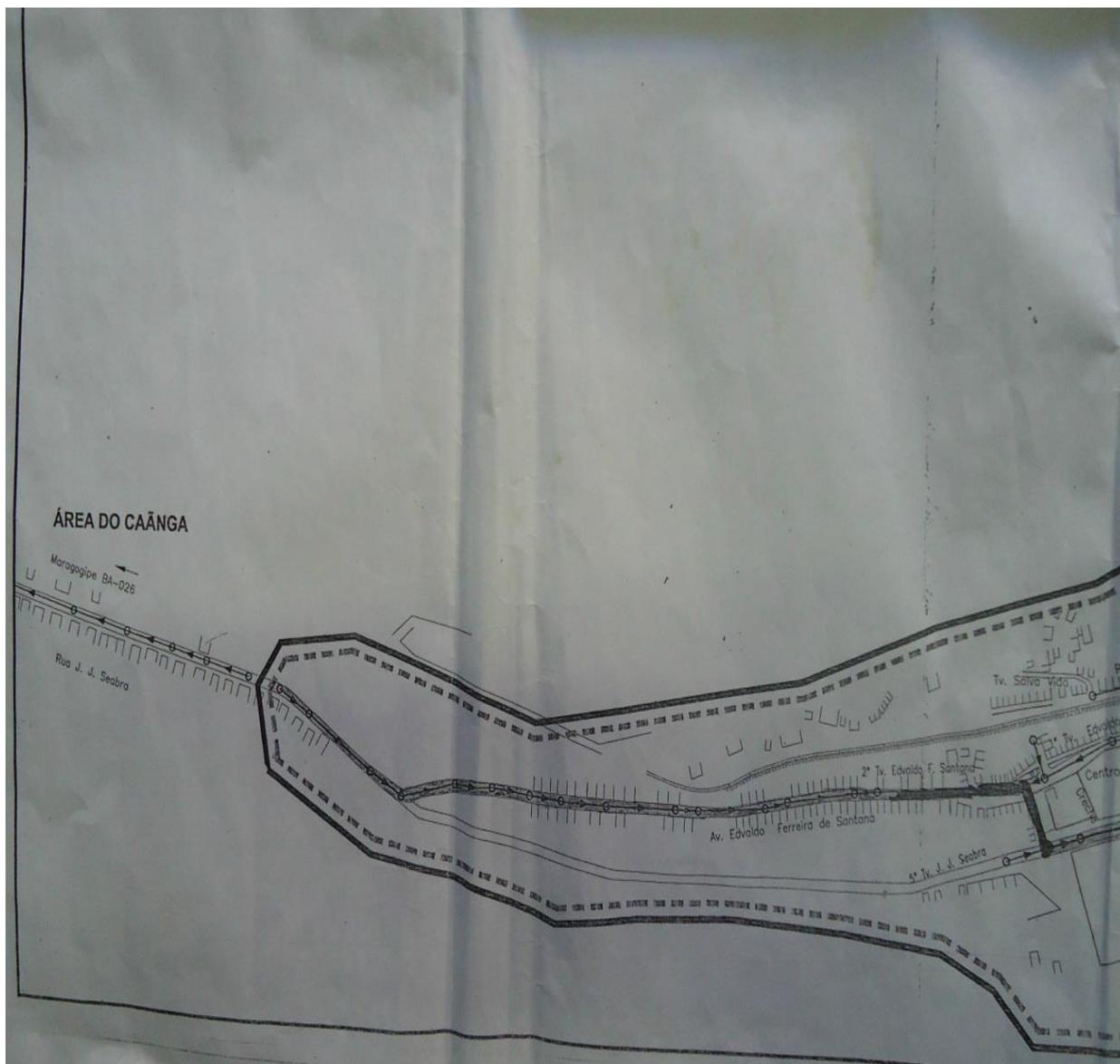


**Anexo 3:** Planta da cidade de São Félix – Área do Cemitério  
**Fonte:** APMSF. Mapa. Est. 35. Cx. 19





**Anexo 5:** Planta da cidade de São Félix – Área Central  
**Fonte:** APMSF. Mapa. Est. 35. Cx. 19



**Anexo 6:** Planta da cidade de São Félix – Área da Caanga  
**Fonte:** APMSF. Mapa. Est. 35. Cx. 19